

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DO NOROESTE FLUMINENSE DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO - PPGEn

DYEGO OLIVEIRA DA SILVA

**ENSINO E DEFICIÊNCIA: INQUIETAÇÕES A PARTIR DA SOCIOLOGIA DO
DIAGNÓSTICO**

Santo Antônio de Pádua

2019

DYEGO OLIVEIRA DA SILVA

**ENSINO E DEFICIÊNCIA: INQUIETAÇÕES A PARTIR DA SOCIOLOGIA DO
DIAGNÓSTICO**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Ensino, do Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior, Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Ensino.

Orientadora:

Prof.^a Dr.^a Jacqueline de Souza Gomes

Santo Antônio de Pádua

2019

DYEGO OLIVEIRA DA SILVA

**ENSINO E DEFICIÊNCIA: INQUIETAÇÕES A PARTIR DA SOCIOLOGIA DO
DIAGNÓSTICO**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Ensino, do Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior, Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Ensino.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a. Jacqueline de Souza Gomes - Orientadora - UFF

Prof.^a Dr.^a. Maristela Barenco Corrêa de Melo - UFF

Prof.^a Dr.^a. Verusca Moss Simões dos Reis - UENF

Santo Antônio de Pádua

2019

Dedico esse trabalho às pessoas que passaram por minha vida, minha sala de aula e meu consultório fazendo com que eu acreditasse na existência de muita vida além de uma folha, palavras e carimbo. Que me fizeram aprender que minha percepção não é o todo que elas são. Que meu carimbo, meu receituário e minha inteligência só tem sentido quando o foco é a esperança. Vocês fazem parte do que sou hoje. Vocês fazem parte de quem sou hoje.

AGRADECIMENTOS

Inspiro bem fundo. Expiro. Sinto um tremendo nó na garganta. São tantos pensamentos e tantas pessoas que tenho e que já tive fazendo parte desse trabalho que meus olhos estão marejados num misto de alegria e saudade. Meus batimentos cardíacos aceleram e sinto que perco a homeostase de meu corpo. Tanta coisa construí com a ajuda (ou não) deles até aqui, tanto caminho percorri em pouco tempo que confesso ter os pés cansados. Mas como tudo tem seu tempo abaixo do céu, creio que agora seja a hora de sentar, pensar, descansar e tomar fôlego para as novas conquistas que estão de portas abertas me esperando para adentrar.

Antes de tudo, agradecer, mesmo parecendo clichê, a Deus. Aqui nas três pessoas: o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Quanta luta para estar nesse mestrado, quantos desafios e renúncias precisei fazer, quantas conversas indevidas ouvi e olhares desacreditados recebi. Logo eu, o menino pobre e da periferia, o “gordinho”, o incompreendido por nunca estar satisfeito com o que possuía e, por conta disso, cheio de rótulos. Foi em um dos momentos mais conturbados, tristes e sem direção da minha vida que Ele fez a luz brilhar e me brindou com esse prêmio de vida. O céu inteiro se moveu a meu favor porque esse era o tempo que Deus havia separado para mim. Pela palavra e pela Eucaristia eu permaneci perseverante e de pé durante esse tempo, desejando assim permanecer até que Ele volte.

Como filho, devoto e eterno apaixonado pela Mãe do céu, aqui gostaria de registrar meu amor e gratidão a Maria, mãe da Igreja de Cristo. Tenho uma imagem aqui na frente de meu computador e digo a vocês que vou parar, olhar nos olhos daquilo que a representa, e agradecê-la por coisas nossas que talvez vocês nunca saberão. Meu relacionamento com ela sempre foi muito real. Ela me entende e já me amparou em tantas situações que não resta outra verdade a não ser *totus tuus Mariae!*

Bem, preciso avançar com o texto e, talvez, essa seja a parte mais difícil e dolorosa dos meus agradecimentos, justamente por referir-me de maneira póstuma aos pilares de minha vida que sinto extrema saudade. É como se meu coração agora fosse transpassado por uma espada, tamanha dor que sinto. Sim, eu sou intenso. A minha vida é assim.

Vô Jacy, como o senhor me faz falta. Ainda lembro do sofá da sua sala, onde estávamos sentados 7 dias antes de sua morte, assistindo jogo de futebol, quando o senhor me pediu para estudar muito e não parar por nada. Ali, quando o senhor disse “o vô sente muito orgulho de você”, eternizei algo que nunca ninguém conseguirá arrancar de mim. Minha fé me permite acreditar que um dia estaremos juntos onde não haverá choro e nem dor. Estou fazendo minha

parte. Obrigado por tudo o que o senhor fez para que eu chegasse aqui e que somente o senhor, minha mãe e eu sabemos.

Madrinha Selina, seu lugar aqui não poderia faltar, como não falta em meu coração. Todas as laudas dessa dissertação não seriam capazes de armazenar meus agradecimentos a ti. Obrigado por ser minha mãe quando a minha estava trabalhando. Obrigado pela sensibilidade e pelo *ketchup*, pelo biscoito Passatempo em cada compra do mês, pelo Danoninho, pelo feijão batido e a banana frita. Obrigado pela TV preto e branco nas tardes onde pude assistir ao Jaspion, Jiraya, Chapolin e Chaves. Obrigado pela cia no programa Raul Gil, pelo Datena, pela Márcia. Agora as “bolinhas que a gente tem dentro da cabeça” e que eu tanto te explicava começaram a funcionar e recordar tudo isso me rasga o peito. Eu estou chegando onde um dia desejei graças a moral e os princípios que recebi da senhora durante a vida. Eu disse que iria conseguir. Perdão por não ter chegado um dia antes de sua partida para ainda ouvir a sua voz e me sentar na calçada contigo. Mesmo a amando, devia ter me importado mais. Seu “Didiquinho” sente muito sua falta daqui até a eternidade.

Cláudia Blanc, a essa altura você estaria sorrindo e me abraçando dizendo: “não chora, meu gatinho”. Lembro do dia em que te conheci e já me encantei pelo seu profissionalismo e amor pela causa que tanto luto. Foi amor à primeira vista. Em anos você se tornou minha amiga, minha mãe, minha protetora, minha cuidadora e minha principal incentivadora. Se hoje sou esse profissional, foi porque você também me levou a isso. Minha eterna “*Vicky Hemptons*” lá no Paraguai e na Argentina, nossas viagens, as fugidas ao cinema, os quartos divididos, a manga paraense, os choros juntos e os momentos de partilha pessoal na sala da Assistência Social da APAE de Cambuci/RJ ficarão para sempre. Não me esquecerei de sua preocupação comigo e nem do quanto você me queria avançando. Eu estou tentando. Queria ter sido mais presente em sua doença, mas te ver daquela forma me tirava também a vida. Te amo e não existe uma só semana que não fale de você, não pense em você e não reze.

Minha família e amigos, a vocês também meu muito obrigado. Nem todos viram o quão doloroso foi esse processo, mas sei que todos vão reconhecer que eu cheguei. Mãe, eu não sei como expressar tamanho amor pela senhora que me suportou de mau humor e bravo por conta do estresse de datas e prazos. Pai, obrigado pelos conselhos. Irmãs, sei que vocês torcem por mim. Enfim, amigos, obrigado pela compreensão e também pela incompreensão. Como diria o público do programa da Xuxa nos anos 80/90: “um beijo pra minha mãe, pro meu pai, minhas irmãs e especialmente para vocês!”

Colégio Estadual Deodato Linhares, você foi base firme para mim. Cada história, cada superação, cada derrota, mas também cada vitória estará aqui no meu coração. Os festivais de

poesia, o festival de música, o incentivo a leitura, o grêmio estudantil, a merenda mais gostosa desse mundo (risos). Não tenho palavras para agradecer tudo o que fizeram por mim. São tantos funcionários que sou grato. Limparam a escola para lá eu estar bem, cozinharam com amor para mim, lavaram com amor, administraram com amor, zelaram por tudo com amor. Teve amor, eu senti o amor. Amor de verdade!

Por fim, não poderia deixar de agradecer aos que me formaram de jeitinho especial. Tia Zenaide, Tia Nicinha, Tia Lulude e Tia Dedete (que está no céu intercedendo por mim), obrigado por estarem comigo na primeira infância. Graça Salim, seu nome sempre estará estampado em tudo o que eu fizer. Suas palavras e suas atitudes foram um divisor de águas na minha história. Obrigado por acreditar em mim! Aos mestres da Faculdade, das especializações e do mestrado, meu muito obrigado. Em especial quero enaltecer o nome da grande pessoa humana que é minha orientadora Jacqueline Gomes, ou a “Jacque” para os mais chegados. Como você diz, nós realmente fomos separados na maternidade.

Enxugo as lágrimas, inspiro, expiro e começo essa obra de amor. Amor. Em tudo que faço precisa haver amor.

Ó meu Pai, dá-me o direito
de dizer coisas sem sentido
de não ter que ser perfeito
pretérito, sujeito, artigo definido...
virar os dados do destino
de me contradizer, de não ter meta...
viver menino, morrer poeta.

(Vander Lee)

RESUMO

Essa obra tece outros conhecimentos no campo do ensino e deficiências através de uma conversa entre ciência, tecnologia, filosofia, bioética, debates políticos de novas narrativas sociais, narrativas próprias e poesia, apropriando-se da sociologia do diagnóstico como subárea da sociologia médica. Seu objetivo principal é de revisitar o papel do laudo médico no campo da educação inclusiva pelo olhar dessa nova área, pensando a diminuição das barreiras práticas para o ensino de pessoas com deficiência. Além disso, repensar o diagnóstico médico enquanto categoria e enquanto processo, visto que ele pode levar a deformação de subjetividades e deterioração da vida do sujeito e dos que o cercam. Para isso, foi realizada revisão bibliográfica contendo artigos encontrados em periódicos, nacionais e internacionais, bem como livros que influenciam tal área, sobretudo expostos no capítulo dois. Também houve apropriação de uma conversa poética durante o texto para a facilitação de um pensamento mais significativo, predominantemente na introdução e no capítulo três, os quais também vieram compostos por uma narrativa biográfica. Como resultado, corroboro que a sociologia do diagnóstico pode abrir os olhos para além das doenças e barreiras, reduzindo estigmas e influenciando positivamente o fazer pedagógico, que independe do laudo e é responsabilidade exclusiva do professor.

Palavras-chave: Ensino. Deficiência. Sociologia do Diagnóstico. Educação Inclusiva.

ABSTRACT

This work weaves other knowledge in the field of teaching and disabilities through a conversation between science, technology, philosophy, bioethics, political debates of new social narratives, own narratives and poetry, appropriating the sociology of diagnosis as a subarea of medical sociology. Its main objective is to revisit the role of the medical report in the field of inclusive education by looking at this new area, thinking about the reduction of practical barriers to teaching people with disabilities. Moreover, rethinking the medical diagnosis as a category and as a process, as it can lead to deformation of subjectivities and deterioration of the life of the subject and those around him. For this, a bibliographic review containing articles found in national and international journals, as well as books that influence this area, was conducted, especially exposed in chapter two. There was also appropriation of a poetic conversation during the text to facilitate more meaningful thinking, predominantly in the introduction and in chapter three, which also came composed of a biographical narrative. As a result, I corroborate that the sociology of diagnosis can open eyes beyond disease and barriers, reducing stigma and positively influencing pedagogical practice, which is independent of the report and is the sole responsibility of the teacher.

Keywords: Teaching. Deficiency. Sociology of Diagnosis. Inclusive education.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	DOS PRIMÓRDIOS À ATUALIDADE: PROBLEMATIZANDO O CONCEITO DE DEFICIÊNCIA	26
2.1	Sem conhecimento, sem luz: a “deficiência e o “deficiente” nas trevas	30
2.2	Alma e moral cristã: a supervalorização da caridade como redenção	34
2.3	Do metafísico ao racional: o olhar medicalizado e objetivado sobre os corpos	37
2.4	Corpos inocentados: do fisiológico para o filosófico	43
2.5	Crítica sobre a crítica social: os movimentos de minoria e a pós-modernidade	46
2.6	As ciências do cérebro e a pluralidade de particularidades	49
3	VIGIAR E PUNIR X TRANSGREDIR: REVISITANDO O PAPEL DO LAUDO NO BRASIL	54
3.1	Entre o legal e o real: as faces da deficiência brasileira	56
3.2	Tudo está consumado: laudo para quem e para quê?	61
3.2.1	<u>A bela menina simpática: um relato marcante de para que e para quem</u>	64
3.3	A Sociologia do Diagnóstico e a produção de papéis sociais	73
3.4	Transgredir: um programa de pós-graduação que me atravessa	79
4	CONCLUSÕES	93
5	REFERÊNCIAS	99

1 INTRODUÇÃO

"Vem por aqui" — dizem-me alguns com olhos doces,
 Estendendo-me os braços, e seguros
 De que seria bom se eu os ouvisse
 Quando me dizem: "vem por aqui!"
 Eu olho-os com olhos lassos,
 (Há, nos meus olhos, ironias e cansaços)
 E cruzo os braços,
 E nunca vou por ali...

A minha glória é esta:
 Criar desumanidade!
 Não acompanhar ninguém.
 — Que eu vivo com o mesmo sem-vontade
 Com que rasguei o ventre a minha mãe.

Não, não vou por aí! Só vou por onde
 Me levam meus próprios passos...

Se ao que busco saber nenhum de vós responde,
 Por que me repetis: "vem por aqui"?
 Prefiro escorregar nos becos lamacentos,
 Redemoinhar aos ventos,
 Como farrapos, arrastar os pés sangrentos,
 A ir por aí...

Se vim ao mundo, foi
 Só para desflorar florestas virgens,
 E desenhar meus próprios pés na areia inexplorada!
 O mais que faço não vale nada.

Como, pois, sereis vós
 Que me dareis impulsos, ferramentas, e coragem
 Para eu derrubar os meus obstáculos?...
 Corre, nas vossas veias, sangue velho dos avós,
 E vós amais o que é fácil!
 Eu amo o Longe e a Miragem,
 Amo os abismos, as torrentes, os desertos...

Ide! tendes estradas,
 Tendes jardins, tendes canteiros,
 Tendes pátrias, tendes tetos,
 E tendes regras, e tratados, e filósofos, e sábios.
 Eu tenho a minha Loucura!

Levanto-a, como um facho, a arder na noite escura,
 E sinto espuma, e sangue, e cânticos nos lábios...

Deus e o Diabo é que me guiam, mais ninguém.
 Todos tiveram pai, todos tiveram mãe;
 Mas eu, que nunca principio nem acabo,
 Nasci do amor que há entre Deus e o Diabo.

Ah, que ninguém me dê piedosas intenções!
 Ninguém me peça definições!

Ninguém me diga: "vem por aqui"!
 A minha vida é um vendaval que se soltou.
 É uma onda que se alevantou.
 É um átomo a mais que se animou...
 Não sei por onde vou,
 Não sei para onde vou,
 — Sei que não vou por aí.
 (RÉGIO, 1984)

Não posso dizer-lhes que escolhi tal poesia para inaugurar esse trabalho porque na verdade ela mesmo fez questão de me escolher. Estava eu, após meu almoço, no trabalho, conversando com um amigo daqueles que é ostra, que transforma o pouco em preciosidade, e ele me apresentou tal pérola. Sobre esse amigo, chamo-o também de fonte porque dele brotam conhecimentos que bebo e que por vezes, nesses dez anos de convívio, saciaram minha sede. Chamo-o de fonte porque mesmo que tenham cortado sua “mata ciliada”, lá está ele lutando contra o que era de se esperar, contra o óbvio, contra os desvios em sua trajetória fluvial que a vida insiste em fazer pegando-o de surpresa, levando vida às pessoas, buscando mais fundo para não secar, escorrendo pelas brechas que ainda consegue encontrar no terreno seco e por vezes deserto. E consegue. Sou testemunha ocular de seu transbordar de vida. Obrigado Getúlio Velasco¹.

Muito dessa poesia fala dele, fala de mim, fala da e de gente como você e eu. Gente que não se contenta em ser folha seca caída em um rio e que segue o fluxo sem questionar o caminho, sem tentar um movimento contra, quiçá sem saber onde vai chegar. Fala de nossa luta, de nossas insatisfações, de nossos posicionamentos, de nosso sangue, suor e voz. Não sei onde vou chegar com tudo isso, mas uma certeza me consome o peito: eu vou, e não vou por onde querem que eu vá! Esse mestrado, essa escrita, esse tempo que vivo, inauguram uma nova identidade, um crepitante desejo de não ser e nem falar mais do mesmo. Exatamente. Eu tenho a minha loucura. Miro o longe, o que não pode ser transformado no imediato, mas que pode ser construído a partir do micro. Cá estou me levantando como essa voz, como essa onda, como esse vendaval, como o que quiserem me chamar.

Nesse trabalho, em um movimento contrário a cultura hegemônica, cruzo os braços aos olhos doces (e falsos) que me convidam para caminhar por onde a maioria tem andado, rompo com as “verdades” que estão postas acerca da “deficiência” e penso para além daquilo que já conheço. Existem sombrios interesses por trás dessas melosas retinas. Luto, tento, paro, penso, insisto, resisto e sigo. Não me canso de ter apenas minha “loucura” frente os modelos pré-

¹ Getúlio Velasco é psicólogo e trabalha com pessoas com deficiência há mais de 20 anos. O motivo pelo qual o fez amar e militar pela causa da educação especial foi a filha, já falecida, que recebeu um diagnóstico médico de paralisia cerebral aos três anos por conta de uma meningite.

ditados e de respeitar a legitimidade de cada sujeito, bem como crer na minha. Amplio minha visão para alçar voo, porque assim como afirma Régio (1984), “a minha vida é um vendaval que se soltou”, destruindo o que estava erigido e construindo novas “verdades”, posto que não tenho início e nem fim. Sei que um dia parto dessa terra e dessa Terra, mas minha voz precisa ecoar, precisa ser ouvida. Enquanto tenho a incerteza, também tenho o tempo de mudar o que me cerca.

Quem sabe o que nos revela o futuro? Quem ousará mirar e ter a certeza de acertar em cheio o alvo de sua felicidade? Felicidade? Sou feito de questionamentos e descontentamentos e desconstruções, sendo que à medida que elas se dão, construo algo novo num movimento cíclico incansável e ininterrupto. Amo o novo, amo inaugurar, amo explorar, sou movido pela novidade. Não abraço o velho, não me nutro de morte, não caibo em formas antigas e que de tanto serem usadas já estão com espaços sobrando. Aquilo que me completa hoje, pode ser o motivo de insatisfação e inquietação amanhã. A vida segue e Cazuzza² imortaliza o tempo que não para no mundo que, para Cartola³, é um moinho.

É preciso ter algo diferente, é preciso ser algo diferente, é preciso ter valor, é preciso ser tesouro. Os desígnios a nós separados (ou escolhidos, ou inventados, ou ...) são insondáveis e a única certeza que ressoa em meu coração é que onde estiver nosso tesouro, lá estará também nossa felicidade. Digo-vos isso porque ao longo de minha vida, e essa perpassa por minha trajetória como fonoaudiólogo, psicopedagogo e futuro arteterapeuta, jamais imaginei prezar tanto a causa do sujeito que é visto como “diferente”, do que é tido como a mosca que caiu na sopa, bem cantada por Raul Seixas⁴. Inspiro e expiro o desejo de ir cada vez mais além nessa causa. É visceral.

Penso que todo esse desejo incansável de repensar o que ou quem é “diferente” partiu da própria percepção sobre mim. Nunca me achei igual aos demais de meu grupo por ser “obeso” e constantemente ter esse estereótipo reforçado. Sim, vezes me achava à frente em relação a alguns pensamentos, outras mais infantil. Vezes me achava mais feio, nunca mais bonito. Cheguei a me achar mais inteligente, porém em algumas situações me frustrei e percebi que não sabia o quanto eu esperava. Sendo um ou outro, a grande verdade é que eu não conseguia me enxergar igual a eles, notava uma diferença, não conseguia detectar um par que

² Agenor de Miranda Araújo Neto, conhecido como Cazuzza (Rio de Janeiro, 4 de abril de 1958 - Rio de Janeiro, 7 de julho de 1990), foi um cantor, compositor, poeta e letrista brasileiro.

³ Angenor de Oliveira, mais conhecido como Cartola OMC (Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1908 - Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1980), foi um cantor, compositor, poeta e violonista brasileiro.

⁴ Raul Santos Seixas, conhecido como Raul Seixas (Salvador, 28 de junho de 1945 - São Paulo, 21 de agosto de 1989) foi um cantor e compositor brasileiro.

fosse igual a mim, pensava não ser aceito por ser diferente. Esse sentimento gerava um grande desconforto pessoal que me movia a buscar algo ou alguém que eu não era, como no movimento em que as ondas do mar fazem levando toda areia para um lugar que talvez elas não quisessem caso possuíssem vontade. Era forte, era inconsciente, era vestir a roupa que muitas vezes não me cabia. Mas eu ia.

Recordo-me também que quando criança meus pais diziam que precisávamos reconhecer quem éramos e o lugar que ocupávamos na sociedade diante do fato de que sermos muito pobres, que não tínhamos condições de manter um padrão de vida como meus amigos e que eu precisava emergir à realidade, imputando a ideia de diferente da maioria, de inferior. Cresci aprendendo que era diferente, que era inferior, embora não tivesse nenhuma “deficiência” física, psiquiátrica ou neurológica. Dessa forma, uma premissa se solevava em minha história, quase que como um paradigma, a qual afirmava que só podemos dar aquilo que temos bem como falar daquilo que tenhamos experimentado. Hoje, ao pensar sobre isso, num golpe consigo olhar por onde muitos ainda não conseguem e refletir acerca de coisas que nem todos talvez ainda alcancem. Por conta disso, seguem um modelo simplista de que diferente é aquele que não é igual a maioria, aquele que se encaixa em estereótipos e classes criadas por quem não os possuíam. Mas enfim, quem é igual ao outro?

Eu era um garoto pobre, da periferia, “moreno” (como costumávamos falar na época), de família e origem não influentes socialmente, com dificuldades em me relacionar e me aproximar dos demais porque tinha vergonha de meu sobrepeso diante do padrão normativo que sempre aprendi, embora muitas vezes a comida fosse escassa. Estudava em escola pública (saudosos Colégio Estadual Deodato Linhares, onde me formei) e não tinha roupas lindas, visto que a maioria delas eram doadas, muito menos tinha a grande variedade de materiais escolares que meus amigos de classe possuíam. Eles, em sua maioria, eram abastados de bens materiais ou tinham uma condição financeira bem melhor que a minha. Brancos em sua maioria, de famílias tradicionais, conhecidas, bem-conceituadas na cidade, e por conta disso, cheios de outros amigos.

Embora estudássemos na mesma escola, a grande maioria não ligava para o ensino já que, segundo suas concepções, teriam suas vidas garantidas no sentido financeiro. Seus estojos e mochilas ostentavam materiais caros, de qualidade e lindos. Suas roupas eram as que satisfaziam a tendência da moda, os padrões do belo, a insaciedade estética, e eu as achava lindas, confesso. Frequentavam os melhores lugares da cidade, os quais eu me lembro passar na frente e ficar sonhando estar lá um dia. Vivi mirando o longe, vivi mirando o amanhã, meu alvo eram os sonhos que tinha, mas que pelos olhos físicos não podia os contemplar. E fui. Sem

pressa, sem me cansar, me nutrindo apenas daquilo que era meu, a esperança. É, analisando por essas questões, de fato, éramos bem diferentes. E assim meus dias se arrastavam.

Os conceitos de “diferença” e “diferente” estavam, de fato, vivos na minha infância e adolescência no que diz respeito ao ensino. Seja pelo tempo, seja pela cultura ou qualquer outro motivo, eles estavam lá. Embora sejam sinônimos, aqui quero pensar esses dois conceitos, “diferença” e “diferente”, como distintos, onde a “diferença” seria vista globalmente, macro, num todo, sendo ela social, étnica, sexual; e o “diferente” como micro, como um adjetivo para o sujeito, um marcador estético do corpo, mais intimista. Pensar sobre as “diferenças” que nos cercam e o sujeito “diferente” inserido nesses contextos.

Quando cursei o Ensino Médio e parte do Fundamental, já que nessa dissertação me preocupo com o processo de ensino, existiam quatro turmas de mais ou menos quarenta alunos. Naquele tempo cada turma tinha um número e esse se associava a série que cursávamos, ou seja, 801, 802, 803 e 804, no caso da oitava série. A turma 1 era composta de alunos “razoáveis” e “bagunceiros”; a turma 2 pelos “melhores” alunos da série em questão; a turma 3 pelos “bagunceiros” e “transferidos de outras escolas”; a turma 4 pelos “piores” alunos e “repetentes”, ou ainda pelos que apresentassem algum “transtorno de aprendizagem”. Era/é assim. A cada aspas dessas, intencionalmente planejado, quero que você reflita tais conceitos. Enfim, com isso, sempre me perguntei: mas quem é que tem a “medida” certa de cada um?

Esse questionamento abre largas para a problemática desse trabalho. Diante da medida de tudo e relevância do nada (SOROKIN, 1965), dos rótulos que os alunos recebem, classificações a eles impostas, olhares segregatórios, laudos médicos, medicalização de forma desordenada em alguns casos, práticas de ensino ultrapassadas, metodologias que nem sempre se dominam, quem é deficiente? O que é deficiente? Quem é que pode ou não aprender e o que é aprendizagem? O problema está no sujeito ou na sociedade? Está no sujeito ou é mero problema de ensinagem? Além disso, a pergunta central desse trabalho se resume em: o que é e quem é que pode dar a sentença do normal ou do patológico?

Bem, vamos seguindo. O senso comum insiste em empurrar goela abaixo o pensamento de que quanto mais tempo um indivíduo possui de carreira em determinada área de atuação, quanto mais ele se apropria de conhecimentos específicos sobre tal temática e usa dos mesmos, quanto mais enche seu currículo numa “quantofrenia”⁵ como nos diz o sociólogo americano P. Sorokin, mais valorizado é. Talvez isso cause espanto, mas não sei se essa “verdade” se dá para

⁵ Produção desordenada, sem preocupação com a qualidade. Tendência a analisar o mundo por meio de números e estatísticas que vem sendo amplamente criticado pelos especialistas da educação visto que os índices e indicadores não capazes de captar a qualidade da educação (SOROKIN, 1965).

mim, se devo ou não pensar assim. Já disse que “sei que não vou por aí”. No entanto, para falar de “diferenças”, de “padrões”, de “classificações”, de “futuros determinados” a partir de um conhecimento epistêmico de determinada época, eis aqui alguém com trinta e um anos de conhecimento... Ou seria de experiência própria? Veremos isso nesse trabalho.

Vivi sob o jugo das classificações e dos rótulos durante toda minha vida. Confesso que mesmo aprendendo que isso era o “normal”, que eu não estava no “padrão”, que quem estivesse fora da “norma” teria que ser caçado, me sentia inferior e por vezes desestimulado para prosseguir. Fui tomado de uma apatia e de uma tristeza em diversas fases de minha vida, onde ninguém conseguiu fazer tal leitura do que existia aqui dentro, já que o sorriso do “gordinho feliz” sempre mascarou muito bem seus sentimentos. Colocaram-me em uma fôrma, determinaram meu futuro, vestiram-me uma roupa que me sufocava e não permitia que eu voasse para além de onde estava. Comecei então a traduzir todos os sentimentos em um papel.

Eram manhãs, tardes, noites e até madrugadas. Folhas, lápis e canetas que choravam comigo tantas dores, frustrações, negações e sentimentos de inferioridade. Não sentia as asas e o mais que fazia era somente para cumprir um modelo estabelecido pela sociedade: “temos que estudar, nos formar, trabalhar, casar, ter filhos, aposentar e viver daquilo que acumulamos toda vida na aposentadoria”. Não existia outro caminho, não me permitiram olhar para além do muro, para além das determinações. A negação de quem eu era, o suplício da minha alma, a “cegueira” dos olhos “sadios”, era tão inimaginável que agora só existiam as ruas de outono cobertas com suas folhas e que nem me deixavam enxergar os caminhos que andei e que talvez eu pudesse passar novamente para me reencontrar. Era tudo “normal”, mas não era eu. Eu queria mais do que ouvia das vozes que me cercavam.

Passei pelo inverno de minha vida. Era tudo gelado frente à condenação e as determinações que estavam dispostas para mim. Meu único “diagnóstico social”⁶ me limitava, me prendia, me sufocava, me calava e eu consentia. Eram todos contra mim. Era a “verdade” que tínhamos e eu “deveria” concordar. Não tinha forças para dar as braçadas necessárias e sair do fluxo contínuo e crescente que me fadava. Aos poucos, no lugar onde havia luz, esperança, dignidade, vida, tudo ia se apagando e congelando diante do grande inverno. Mas o interessante é que os meus sonhos, meu potencial, meus sentimentos próprios, a garra, a força, a voz e a vez estavam lá, congelados, mas estavam. Bastava o acender da chama para que voltassem.

Disse a vocês no início que minha vida segue um fluxo. Foi assim. Não me permiti ser

⁶ A determinação social sobre meu futuro pelo olhar de terceiros. Algo concebido não por mim, mas pelos que me cercavam e que de certa forma influenciou na forma de eu notar o mundo.

apenas uma formação de átomos, mas “um átomo a mais que se animou” nessa grande cadeia positivista. Vivia em uma escola de visão do século XIX, com quase todos os professores pensando o mesmo século, caminhando para ser um aluno do século XXI. Digo quase todos porque em meio a tantos, uma se fez verão em minha trajetória. Ela derreteu todo o gelo aos poucos e foi extraindo de mim o que eu tinha de melhor, ouviu minha voz, sabia que eu tinha vez, no processo de ensino conseguiu reconhecer meu lugar epistêmico e respeitou minha dignidade. Ainda essa semana a encontrei em meu consultório e disse com os olhos marejados: “muito obrigado por ter acreditado em mim, por ter sido sensível e conseguido ver o que ninguém jamais conseguiu antes da senhora”. Graça Salim, a senhora será eterna.

Enquanto muitos me classificavam como gordo, feio, pobre, sem condições de “crescer na vida” e sem perspectiva de destaque ou de um futuro diferente do posto pela sociedade; enquanto meu “prognóstico social”⁷ era ruim diante do “diagnóstico social” que haviam me dado, ela desfez tudo. Rasgou os papéis que a vida tinha me imposto e fez além de seu dever como educadora, fez como salvadora. Ela me olhou nos olhos, me pegou pelos braços e caminhou comigo. Se entregou por mim. Recordo-me que me incentivava a avançar, que me elogiava, que amava minha escrita e minhas poesias desde os onze anos. Com ela ganhei concursos na minha escola, na minha cidade, no meu Estado e até no país. Como dizemos aqui no interior: “eta tempo bão!”. Ela me devolveu a vida, onde sabemos que vida é muito mais que o contrário de morte física. Vida é plenitude, é brilho nos olhos, é acreditar!

Alguém acreditou em mim. Isso era fantástico. Essa experiência foi tão marcante na minha história que eu cresci aprendendo a olhar todas as realidades como únicas e a reconhecer todos os caminhos como legítimos. Aqui abro um espaço para explicar que reconhecer algo como legítimo não é tomar para mim aquela verdade, mas respeitar, compreender que para que determinado sujeito tenha chegado àquela visão existe muita história por trás. Foi assim. Me formei e logo consegui entrar em uma faculdade graças a uma bolsa integral. Quando fui com meu coração cheio de alegria contar tal novidade a minha família, recebi a seguinte frase de um familiar como resposta: “Faculdade? Que faculdade? De quê? Filho de pobre não estuda, filho de pobre trabalha. Você vai endividar sua mãe”. Meu coração sangrou e eu chorei. Corri o risco de ir contra o natural e do verão regressar ao inverno. Mas fui. Sabia que eu não precisava de mais nada a não ser acreditar.

Espere. O pobre estudando em uma faculdade naquela época? Isso causou espanto em muitos e mais uma vez me classificaram, me objetivaram, tentaram me sufocar, calar,

⁷ O que traça meu provável desenvolvimento social futuro, o resultado do meio em que estou inserido, das questões epistemológicas que carrego.

desencorajar, deram-me até um outro “diagnóstico social” que agora era pior que o primeiro. Mas era tarde. Alguém também já havia acreditado em mim lá dentro, e eu fui até o fim. Tive dificuldades como todos. Pensei em desistir, como todos pensam em diversas fases da vida. Passei necessidades financeiras, fiquei dias sem me alimentar, noites sem dormir e isso quase me fez cair do céu onde eu estava batendo as asas cada vez mais alto. Mas eu fui e mais uma vez frustrei os “diagnósticos sociais” vencendo o que estava posto sobre o meu futuro. Eu venci gente! Estar onde eu estava já era muito para mim. Mas ainda não estava bom.

Eu não parei, eu não deixei de acreditar em mim, eu não deixei de acreditar nas pessoas que acreditavam em mim, bem como seus potenciais de também avançar. Se eu, tão limitado, consegui. Por que então outra pessoa não conseguiria? Não foi do jeito que eles pensaram a meu respeito, mas foi. Todos os meios diziam não, mas uma professora acreditou em mim e eu fui, eu disse sim. Agora não mais ela rasgava os papéis, mas eu mesmo os rasgava com a vitória. Agora eu mesmo mudava as visões e o diagnóstico passava a ser outro. Tudo pôde ser mudado porque alguém acreditou que eu era mais que um átomo social, que apesar de todos os “nãos”, existia algo ali dentro, o que nem ela mesmo talvez soubesse, mas que poderia surpreender a todos. Acreditem, todos nós temos algo que pode surpreender.

Me formei na faculdade. Essa foi a continuação da longa e surreal história do menino pobre periférico que agora quebrava os diagnósticos sociais impostos sobre si. Ao olhar de todos eu não poderia, mas quem disse que eu preciso do olhar de todos? Será que esses olhares, as verdades dos outros, são capazes de determinar algo sobre nossas vidas? Eu precisava da minha verdade, eu preciso dela. Eu sei quem sou, o que quero e onde quero ir. Vim construindo bases fortes e mesmo contra toda esperança, não esmorecendo. Estar nesse mestrado é mais uma vez dizer que ninguém tem o poder nas mãos para determinar até onde posso ir ou o que posso ou não fazer. As barreiras não estão aí para limitar. Para mim, estão para serem quebradas. Tudo depende da visão.

Enfim, contei-lhes essa história porque penso que um “diagnóstico” no ensino, assim como na vida, pode fazer toda a diferença. Quero fazer uma analogia do “diagnóstico social” com o “diagnóstico clínico ou médico”⁸ para que dessa forma possa construir algo novo, pensamentos novos. Eu recebi um social e que não me favoreceu. Eu fui rotulado, desacreditado, esmagado socialmente e até abandonado por aqueles que mais me afeiçoava. Era um sentimento estranho, paradoxal, que embora vazio, enchia tudo e, era ruim. Hoje, em minha

⁸ Quero que seja compreendido como a qualificação de um médico ou especialista em relação a uma doença ou condição física ou mental com base nos sintomas observados.

prática como fonoaudiólogo e psicopedagogo, lidando diretamente com o ensino, noto que além desses diagnósticos sociais, o “laudo”, que se faz importante instrumento, também tem produzido rótulos, descrença, morte de sonhos e potencialidades nessa cultura do ser humano como máquina. O papel dele precisa ser revisitado.

Se um sujeito não consegue aprender como os demais de sua classe ou idade, logo precisa de ajuda. Um olhar sobre o todo desse sujeito pode ser o início. Talvez ser levado a um médico ou a outros profissionais também poderia ajudar-lhes? É algo a se pensar. Saber quem é esse aluno, é fundamental para sua aprendizagem. No entanto, as escolas necessitam de um “laudo”⁹ para se assegurarem, como prevê a lei, mas por vezes ele exerce um papel de apenas garantir que o aluno passe de série. Epistemologicamente negados, seguem como ovelhas para o matadouro. Medicamentos são administrados como se por si só fossem a solução de todos os problemas. Quem faz o laudo? Para quem? Para que? Esse aluno é deixado de lado, desacreditado, estigmatizado e o conhecimento lhe é negado, embora as informações lhe sejam transmitidas. O conhecimento não é mais importante? Transfere-se informações, mas e o conhecimento? Onde está a “inclusão” de que tanto falamos?

Trago alguns questionamentos que precisam ser repensados no campo do ensino. Sabemos que um “laudo” e um “diagnóstico” podem ser importantes, mas precisamos pensar para além. Importantes para quê? Para quem? Qual a finalidade deles? Eles determinam o que? Em quem? Quando? Em que contexto? De que forma? O que foi levado em conta? Por quem? Por maioria? Por minoria? Foi a voz de quem que disse? E assim eu poderia ficar pelo resto do dia me questionando e questionando você acerca do verdadeiro sentido deles para a escola. Sua importância se dá principalmente diante das leis da educação, até porque o sistema pede tal documento, mas penso que eles não podem seguir determinando os futuros de nossos alunos. O laudo é médico, o fazer pedagógico é do professor. No entanto, o cotidiano nos mostra que existe a produção de uma subjetividade híbrida, onde “laudo” e “diagnóstico”, que são coisas distintas, circulam ressignificando as práticas.

Há mais ou menos dez anos atuando na educação especial, pude ver diagnósticos médicos sendo revertidos, laudos sendo frustrados e limites rompidos. Recordo-me agora de um caso, que pode ilustrar o que foi dito acima, em que uma menina de oito anos chegou ao meu consultório com o diagnóstico de dislexia por não conseguir ler. As professoras foram visitadas e me disseram que não tinha mais jeito porque ela apresentava uma dificuldade muito

⁹ Documento oficial emitido e assinado por um médico ou especialista responsável, que informa sobre o estado de saúde de um paciente. Nele estão descritos os achados das avaliações médicas, bem como as alterações encontradas a partir do que se contrapõe ao padrão.

grande, como a médica disse. Ainda disseram que o laudo que ela tinha faria ela passar de ano e que eu não me preocupasse. Mas quem disse que eu estava preocupado com ela passando ou não de ano? Eu só queria que ela aprendesse, queria saber quem era aquela menina e o que ela sabia fazer.

Voltei para meu consultório cheio de insatisfação e tristeza com o que ouvi de professores de uma das melhores escolas de tal município, segundo a população. No dia da consulta da menina não fiz nada que mandava o roteiro. Apenas sentei no chão com alguns brinquedos, folhas, tintas e lápis de cor para ouvir seus anseios, medos e segredos. Naquele dia conheci um pouco mais daquela “dislética” que “não tinha mais jeito”. Logo após nossa conversa de 50 minutos, descobri que ela morava na zona rural, convivía o dia inteiro com a avó que nunca havia ido a escola, via o pai à noite constantemente agredindo a mãe e saindo com outras mulheres, era chamada de “burra” e de “neguinha” na escola pelos colegas e suas professoras colocavam-na nas últimas carteiras dizendo que ela não iria aprender.

Afetividade e aprendizagem. Processo de rigidez mental. Epistemologia. Para que tantos conceitos, se na prática não são aplicados? Aquela menina não passava de um amontoado de pensamentos e confusões que precisavam ser esclarecidas. Não a encaminhei para nenhum profissional. Apenas ouvi. Toda semana ela levava o material escasso e eu fornecia alguns outros. Pouco a pouco fomos reescrevendo a história dela com pinturas, desenhos e depois com letras. Fizemos leituras de pinturas, desenhos e acreditem, de escrita. Ela só precisava falar, só precisava se organizar. Não precisava de um diagnóstico, não precisava de olhares de terceiros sobre suas dores e lutas, muito menos de limitações. Rótulos eram desnecessários. Ela precisava ter sua verdade enxergada. Tudo o que fiz foi dizer a ela que se acalmasse e que me mostrasse o que ela sabia fazer. Em três meses a “dislética” leu fluentemente.

Na escola em que trabalho hoje, vejo quase que diariamente laudos tentando produzir práticas pedagógicas. Quando isso acontece, nos levantamos ética e legalmente definindo os verdadeiros papéis de cada um. Afinal de contas, o papel do médico não é se limitar as questões médicas e o do professor as questões pedagógicas? Como diria o ditado popular contemporâneo: “cada um no seu quadrado”. Por isso afirmo mais uma vez para que fique gravado: o laudo é médico, o fazer pedagógico é do professor. Por mais que o sujeito possua um diagnóstico e venha para a escola acompanhado de um laudo, quem determina pedagogicamente o que e como fazer com ele é o professor. Não me venham com rótulos, não me venham com determinações. Sabemos que ao longo do tempo tudo muda. O homem primata já não possui as mesmas características do homem de hoje. Nada está posto.

Falando em evolução, a área que utilizo para meu trabalho profissional e que me dedico

a pesquisa atualmente são as neurociências cognitivas¹⁰. A partir delas, vemos que todos os cérebros são diferentes morfológicamente, em pensamento e funções diversas, ou seja, ninguém pensa igual a ninguém e nenhum cérebro é idêntico ao outro. Oriento que aprofundem também no conceito de neurodiversidade¹¹. Justamente no que tange a aprendizagem, isso pode ser potencializado já que sabemos que diversas são as formas de aprender e que ninguém aprende igual e no mesmo tempo. Diante dessas informações corroboramos que todos somos diferentes e que não podemos esperar o mesmo desenvolvimento, bem como um padrão para todos os alunos. Cada um tem seu tempo, cada um tem sua forma, cada metodologia serve a um grupo e nem sempre a todos. A dificuldade é de aprendizagem ou de ensinagem? Deficiente é o sujeito ou o sistema e a metodologia aplicada?

São questionamentos que construíram essa dissertação. À medida que questiono, consigo construir algo novo em mim e assim espero que em cada leitor. Será mesmo que existe um padrão? Quem criou? Podemos medir com um mesmo instrumento todas as pessoas sabendo que todos somos diferentes? Estamos incluindo ou promovendo práticas integradoras? Chegou um tempo de parar com a reprodução da informação e dar largas ao conhecimento. É a metacognição, ou seja, a capacidade de pensar sobre o pensar que nos faz diferente dos demais animais, “*homo sapiens*”. Assumamos nosso lugar e nossas habilidades. Posto isso, emergem então algumas questões problemas dessa pesquisa: o que é deficiência e quem é deficiente, corpo ou ambiente? Será que um exclui o outro? Será que pensar deficiência a partir do corpo é diferente de pensar a partir do ambiente? Discutido isso, qual seria então o papel do “laudo” e como ele se dá nesse processo de ensino e inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais?

Através de um passeio histórico-filosófico-político-social objetivei desconstruir a visão hegemônica, positivada, classificatória e limitadora de deficiência, trazendo à tona onde tal “problema” realmente está, se no corpo, no ambiente ou nos dois, promovendo uma reflexão a respeito do diagnóstico, bem como seu papel na vida dos sujeitos. Além disso, discuto acerca de segregação, integração e inclusão de “deficientes” frente aos avanços das neurociências, em especial as neurociências cognitivas. Com isso, a importância desse trabalho é notória frente a necessidade de garantir um processo de ensino inclusivo para todos, refletindo sobre quem tem

¹⁰ Subdivisão das Neurociências que não se detém apenas ao estudo do sistema nervoso. Seu objetivo é compreender e explicar as capacidades mentais do ser humano, como por exemplo, seu pensamento, aprendizado, inteligência, memória, linguagem e percepção.

¹¹ Ver ORTEGA, F. Deficiência, autismo e neurodiversidade. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000100012

dificuldades, sobre o papel do diagnóstico e criando novos caminhos educacionais pelo prisma neuroeducativo, bem como a facilitação da inserção e permanência na escola.

Para isso, o pontapé inicial se deu através de um levantamento bibliográfico a respeito das deficiências múltiplas, das dificuldades de aprendizagem e neurociências a partir de um grupo de pesquisa promovido pela professora Jacqueline de Souza durante um semestre. No semestre seguinte, as discussões se voltaram para a sociologia do diagnóstico¹², o qual se ocupou de uma bibliografia com a temática sobre inclusão, direitos humanos e a visão sociológica do diagnóstico, construindo uma arqueologia do saber a respeito do papel do laudo na educação. Também elencamos achados sobre “deficiências” no período a.C. até a atualidade passando por diferentes povos, culturas distintas dentre esses mesmos povos, desconstruindo assim a visão de “deficiência” como algo incapacitante e até mesmo do diagnóstico como limitador.

Tal pesquisa é fundamentada principalmente por um estudo das obras de Michel Foucault, filósofo, historiador de ideias, teórico social, filólogo, crítico literário e professor, abordando a lógica da vigilância e punição no ensino, dando ênfase aos poderes microfísicos, as relações de poder, ao nascimento da clínica e a história da loucura. Foucault discorre claramente sobre as relações entre poder e conhecimento, bem como eles são usados para controle social por meio de instituições sociais. Também desconstrói a visão posta sobre doença e debate sobre os padrões de patológico e normal dentro dessas relações de poder. Trazendo de forma análoga a essa dissertação, tais textos nos auxiliam na construção de ideias.

Obras de Erving Goffman, cientista social, antropólogo, sociólogo e escritor, também são utilizadas, sobretudo trazendo o que confere sobre a questão dos estigmas, a teoria da ação social e também as relações de poder, como destacado acima também abordado por Foucault. Goffman, eleito o sociólogo mais influente do século XX, nos brinda com um excelente trabalho a respeito de interação social, a organização social do eu e elementos particulares da vida social, como instituições totais e estigmas. Os seus livros “Estigma: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada” e “Manicômios, Prisões e Conventos” são citados nessa obra.

Esse trabalho ainda traz consigo a brilhante obra intitulada “O Normal e o Patológico”, de Georges Canguilhem, filósofo e médico francês, especialista em epistemologia e história da ciência, discípulo de Gaston Bachelard, influenciado por Foucault, que acreditava ser a vida humana mais que leis físico-químicas e que objetivava através de seus estudos mostrar que a biologia é irredutível à análise e a decomposição lógico-matemática. Canguilhem é um dos

¹² Ver texto de Jutel, A. Beyond the Sociology of Diagnosis. *Sociology Compass*, 9: 841–852, 2015.

nomes mais citados na academia quando o assunto é o pensamento crítico sobre os padrões de normalidade e de patologização.

Os escritos de Gloria Jean Watkins, mais conhecida pelo seu pseudônimo bell hooks (escrito em minúsculas porque seu objetivo era desafiar convenções linguísticas e acadêmicas, chamando atenção ao conteúdo de sua escrita e não à sua pessoa), escritora, teórica feminista, artista e ativista social estadunidense, não ficaram de fora desse estudo sobre a transgressão dos padrões em relação ao processo de ensino. hooks teve seu trabalho embasado na interseccionalidade de raça, capitalismo e gênero, destacando a capacidade destes para produzir e perpetuar sistemas de opressão e dominação de classe. Influenciada por Paulo Freire, hooks traz esses pontos destacados acima para a discussão na educação, arte, sexualidade, história, mídia de massa e tantos outros pontos. “Ensinando a Transgredir: A Educação como Prática da Liberdade” é citada algumas vezes nessa dissertação.

Além disso, uma bibliografia contemporânea composta por nomes conhecidos mundialmente e que fizeram história na temática aqui trabalhada pode ser encontrada construindo caminhos novos de pensamento. O ideal é que esse trabalho inquiete você, assim como essa realidade tem me inquietado. Dessa forma, para tratar tais questões, iniciamos com a introdução do trabalho apresentando o problema de pesquisa, os objetivos da mesma, a justificativa e a metodologia.

Logo após um capítulo intitulado “Dos primórdios à atualidade: problematizando o conceito de deficiência até as Neurociências Cognitivas” onde exponho uma caminhada crítica e contra-hegemônica na história das deficiências, discutindo os modelos de deficiência e problematizando os conceitos a partir de diversas visões, ocupando-me do cuidado com a pós-verdade¹³, não deixando de lado o olhar das neurociências cognitivas, delimitando o escopo conceitual de deficiência. É importante deixar claro que, sem a história, não chegamos ao conhecimento do conceito de deficiência enquanto construção e por isso ela se fez presente nesse trabalho.

Mais a frente, seguimos com um capítulo intitulado “Vigiar e Punir x Transgredir: revisitando o papel do laudo no Brasil”, o qual utilizo para fazer um estudo normativo e legal sobre o conceito aplicado de deficiência a partir de teóricos, leis e normas, correlacionando com a discussão do capítulo anterior a fim de estabelecer pontos positivos e negativos do que se entende por deficiência no Brasil. Aqui traremos Goffman com os estudos a respeito do estigma,

¹³ Neologismo utilizado para descrever a situação na qual, na hora de criar e modelar a opinião pública, os fatos objetivos têm menos influência que os apelos às emoções e às crenças pessoais. Difere-se da falsificação da verdade por dar-lhe uma importância secundária.

Foucault com o conceito de biopolítica e hooks com a transgressão no ensino. Uma análise crítica sobre as políticas de inclusão escolar no Brasil também é feita nesse capítulo, bem como o papel do diagnóstico e do laudo que seguem produzindo lugares sociais que se estendem para o ensino. Não podemos esquecer que esse capítulo é permeado de narrativas próprias com a finalidade de elucidar o que está em discussão.

Por fim, a conclusão da pesquisa se deu por meio do levantamento bibliográfico realizado e a articulação dos resultados encontrados e discutidos aqui, afirmando ou negando as hipóteses trazidas nessa dissertação.

2 DOS PRIMÓRDIOS À ATUALIDADE: PROBLEMATIZANDO O CONCEITO DE DEFICIÊNCIA

Talvez te seja inútil minha vida,
Noite; fora do golfo universal,
Como concha sem pérola, perdida,
Me arremessaste no teu areal.

Moves as ondas, como indiferente,
E cantas sem cessar tua melodia.
Mas há de amar um dia, finalmente,
A mentira da concha sem valia.

Jazerás a seu lado pela areia
E pouco faltará para que a escondas
Nessa casula onde ela se encandeia
À sonora campânula das ondas,

E as paredes da frágil concha, pouco
A pouco, se encherão do eco da espuma,
Tal como a casa de um coração oco,
Cheio de vento, de chuva e de bruma...
(MANDELSTAN, 2006)

Confesso que ao ler essa poesia pela primeira vez, despi-me do homem desassossegado e persuadível capitalista para compreender sua essência. Busquei, li, reli, perscrutei, pensei, analisei cada palavra com muita diligência. Fiz grifos, pesquisei. Rabisquei aquela folha que outrora só trazia para mim versos frios e estáticos, sem sentido. Mas por fim, compreendi, me emocionei. Logo me veio a mente a causa que me move, que faz parte de minha história, a qual me descobri apaixonado no ano de 2007, a “deficiência”, que aqui quero que seja vista como uma das formas corporais de estar no mundo (BORGES, 1995). Não pude suportar. Um rio de emoção agora corre pelos trilhos marcados de minha lânguida face enquanto trago esse e muitos conceitos nessa dissertação junto de aspas, visto que nem tudo o que se lê está posto da forma que imaginamos. Mas peço calma, teremos tempo para refletir a respeito de tudo isso.

Obsecro o consentimento de Mandelstan (2006) para uma breve analogia da concha sem pérola com o “deficiente”. É quase cômico, se não fosse trágico, lógico, observar que em meio a diversidade global dos dias atuais as diferenças ainda nos causem tamanha estranheza e pouco consiga se enxergar seu valor e importância na composição social. Afinal de contas, uma sociedade não é um misto de “estranhezas”? São corpos descartados e lançados nos areais a espera da onda que os levará, vozes caladas por melodias cantadas incessantemente ditando o que fazer e o que não fazer, sonhos adormecidos e impedidos de se realizarem por conta da ignorância e absurda cegueira social. Ah, mas eu ainda creio que um dia haveremos de arrancar

as vendas dos olhos e amar a “pobre concha”. Para isso, eis-me aqui.

Compactuo com o pensamento de Platt (1999) de que se torna inútil e injusto tentar compreender e conceituar a “deficiência”¹⁴ sem antes rever e discutir toda trajetória ao longo dos anos a fim de começar a pensar para além do que estabelecemos como “verdade”, como paradigmas. Duarte Júnior (1988) acredita justamente ser por meio da linguagem o caminho pelo qual nós homens podemos refletir, pensar e elaborar nossas “verdades”. Pensamos sobre nós mesmos, pensamos sobre o próximo e sobre nossos problemas de época buscando resolução para os mesmos, construindo nossos pontos de vista. Assim é feito com a “deficiência”. Assim é feito com o “deficiente”¹⁵. A inquietação que se deu para Bianchetti (1995) então faz sentido quando o mesmo questiona qual é o ideal de corpo que cada grupo dominante, em distintas épocas, necessitava/criava como modelo.

Alvoreço, dessa forma, essa discussão com a acertada premissa de Will Durant (1957), a qual expõe que “o estudo da antiguidade perde o valor, exceto quando se torna um drama vivo, ou quando lança luz em nosso viver contemporâneo”. Passos foram dados a favor da ótica envolvendo o sujeito “desqualificado” (corpo sem qualidades, que não produz, portanto, descartado), “estigmatizado” (marcado pelos sinais físicos ou comportamentais) como traz Goffman (1988) e “diferente” (que destoa do padrão hegemônico), sobretudo em suas relações com o ambiente escolar. Porém, a voz de Cazusa em consonância com a predominante realidade da visão trágica sobre a deficiência alerta que observamos “um museu de grandes novidades”, “vendo o futuro repetir o passado” dentro das escolas. Mesmo olhando de hoje para ontem e notando as discontinuidades e metamorfoses que os conceitos e práticas vêm sofrendo, precisamos avançar. Como disse acima, “é preciso pensar para além”.

Discorrer sobre as diferenças que permeiam as salas de aula, os diferentes “tipos de corpos”, “deficiência”, “pessoa com deficiência”, “deficiente”, “lesão”, “incapacidade”, “desvantagem” e tantos outros termos, por vezes nos parece muito simples a partir do conhecimento secular influenciado pela linha positivista que impera em nosso modelo de sociedade, dando a impressão de que estamos falando da mesma coisa, querendo apenas complicar ao trazer novos conceitos, sem saber na verdade o que estamos fazendo. Mas será que realmente andamos em círculos, em pleno século XXI, perdidos nessa floresta sombria de

¹⁴ Perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano, como descrito no Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

¹⁵ Pessoa com impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, como descrito na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

conceitos sem esperanças de encontrar a luz? Será que a Idade Média é aqui e não nos demos conta disso?¹⁶

Se ela é aqui, não sei. Mas a certeza da pluralidade de corpos, nós temos e testemunhamos diariamente. No tocante a essa corporeidade humana, resta-me apenas dizer que tal fenômeno é bem complexo e para tentar entendê-lo melhor, a sociologia deu maior ênfase a essa temática na década de 80, tonando-se importante principalmente para a sociologia da saúde e da doença, à medida que, pelo pensamento de Nettleton (2003), um corpo enfermo teria suas funções “normais” limitadas com consequências sociais, políticas, econômicas, psicológicas, sendo objetivado pelas intervenções médicas.

Para que possamos pensar o corpo globalmente e para além do que se vê, devemos conclamar a interdisciplinaridade entre ciências sociais e humanas, somadas as biomédicas, já que o “corpo é a interface entre o social e o individual, a natureza e a cultura, o psicológico e o simbólico” como diz Le Breton (2003). O corpo moderno, por exemplo, sofre bruscas intervenções das tecnociências nesse seu rearranjo, como a interferência do biopoder que amarra os sujeitos às ideologias hegemônicas do aprimoramento corporal, ultrapassando o que é físico para encaixá-lo em novas representações na ordem dos valores, explicado por Gomes (2004).

“Corpos dizem coisas”. “Silêncios dizem coisas”. “Palavras dizem coisas”. Por isso tantas aspas nesse texto. Recordo-me que ouvi essa frase em uma aula com a cara professora Maristela Barenco e desde então ela ressoa dentro em mim. Sim, palavras dizem coisas! Sobretudo nesse tempo de grandes transformações sociais e de pensamentos críticos sobre a deficiência que, se arrastam com maior ênfase desde o início dos anos 70 como descreve Barbosa-Fohrmann (2016), transformando-se em um grande desafio, já que eles têm gerado relevantes inquietações e promovido desafiadores debates quanto à utilização de termos, transposição de barreiras, quebra dos paradigmas e dogmas já firmados acerca da temática, bem como suas definições nesse multiculturalismo global.

Tal mudança tem acontecido porque cada época e cada contexto tem sua visão própria a respeito do conhecimento e estabelece “verdades” para si como relata Bisol et al. (2017). Exatamente por não serem estáticas, prontas, eternas, essas “verdades” podem falhar na forma de interpretar o mundo e de resolver algumas questões dos sujeitos de determinada época, surgindo então novos modos de pensar, novas maneiras de fazer ciência, novos jeitos de olhar determinado ser, num movimento vital e indispensável chamado por Kuhn (2007) de

¹⁶ Os conceitos entre aspas citados nesse parágrafo são discutidos de forma mais clara no próximo capítulo.

“revoluções científicas”. Pois bem, adiante elucidaremos muitas questões histórico-sociais a respeito das “deficiências”.

Inaugurando essa longa e importante trajetória, rememorei datas e acontecimentos passados, em épocas distintas, para entender, respeitando a episteme de cada época e de cada cultura, as “realidades” estruturadas em relação às diferenças entre os sujeitos, que se arrastam até os dias atuais. Digo “realidades” porque historicamente o “deficiente” foi construído de muitas maneiras até chegar a construção do que representa hoje. Exatamente, construção. Inclusive tudo o que se pensa de forma hegemônica sobre deficiência se tornou algo tão distante de ter sido arquitetado pelo homem, como uma instituição estabelecida, que não é questionada em momento algum. É uma verdade pronta, algo que está dado onde a conduta individual tem um padrão, a realidade foi objetivada e por fim, determina os padrões, como diz Duarte Júnior (1988), já que o óbvio é mais difícil de ser notado por ser óbvio.

Essas “realidades” humanas são tão construídas que o próprio homem vive se adaptando desde a antiguidade, construindo sua existência por meio do contato com outros homens em determinados locais e épocas, estabelecendo suas relações, como afirma Bianchetti (1995). Procurar então na história os “certos” e “errados” ou tentar compreender de forma piedosa ou abstrata é um erro desmedido, já que esse seria um julgamento moral. Inclusive Engels (1978) afirma que bem e mal são conceitos subjetivos que podem variar de pessoa a pessoa, de povo para povo e de época para época, chegando a se contrastarem inúmeras vezes. Penso que haja a necessidade de desnudar-nos das ideias e “verdades” para bem compreender, de forma contextualizada, as questões que se deram nesse afã histórico.

Sobre a adaptação e construção social que estamos discutindo, sabemos que os animais irracionais são determinados biologicamente, ou seja, cada qual nasceu para desempenhar seu papel. A aranha tece suas teias, a abelha labuta na produção do mel e faz sua colmeia, cada qual vivendo em seu mundo fechado. Quando a natureza não lhes fornece mais os meios de sobrevivência, correm o risco de entrar em um processo de extinção. O homem não. Pelo poder que a linguagem lhe concede, como já explanado aqui, ele pode criar e recriar seus meios de viver em seu mundo aberto. Cada vez que um obstáculo aparece, ele pode repensar sobre tal questão e se adaptar ao novo, assumindo novos estilos de vida (BIANCHETTI, 1995).

Dessa forma, penso ser muito necessário passearmos juntos pela história das deficiências desconstruindo a visão fechada e reduzida sobre o tema e construindo uma nova visão. Somente descrever também o que já está posto seria pequeno demais, por isso outras narrativas se fazem presentes nesse texto. Peço a você, querido leitor, que se esvazie de seus “pré-conceitos”, de suas fórmulas, de tudo o que já sabe, para que quem sabe, ousar e conseguir

construir novas pontes. Como sempre afirmo, não tenho vergonha de me contradizer, de quebrar as minhas regras, de me reinventar. Ainda a pedra que não tem vida se reinventa com os solavancos, com o tempo e tempestades da vida. “Viver menino, morrer poeta”. Venha comigo!

2.1 SEM CONHECIMENTO, SEM LUZ: A “DEFICIÊNCIA” E O “DEFICIENTE” NAS TREVAS

Quando falo de adaptação do homem nos parágrafos acima, noto que fica claro exemplificar ao observarmos como os homens primitivos se estabeleciam. Silva (1987) e Bianchetti (1995) contam-nos que por viverem daquilo que a natureza provia, da caça, da pesca, habitando em cavernas, quando não encontravam mais meios de manter sua sobrevivência naquele lugar, mudavam-se, assumindo uma postura nômade. Nesse processo de migração cada indivíduo precisava se ocupar de suas responsabilidades e ainda ajudar o grupo inteiro. Pense como seria para uma pessoa com deficiência. Obviamente ele era um “peso morto” e por essa razão abandonado.

Mas, analisando pela ótica de Bianchetti (1995), vemos em linhas gerais que historicamente o tratamento em relação ao corpo “deficiente”, por exemplo, foi e ainda é contraditório. Ora é negado e ora supervalorizado parcialmente, ficando essa irracionalidade, essa contradição evidente frente a tentativa estúpida de normatização, onde os corpos que não seguem o “modelo padrão” necessitam de uma intervenção. Para clarificar o entendimento, o mesmo autor cita o mito de Procusto, o qual narra que existia uma cama do tamanho exato dele na chegada da cidade de Elêusis. Procusto, que era um “bandido”, convidava todos os viajantes a se deitarem nela, onde a medida dele precisava ser a medida para os corpos das pessoas que chegavam. Os que não se adequavam eram espichados ou amputados. O mito grego ainda destaca que o importante era garantir que todos estivessem padronizados.

Na antiguidade, os romanos, logo no início da Era Cristã, de acordo com Misés (1977), asfixiavam os bebês com malformação e afogavam os “débeis” e “anormais” justificando não ser por ódio, mas para a não corrupção dos demais corpos “normais”. As leis romanas, como mostrado por Silva (1987), proibiam o extermínio de crianças intencionalmente com menos de 3 anos de idade a não ser que elas nascessem “mutiladas” ou fossem “monstros”. Porém Corrêa (2010) salienta que algumas crianças eram abandonadas por seus pais em cestos com flores nas margens do rio Tibre, onde escravos e pobres se apropriavam delas para criá-las e utilizá-las

quando estivessem mais velhas a fim de pedirem esmolas nas praças, templos e ruas da cidade. Esmolar era tão rendoso que houve uma época em que crianças “normais” foram roubadas de seus pais para serem mutiladas e servirem como pedintes.

Silva (1987) destaca que na Roma de César, onde não havia o tratamento tão duro como nos anos iniciais, deficientes eram levados para os circos romanos a fim de desempenharem os trabalhos simples, mas também os mais humilhantes. Outras vezes, eram considerados os bobos do tempo e serviam como distratores. Corrêa (2010) cita que em Atenas, quando uma criança nascia, uma grande festa era realizada e, o pai tomava o bebê pelos braços elevando-o bem alto com a finalidade de apresentá-lo aos amigos e aos deuses. Quando esse ritual não se cumpria, todos sabiam que tal criança seria morta pelo pai, já que era dever dele exterminar seu próprio filho. Os filhos “deficientes” que escapavam desse costume eram abandonados por seus pais para morrerem.

Esparta tinha uma visão um pouco radical a respeito das crianças “deficientes”. Corrêa (2010) e Silva (1987) afirmam que eles eram tidos como subumanos, por vezes abandonados como os bebês de Atenas, vezes descartados, sendo que antes do Cristianismo o costume era arremessá-los de precipícios. Os bebês espartanos de famílias ricas, assim que nasciam, eram levados a um conselho oficial composto por anciãos que os examinavam. Se fossem fortes e saudáveis, eram devolvidos aos pais para que convivessem até os sete anos, quando o Estado os tomava para educá-los e torná-los guerreiros. Caso fossem franzinos e feios, os próprios anciãos os levavam para o *Apothetai*, que quer dizer depósito. Esse local consistia em um abismo, uma cadeia de montanhas, onde a criança era lançada a fim de ser exterminada.

Na Idade Média, até por conta da expansão das cidades, Corrêa (2010) nos traz que o controle com os cuidados pessoais em relação a saúde e a própria higiene foram perdidos, levando o povo a experimentar o medo das grandes epidemias e doenças severas. Por conta da falta de conhecimento, as malformações e deformidades geradas por doenças graves foram tomadas como castigo de Deus. Com isso, a magia e os feitiços somados aos rituais de exorcismo e benzeduras ganharam espaço em meio a esse povo “segregado”.

Silva (1987) revela que a deficiência inicialmente foi vista exatamente como um fenômeno metafísico, existia um campo espiritual, sobrenatural que a cercava, onde se pensava que tais corpos eram castigados pelos deuses, habitando neles maus espíritos, demônios, ou ainda eram escolhidos para purgar pelos pecados de antepassados. Em alguns casos acreditava-se que a morte desses sujeitos seria a forma de purificá-los desses espíritos maus. Pacheco e Alves (2007) ainda acrescentam que esses corpos eram tidos como impuros e pecaminosos e, por essa razão, tais pessoas eram apenas toleradas na sociedade em que estavam inseridas,

vivendo esmolando pelas ruas e praças, reforçando o estigma de marginalização e de culpa desses sujeitos.

Corrêa (2010) em seus escritos, nos elucida que a Idade Média, também chamada de “Idade das Trevas”, foi justamente assim chamada por conta da falta de conhecimento, de informações, de educação, medo do desconhecido e pela utilização metafísica para explicar os problemas. A falta do conhecimento, que representa a luz, mantinha o povo na falta dele, ou seja, na escuridão, nas trevas, quase numa reprodução platônica da alegoria da caverna que será exposta nos próximos parágrafos. Corrêa (2010) ainda salienta que as próprias manifestações artísticas da “Idade das Trevas” traziam o “deficiente” sempre maltrapilho e à margem da sociedade buscando esmolas para sua sobrevivência em sociedade.

Sobre a alegoria da caverna, ou mito da caverna, ou ainda parábola da caverna, Platão (1959) em sua obra “A República” nos brinda com essa história que, segundo ele, aborda fatos importantes para que entendamos a teoria do conhecimento. Imaginemos homens que vivam em uma caverna subterrânea com braços, pernas e pescoço presos a correntes que os impede de se mexerem, tendo a sua frente apenas a parede do fundo da caverna. Atrás deles, uma fogueira queima e projeta figuras em tal parede. Essa é a única luz que eles conhecem já que estão na caverna desde seu nascimento e nunca saíram dela para conhecer o que está lá fora. A única “verdade” que eles dispõem é essa. Só conhecem isso. Por isso, tais projeções foram estabelecidas como suas “verdades”.

Um dia, um desses prisioneiros consegue se soltar das correntes, vira-se para a luz da entrada da caverna, a qual nem sabia da existência, e caminha em direção a ela saindo para o exterior. Chegando lá, vendo que existia muito mais do que havia estabelecido como verdade, ficou assustado com tanta variedade de coisas diante dos seus olhos, que teve vontade de voltar para onde sempre viveu. O novo lhe causava espanto. No entanto, sua admiração pelas cores, pelos raios do sol, as imagens refletidas nas águas, pelas formas e tantas outras novidades, com tempo o agradaram e fizeram com que ele tivesse vontade de voltar para a antiga habitação, a caverna, não mais por medo, mas por vontade de compartilhar com os outros tudo aquilo que havia experimentado além das sombras projetadas na parede do fundo da caverna.

Ao chegar novamente a antiga habitação e partilhar com os demais o que havia experimentado fora daquele lugar, vestiram-no com a roupa da desrazão, deram-lhe um rótulo. Não acreditaram no que ouviram e tomaram o ex-prisioneiro como louco. Diante disso, em um movimento preventivo para que tais ideias não despertasse a curiosidade dos demais para o mesmo caminho de insanidade que ele havia percorrido, resolveram exterminá-lo. Dessa forma, o mundo visível lá de fora continuou existindo, mas o povo preso às correntes culturais, de fé e

de relatos do senso comum, permaneceu ali no mundo das sombras se alimentando das “verdades” oferecidas a elas por outras pessoas.

Posta essa visão, Gayoso (2006) salienta que os séculos dessa escuridão da inquisição católica e a rigidez moral e ética da Reforma Protestante reforçaram essa concepção ante ao fato do deficiente ser considerado a própria personificação do mal. Os casos de execução se davam de variadas formas para aqueles que tinham seus corpos marcados por uma lesão ou alguma deficiência mental, sendo por vezes estigmatizados como “monstros” ou “aberrações”. Corrêa (2010) diz que no fim da Idade Média a Inquisição matou centenas de milhares de pessoas considerados loucos ou endemoniados, bem como a Reforma Protestante com sua rigidez ética e moral gerando tamanha intolerância. Inclusive Lutero, segundo Padovani (1972), pensava que havia duas saídas para os “deficientes”: orar por eles ou afogá-los.

Do misticismo ao ocultismo, do animismo à feitiçaria, por muito tempo acreditou-se e, ainda se acredita em determinadas culturas, que a deficiência está ligada à magia ou a possessões demoníacas. Inclusive no Brasil, em algumas comunidades ribeirinhas da Ilha do Marajó, no Pará, em pleno ano de 2018, por exemplo, como tive a oportunidade de conhecer. Dessa forma, vemos que muito da “Idade das Trevas” ainda é pulsante na era da “luz”.

Os achados históricos revelam que desde o Homem de Neandertal que viveu há uns setenta mil anos, aos Cro-Magnons de trinta mil anos atrás, perpassando por povos e civilizações antigas até chegar a atualidade, esbarramos em relatos de crenças sobrenaturais sustentando a visão metafísica acerca da deficiência, sendo elas lesões físicas, sensoriais ou mentais nas espécies humanas, como nos descreve Silva (1987) em sua *Epopéia Ignorada*. Por mais que existissem (e ainda existem em menor escala como tive a oportunidade de observar) crenças ligadas a fatores metafísicos, os fatores estéticos sempre foram um marco na estigmatização do “sujeito diferente”, fazendo com que ele se sentisse inferior, como cita Goffman (1988), e fosse evitado.

A mitologia grega que se fundamentava na perspectiva politeísta, na tentativa de explicar a origem da vida e os problemas da época, nos auxilia na compreensão desse ideal estético como nos descreve Brunetto (1999). Segundo o mito de Hermafroditos, ele nasceu de um relacionamento infiel entre Afrodite e Hermes e era um rapaz dotado de extrema beleza e muito jovem, com aproximadamente 15 anos, criado pelas Ninfas do monte Ido. Certo dia foi banhar-se em uma fonte onde vivia a Ninfa Sálmacis, que ao conhecê-lo ficou apaixonada. Rejeitada pelo menino, mas fingindo aceitar tal negação, a Ninfa aguardou o momento em que ele se despiu e entrou na água atirando-se em direção ao mesmo, agarrando-se em seu corpo e pedindo aos deuses que não a separassem dele. Ouvida por eles, o corpo de Sálmacis se fundiu

ao de Hermafroditos fazendo-o homem e mulher ao mesmo tempo.

Brunetto (1999) também narra a história de Zeus, esposo de Hera, o qual teve um relacionamento com Afrodite. Hera, enciumada pelo fato de a mais bela deusa do Olimpo estar gestando um filho do deus mais poderoso do Olimpo, deu-lhe um soco muito forte no ventre levando ao nascimento de uma criança chamada Príapo, com um pênis de tamanho descomunal. O mito ainda narra que, devido suas características físicas, o menino foi abandonado pela mãe em uma montanha muito alta tendo sido encontrado por pastores que então o criaram. Hera, também teve um filho com Zeus, Hefestos, o qual nasceu fraco e com pernas finas e tortas, sendo lançado ao mar por ela, já que a mesma tinha vergonha de seu corpo disforme.

Embora a mitologia ressaltasse a importância do belo ao mesmo tempo em que evidenciava a desqualificação e o descarte do que não era belo, Pacheco e Alves (2007) nos chamam a atenção para um tempo mais avançado na Grécia Antiga, onde a postura assistencialista e protecionista era tomada com os deficientes quando suas lesões vinham de batalhas corporais, evidenciando uma variação histórica em relação ao tratamento e pensamento do deficiente. Aproveitando o ensejo, Bisol et al. (2017) traz esse modelo para a atualidade já que o deficiente é visto como “coitado” e buscam-se formas de amenizar suas “dores”, notando-o como “incapacitado” e encaminhando-os para instituições asilares a fim de que atinjam um grau de adequação para o convívio com os demais.

Mesmo que coexistam resquícios de crença metafísica e até mitológica acerca da deficiência, sobretudo em nosso país, não podemos negar que com a chegada do cristianismo e o avanço do conhecimento sobre o corpo humano, essa visão deixou de ser soberana. Se por um lado sabemos, por exemplo, que as crianças espartanas que nasciam com um tipo de deficiência física ou mental, consideradas aberrações por não agradarem o modelo de organização sociocultural, eram descartadas com respaldo legítimo como relata Pessotti (1984). Por outro lado, observamos a consolidação do cristianismo na Idade Média mudando toda visão a respeito do homem. Mattos (2016) cita que os paradigmas sofreram uma mudança e o amor ao próximo, a caridade e o perdão dos pecados pregados por Jesus e vividos por Ele, ganharam espaço mudando a “realidade” estabelecida até então.

2.2 ALMA E MORAL CRISTÃ: A SUPERVALORIZAÇÃO DA CARIDADE COMO REDENÇÃO

Bianchetti (1995) explicita essa visão ao afirmar que “a dicotomia deixa de ser corpo/mente e passa a ser corpo/alma”. Agora os “deficientes” não seriam mais exterminados ou descartados ao nascer porque isso não era compatível com os novos ensinamentos de humanização e caridade, mas cabia agora a eles o olhar segregador, excludente, já que diante desse ponto de vista da moral cristã, deficiência era o mesmo que pecado. A alma passou a merecer toda atenção por ser a parte digna do sujeito, enquanto para o corpo que agora era morada de Deus/alma ao mesmo tempo que assumia o posto de oficina do diabo, todo castigo, punição, privação, desprezo e coisas afins, como a fogueira da inquisição, seriam como uma “graça”, uma “benção”, “purificação”, “redenção”.

Com esse pensamento, muitas pessoas admitiam essa verdade de possessão demoníaca sobre o “deficiente” e por conta disso as flagelações e os rituais de exorcismo agora eram aceitos como ressalta Corrêa (2010). Entramos em uma ambiguidade proteção-segregação, onde segregar significava ser caridoso na medida em que dava ao “deficiente” um lar e comida. O clero pensava que o castigo era uma forma de exercer tal caridade sabendo que ele salvava a alma do “deficiente”, do “possesso”, do demônio e a sociedade de condutas corrompíveis. Pessotti (1984) traz um pensamento que exprime a realidade dessa época, o qual afirma que ao mesmo tempo em que o teto protegia o “cristão”, as paredes separavam os “inúteis” e “inconvenientes”, escondendo-os da sociedade.

A medida que os anos avançam, a visão de que a deficiência estaria ligada ao pecado também cresce. Porém Botelho (1990) mostra que isso já se dava bem antes quando dos 22 milagres que Jesus realizou envolvendo curas e exorcismos, 8 referiam-se a “surdos”, “mudos” e “gagos”. A Bíblia Sagrada, por exemplo, cita no livro de João, no capítulo 9, versículos 2 e 3 que:

Os seus discípulos indagaram dele: “Mestre, quem pecou, este homem ou seus pais, para que nascesse cego?”. Jesus respondeu: “Nem este pecou, nem seus pais, mas é necessário que nele se manifestem as obras de Deus... (A BÍBLIA, 2017)

Esse trecho nos chama a atenção para a visão de deficiência ligada ao pecado. Além disso, fica claro que ainda pensavam ser aquele homem um “cego” porque talvez estivesse pagando pelos erros de seus pais. Em contrapartida, Bianchetti (1995), nos chama atenção para a perspectiva de que a “desgraça” do homem cego proporcionava salvação para outros, visto que aos olhares da época, fazer “caridade” a essas pessoas era um meio de salvação, reforçando o olhar segregador sobre ele. O mesmo autor ainda cita que posteriormente a esses acontecimentos, surgem bem mais a frente as Santas Casas de Misericórdia.

Outro trecho que nos apresenta bem esse olhar segregador sobre o “deficiente” e que está na Bíblia Sagrada, nos livros sinóticos dos evangelistas Marcos, Mateus e Lucas, é o da hemorroíssa (a mulher do fluxo de sangue). Porém aqui nos deteremos ao livro de Lucas, no capítulo 8, versículos de 43 a 48:

Ora, uma mulher que padecia dum fluxo de sangue havia doze anos, e tinha gasto com médicos todos os seus bens, sem que nenhum a pudesse curar, aproximou-se dele por detrás e tocou-lhe a orla do manto; e no mesmo instante lhe parou o fluxo de sangue. Jesus perguntou: Quem foi que me tocou? Como todos negassem, Pedro e os que com ele estavam disseram: Mestre, a multidão te aperta de todos os lados... Jesus replicou: Alguém me tocou, porque senti sair de mim uma força. A mulher viu-se descoberta e foi tremendo e prostrou-se a seus pés; e declarou diante de todo o povo o motivo por que o havia tocado, e como logo ficara curada. Jesus disse-lhe: Minha filha, tua fé te salvou; vai em paz. (A BÍBLIA, 2017)

A passagem nos conta os desafios e humilhações que essa mulher sofreu durante 12 anos de sua vida. Como padecia desse fluxo de sangue era obrigada a se esconder do seu povo já que a “deficiência” estava ligada a impureza, pecado, transgressão dos padrões de normalidade da época, como já discutimos acima. É evidente o sofrimento e desespero que o “doente” vivia quando o texto narra que ela havia dissipado os bens procurando ajuda médica sem resultado e também o medo vivido por “eles” quando o mesmo texto narra que a mulher se aproximou de Jesus tremendo e prostrou-se aos seus pés.

Pessotti (1984) ainda complementa que a “verdade” trazida pelo Cristo torna o homem deficiente filho de Deus por possuir uma alma como os demais seres humanos. Imagina-se que a visão exterminadora começa a caminhar para um movimento de mudança dos paradigmas, embora Aranha (2001) afirme que isso não garantiu os mesmos direitos e acessos que os demais possuíam. Incapacidade e pena estavam ligados ao deficiente, coexistindo em outras épocas e culturas, como a realidade da Grécia Antiga que se arrasta até hoje em algumas culturas, a qual dita que o corpo belo e forte deve ser supervalorizado, enquanto os que fogem desse padrão, os “incapacitados”, devem ser torturados, castigados, abandonados ou ainda corrigidos como relata Gayoso (2006) e Pacheco e Alves (2007).

Então, vitimados os corpos, com uma vida trágica e sofrida, carregando um fardo extremamente pesado, os sujeitos com deficiência necessitavam, segundo a visão da época, de caridade e ajuda. Os cuidadores são os únicos responsáveis no estabelecimento do tipo de atendimento que a pessoa receberá, que sendo diferente dos demais, sofre uma variedade de ações. Surgem então os transportes especiais, prédios especiais, oficinas protegidas de emprego, instalações de convivência e escolas especiais, que ainda com um bom intuito, como relata Augustin (2012), não levam o sujeito a propostas desafiadoras, dificultando sua inserção no

meio social, acadêmico ou no mercado de trabalho, dado o olhar do sujeito como incapaz.

2.3 DO METAFÍSICO AO RACIONAL: O OLHAR MEDICALIZADO E OBJETIVADO SOBRE OS CORPOS

Platão (1959), em sua obra “A República”, trouxe a ideia que tudo depende da qualidade do povo e por isso pedia o extermínio de crianças inválidas, disformes, débeis, fracas, mutiladas e filhas de pais idosos já que cada geração precisaria superar a anterior por meio da educação, como se acreditava, buscando a excelência. Duarte Júnior (1988), a respeito do conhecimento, diz que a medida de distribuição do mesmo é igualmente a medida da distribuição do trabalho na sociedade. Virtude é saúde e beleza, ao contrário, vício é doença e fraqueza, e isso destoava do quimérico. Tal ideal da perfeição física e mental, somado a aversão aos corpos e pensamentos diferentes, ao deficiente, de acordo com Brunetto (1999), atravessou oceanos, chegando as mais diversas culturas, passando de geração em geração e se estabelecendo como “realidade”.

Cabe aqui uma reflexão a respeito da expressão “realidade”. Duarte Júnior (1988), acredita que tal não se apresenta dada para que o homem a aceite de forma passiva como verdade imutável, como pronta. Ao contrário, ela não está pronta e dentro da elaboração da mesma o homem tem papel diretamente ativo. Por ela, cria o mundo em que habita, mesmo não se notando assim, alterando a forma de ver esse mundo à medida que desconstrói e constrói seus novos conceitos de acordo com a época e sociedade em que se insere. A verdade surge então das formas diversas do homem se relacionar com o mundo, sendo que independente do método, nenhuma verdade, principalmente a científica, é melhor ou mais verdadeira que uma filosófica ou estética, como pensa erroneamente o homem moderno.

Oliva (1999) cita Kuhn (1962) em sua obra, o qual a respeito do saber científico já dizia que o mesmo é construído por diversas variáveis e que por essa razão não consegue ser imutável e muito menos neutro, uma vez que está a serviço da sociedade para a explicação ou resolução de problemas de determinado tempo. Bisol et al. (2017) nutrindo-se dessa ideia ainda fomenta que cada época e cada contexto tem sua maneira própria de pensar, renovando sempre suas visões a medida que novos problemas surgem. Dessa forma, os paradigmas firmados sobre o que é deficiência em determinado tempo e em determinada cultura podem sofrer alterações diante das necessidades que surgem para explicar novas questões, não sendo consolidados como

verdades fechadas, deveras.

Justamente por não ser uma verdade fechada, eterna, houve uma ruptura na história onde a visão metafísica sobre a deficiência cedeu espaço a caridade e depois a visão científica frente as constantes mudanças paradigmáticas. Esse processo não se deu de forma simples, sendo necessários anos a fio e significativas mudanças. Por volta do fim do século XVIII e início do século XIX não tínhamos mais dominante uma perspectiva religiosa visto que diante do avanço da modernidade, segundo Foucault (1977), a medicina se estabelecia influenciada pelo pensamento iluminista e positivista trazendo uma perspectiva cientificista, manipulável, objetiva sobre o sujeito.

Aqui o modelo médico estava bem estabelecido, mas desde o século XVI, segundo Corrêa (2010), por meio de Paracelso e Cardano, que eram médicos e filósofos, as concepções começaram a tomar um olhar mais medicalizado. A partir desse momento, a vida começou a perder sua explicação metafísica para se tornar algo mais lógico e racional. Mancebo (2002) afirma ser essa mudança um dos grandes marcos da modernidade já que a racionalidade marca novas perspectivas entre sujeito e objeto do saber.

Pois bem, falando em modelo médico (ou biomédico) de deficiência, as visões de Newton, de acordo com Bianchetti (1995), contribuíram muito para isso já que o corpo foi visto como uma máquina. Agora cada “peça” tinha uma função e era associada ao maquinário, onde o coração foi chamado de bomba, o rim de filtro, o pulmão de fole e o cérebro como o computador perfeito. Se o corpo assumia esse papel de máquina, qualquer “disfunção” ou “deficiência” seria agora problema de uma dessas peças. Quebramos a visão de “trevas espirituais” para a “disfunção”, onde algo não está funcionando bem, permanecendo a culpa sobre o corpo do “sujeito deficiente”.

A “deficiência” assume a concepção, segundo França (2013), de ausência de partes, limitações funcionais ou sensoriais do corpo. Ele ainda completa que tal modelo contempla uma visão puramente biológica, onde a deficiência seria causada inicialmente por “problemas” de saúde, doenças e tal condição leva o sujeito a experimentar a privação ou desvantagem social. Quando tal corpo “possui” uma “deficiência”, inúmeras intervenções devem ser feitas sobre ele na tentativa de “normatizá-lo” ou ao menos trazê-lo ao mais perto do “normal” possível para evitar tais desvantagens sociais que ele sofre.

Foucault (1977) ainda destaca que tal visão racional a respeito do sujeito estabeleceu novos pontos do que era normal e do que era patológico, trazendo a todos a ideia do homem modelo, normativo. Esse ponto se torna tão importante que Canguilhem (2011) discute em um livro tais questões de normatividade e doença, a qual será discutida aqui também no próximo

capítulo. Nesse tempo também a medicina que era a grande detentora do poder começou a ditar conselhos, administrando fisicamente e moralmente as relações do indivíduo e da sociedade. Juntamente com essa postura, a ciência e a tecnologia hegemonizaram o saber e utilizaram-no para a manipulação do indivíduo por meio da esfera pública, estruturando instituições para servirem a esse propósito, como as escolas, os hospitais e tantas outras.

Sobre essa manipulação que representa poder, Foucault (1979), diz que tal não é uma coisa que se possua, mas que se exerça. Visto muito mais enquanto relações, práticas, as quais afirma que não servem para reprimir o sujeito, mas para adestrá-lo. Podemos ainda, para clarificar, de forma análoga ligar essas relações de poder e controle social ao modelo de Panóptico de Jeremy Bentham (1791; 1995)¹⁷, onde existe apenas um vigilante que vê a todos, mas esses não conseguem vê-lo. O medo e o receio de não saberem se estão sendo vistos faz com que adotem a postura desejada por quem os vigia. No livro “Microfísica do Poder” de Foucault (1979), essas relações são trazidas do macro para o micro, mostrando a prática sobre os corpos.

Seguindo a linha sócio-histórica, é oportuno lembrar como Bisol et al. (2017), que nesse período estava se consolidando na sociedade de forma dominante o modelo capitalista. Tal modelo de produção que teve seu desdobramento a partir do Renascimento e se fortaleceu com os ideais de liberdade e igualdade, não revolucionou apenas a economia, mas como a própria autora cita, também as “relações políticas, sociais e na subjetivação dos homens”. Mas será que o homem, de fato, poderia ter igualdade e liberdade? Mancebo (2002) afirma que o capitalismo colocou o homem como o centro do mundo levando ao pensamento individualista e independente gerando modificações políticas, religiosas, culturais e mais uma vez o saber científico.

Tais modificações levaram a grandes discussões e a novas perspectivas, inclusive em relação ao corpo. Agora ele é supervalorizado desde que consiga desempenhar um papel satisfatório no trabalho, produção e consumo, como nos mostra Martin e Castillo (2010). A Revolução Industrial impulsiona o modelo capitalista ao mesmo tempo em que as ciências médicas avançam no que tange as deficiências. Os corpos necessitam ser ativos, vigorosos, aptos dentro dos padrões de “normalidade” estabelecidos para se encaixarem nos serviços de produção da época, o que não acontecia com os deficientes, como nos mostra Diniz et al. (2009). Para eles, a racionalidade acerca da deficiência elevou as taxas de desemprego, gerou uma baixa

¹⁷ Jeremy Bentham (Londres, 15 de fevereiro de 1748 - Londres, 6 de junho de 1832) foi filósofo, jurista e um dos iluministas restantes que propôs um sistema de filosofia moral não para especular, mas para resolver os problemas das práticas sociais de sua época.

conceituada da escolaridade e segregação por conta dos corpos impedidos e inaptos para o trabalho produtivo.

Com as guerras e a ascensão da medicina, o século XX foi marcado por mais transformações, principalmente morais. Barnes (2012) salienta o peso da responsabilidade de cuidar dos militares feridos em campo de batalha (e agora com “marcas” em seus corpos) e do número cada vez maior de deficientes e idosos já que a progressão da medicina pode proporcionar melhor qualidade de vida para a sociedade em geral. Ferreira (2011) então relata que os serviços voluntários, as instituições especializadas bem como os profissionais especializados e os centros de atendimento para essas pessoas começaram a surgir. A medicina era a única saída, a última tábua de salvação já que focava na reabilitação dos corpos que, agora “marcados”, não seguiam mais o padrão de normatividade posto.

Esse padrão de normal e anormal, sadio e patológico, reforçou o peso sobre os corpos que traziam consigo limitações físicas e/ou intelectuais como relata Martin e Castillo (2010), já que a deficiência era vista como tragédia pessoal, problema particular, culpa individual, um peso exclusivo que levava o indivíduo a ter dificuldades e desvantagens frente aos demais. Diante do modelo capitalista, onde esse corpo precisava produzir, o deficiente era descartado quase por inanição. Digo quase (e aqui novamente palavras dizem coisas), porque agora a medicina oferecia alternativas para tratar esses corpos transgredidos, limitados e desiguais nos programas de reabilitação na tentativa de reduzir suas desvantagens ou amenizar os danos físicos e/ou intelectuais.

Dar nome aos gatos é um assunto traiçoeiro,
 E não um jogo que entretenha os indolentes;
 Pode julgar-me louco como o chapeleiro,
 Mas a um gato se dá TRÊS NOMES DIFERENTES.
 Primeiro, o nome por que o chamam diariamente,
 Como Pedro, Augusto, Belarmino ou Tomás
 Como Victor ou Jonas, Jorge ou Clemente
 – Enfim nomes discretos e bastante usuais.
 Há mesmo os que supomos soar com som mais brando,
 Uns para damas, outro para cavalheiros,
 Como Platão, Admetus, Electra, Demétrio
 Mas são todos discretos e assaz corriqueiros
 Mas a um gato cabe dar um nome especial
 Um que lhe seja próprio e menos correntio:
 Se não como manter a cauda em vertical,
 Distender os bigodes e afagar o brio?
 Dos nomes desta espécie é bem restrito o quorum,
 Como Quaxo, Munkunstrap ou Coricopato,
 Como Bombalurina, ou mesmo Jellylorum...
 Nomes que nunca pertencem a mais de um gato.
 Mas, acima e além, há um nome que ainda resta,
 Este de que jamais ninguém cogitaria,
 O nome que nenhuma ciência exata atesta

SOMENTE O GATO SABE, mas nunca o pronuncia.
 Se um gato surpreenderes com ar meditando,
 Saiba a origem do leite que o consome:
 Sua mente se entrega ao êxtase profundo
 De pensar, de pensar, de pensar em seu nome:
 Seu inefável afável
 Inefanefável
 Abismal, inviolável e singelo Nome.
 (ELIOT, 2010)

Tal poema de Eliot (2010) retrata bem a necessidade da época em “dar nome aos gatos”. Sobretudo nos convida a compreender que o olhar sobre o “gato” precisa ser um que vá além das aparências, que nos leve a exercer a capacidade que nos distingue dos demais seres vivos: a reflexão, o pensar sobre o pensar. A poesia crava a certeza de que os estigmas, os detalhes da identidade visual (GOFFMAN, 1988), têm ditado os “nomes” há muito tempo, mas “o nome que nenhuma ciência exata atesta” e que “somente o gato sabe, mas nunca o pronuncia”, precisa ser ouvida. Seria certo falar pelos gatos tendo eles vozes? Afinal “dar nome aos gatos é um assunto traiçoeiro”. Cabe aqui uma pausa para analisar em nossa caminhada mais que histórica quantas roupas a deficiência já vestiu. É histórico, é surreal, é cultural!

A primeira visão acerca da deficiência foi desconstruída, ficando para trás e, aqui já tratamos de algo muito contraditório ao que abordávamos inicialmente. Todo misticismo e “trevas” se rendeu a prática lógica e a “luz”.¹⁸ Dependendo da época e do povo, bem como do conhecimento estabelecido para cada sociedade e até mesmo culturas, foram várias as construções conceituais da deficiência. A cada passo fica mais evidente que ela não é uma verdade pronta e está em constante metamorfose.

Assim como a deficiência ao longo dos séculos e culturas se apresentou de diversas formas, com muitas roupas, Foucault (2017), em suas obras, nos brinda com um claro exemplo do que aconteceu também com o conceito de loucura, que nos tempos de outrora não era doença e depois passou a receber tal classificação diante dos mesmos processos de mudança conceituais que a deficiência passou. Ele discorre sobre a temática mostrando que dependendo do tempo, da cultura, da episteme, a loucura foi vista como verdades diferentes. Para Foucault, tal conceito não passa de uma construção. No entanto, ele mesmo divide a loucura em quatro momentos diferentes e de formas distintas em sua obra.

Em um primeiro momento, que Foucault (2017) chama de Idade Média, os que hoje chamaríamos de loucos eram tidos como visionários, sábios, profetas, uma loucura ainda não medicalizada, ainda não posta como “doença” mental. O próprio filme “O Incrível Exército de

¹⁸ Analogamente trevas representando a falta de conhecimento e a luz a presença do mesmo.

Brancaleone”, de 1966, dirigido por Mario Monicelli retrata bem essa realidade quando traz, na Itália do século XI um maltrapilho, profeta, missionário chamado Brancaleone que conclama um exército de maltrapilhos e parte em busca da terra que julga ter direito, a Terra Santa, matando os muçulmanos. Na contemporaneidade Brancaleone seria visto como louco, psicopata, assassino. O feiticeiro Rasputin, na Rússia do século XIX, sob o reinado do czar Nicolau II, é outro exemplo de “louco” que foi proclamado homem santo e com sabedoria elevada, haja visto que ocupou até lugar na corte como cita Vianna (2017).

Em um outro momento, sendo um segundo, denominado do Renascimento, Foucault (2017) enxerga o sujeito como louco porque a sociedade era louca. Aqui a loucura era vista como outra razão, havendo uma mudança na visão da mesma. Como exemplo podemos citar a obra de Saavedra (2002), “O engenhoso fidalgo D. Quixote de La Mancha”, o qual não era um visionário como no primeiro momento e nem um sujeito elegível para os setores psiquiátricos como na modernidade. Ele só mostrava a loucura da época ao sair pelas terras da Mancha, de Aragão e da Catalunha acompanhado de seu fiel escudeiro Sancho Pança, movido pela vontade de ser como os heróis preferidos que lera nos romances de cavalaria.

Já o terceiro momento chamado de Idade Clássica, para Foucault (2017), traz a loucura como uma desrazão e teria se formado a partir das obras de Descartes, nos séculos XVI, XVII. Existe um homem racional e um homem louco, o qual está errado, é criminoso, não traz a verdade consigo, não tem razão, mudando a visão sobre loucura completamente. Então, do pressuposto filosófico o louco é calado e do pressuposto institucional, internado. Foucault (2017) complementa relatando o início dos grandes enclausuramentos, onde o louco é banido do convívio social, recluso, encarcerado e torturado. Os Hospitais Gerais começam a se proliferar na Europa e pessoas começam a visitá-los para se entreterem, já que nessa época eram loucos também os mendigos, os desocupados, os homossexuais, os devassos, os bêbados e todos os outros que fugiam do padrão “normal”.

O século XVIII vem inaugurar o quarto momento para Foucault (2017). A partir daqui o louco começa a ser visto como doente, como alguém que possui uma doença individual e não mais como criminoso. Abrem-se as portas do cárcere porque prende-lo já não era bem visto moralmente. Soltam-se as correntes, mas em contrapartida dá-se o medicamento. O louco tenta se comunicar, dialogar com a psicanálise, se abrir com os psiquiatras, mas se transforma em um objeto de estudo e por esse motivo continua a ser vigiado e objetivado, onde o médico é a voz e a vez, reduzindo essa tentativa apenas a um monólogo da razão sobre a doença.

2.4 CORPOS INOCENTADOS: DO FISIOLÓGICO PARA O FILOSÓFICO

Terminados esses quatro momentos, Goodley (2013), pega carona na linha histórica construída por Foucault e caminha para a segunda metade do século XX, onde tivemos a inauguração dos movimentos de minoria e de contracultura saturados com a discriminação e a segregação que enfrentavam, criticando o modelo político até então vigente e lutando por direitos iguais. A normatividade e a doença precisariam ser revistas. Gusmão (2008) enfatiza que cada grupo desses lutava por sua liberdade e igualdade frente ao Estado que tendia (e ainda tende) a homogeneizar as realidades pessoais de cada indivíduo. Bisol et al. (2017) destaca que foi exatamente nesse momento de grandes mudanças que “emergiu e se consolidou uma nova perspectiva política, social e teórica em relação à deficiência”, o modelo social.

A crítica da normatividade e da doença foi bem discutida por Canguilhem (2011). Segundo ele, estabelecer um padrão de normalidade não passaria de um mero ideal frente as diversas diferenças fisiológicas e sociais em que o sujeito está inserido, tratando-se apenas de uma nuance quantitativa desse ideal utópico. Seguindo essa mesma perspectiva, o “cego” Borges (1995) nos brinda com a brilhante premissa de que a deficiência é apenas mais uma forma de estar no mundo. Assim como existem pessoas com diferentes tipos de pele, cabelo, peso, altura e tantas outras questões, a deficiência também seria então uma dessas roupas que o corpo encontra para se vestir. Afirmar, então, que o corpo com deficiência é “anormal” se torna inconcebível, visto que tal julgamento é estético e que possui um valor moral.

Tal modelo, o social, segundo Palacios e Bariffi (2007 apud FOHRMANN, 2016), revela inicialmente sua fundamentação nos direitos humanos. Portanto a dignidade de cada membro da sociedade, bem como a autonomia, a igualdade entre todos e a solidariedade são princípios necessários. Posto isso, avançamos da visão metafísica para a caridade, passamos pela perspectiva médico-científica e chegamos na social, ou seja, as limitações não são mais espirituais e nem culpa do corpo que as possui, mas sim de um ambiente que não está preparado para receber o sujeito que apenas tem um jeito próprio de ser, de existir, com suas particularidades. A sociedade e o Estado não levavam esses corpos em consideração porque estavam fora do padrão estético, de produção, de normatividade, culminando em um paradoxo opressor e oprimido. Eis que um tempo novo chegou na história.

Criticando as perspectivas do modelo médico que enfatizavam a alteração biológica e se posicionando contrário ao positivismo na tentativa de explicar os problemas epistemológicos, aos poucos, de acordo com Bisol et al. (2017), o modelo social foi se

consolidando e mudando as definições sobre “deficiência” e diversidade, chamando a atenção para os oprimidos socialmente, para um discurso cultural e para os obstáculos enfrentados, a fim de que seus direitos como pessoas humanas fossem garantidos. Thomas (1966) nos diz que enquanto a deficiência for vista como maldição, os sujeitos que são tidos como deficientes serão tratados como se estivessem sob um jugo maldito. Isso não só nas relações interpessoais, mas também nas políticas públicas, tentando aliviar seus fardos em vez de compensá-los com uma mudança ampla em diversos setores.

A primeira publicação redigida por um deficiente falando sobre deficiência data de 1966. Paul Hunt (1966), deficiente físico, sociólogo, debateu sobre as dificuldades encontradas por essas pessoas em seu dia a dia para ter seus direitos garantidos em igualdade. Inclusive Barnes e Mencer (1996) relatam que Hunt iniciou os trabalhos políticos na luta dos direitos dos deficientes na Inglaterra, calhando no surgimento da *Union of the Physically Impaired Against Segregation* (UPIAS), que ampliou essa luta pelo prisma da deficiência como de problema social. Agora legítima a luta do deficiente aquele que vive na pele. É lembrar de Sasaki (2007) citando Tom Shakespeare: “nada sobre nós, sem nós” em sua fala na Conferência Internacional “Deficiência com Atitude”, realizada na University of Western Sydney, Austrália, em fevereiro de 2001:

Reconhecer a perícia e a autoridade das pessoas com deficiência é muito importante. O movimento das pessoas com deficiência se resume em falar por nós mesmos. Ele trata de como é ser uma pessoa com deficiência. Ele trata de como é ter este ou aquele tipo de deficiência. Ele trata de exigir que sejamos respeitados como os verdadeiros peritos a respeito de deficiências. Ele se resume no lema Nada Sobre Nós, Sem Nós. (SASSAKI, 2007)

No entanto, a partir dessa luta, as diferenças encontradas entre os corpos, sendo físicas e/ou intelectuais, não são tidas como no modelo médico, ligadas a anomalias ou doenças. Agora cada deficiência ressalta o pressuposto da variedade de funcionamento biológico e, portanto, não se pode chegar a um padrão, como diz Canguilhem (2009). Oliveira (2011) afirma que o deficiente não pode ser encarado como uma única peça errada de um jogo que precisa ser corrigida para que o mesmo funcione, mas como parte essencial de um jogo como as demais, que se encaixa nas diferenças, que traz consigo uma história, hábitos culturais, um mundo.

A *Union of the Physically Impaired Against Segregation* (UPIAS) revoluciona, segundo França (2013), toda visão acerca dos conceitos de “lesão” e de “deficiência”, onde a primeira estaria ligada à condição física do sujeito e a segunda encarada como uma construção social. A partir desse momento, “lesão” assume como conceito a falta total ou parcial de um membro,

podendo ainda ocorrer “defeito” também em um órgão ou uma determinada função do corpo. Já a “deficiência” perde o caráter de culpa do corpo e “deficiente” passa a ser o meio social em que tal sujeito está inserido, sabendo que tal meio não leva em conta o sujeito particularmente e dessa forma, marginalizado. A culpa foi arrancada do corpo e o meio social repensado. Por isso...

Canta pequeno pássaro
Que é pra ver se seu canto é ouvido
No seu tom, da sua forma, no seu ritmo
Tu que a vista deles é o mais ínfimo

Canta seus dias, canta sua história
Canta alegrias, canta suas vitórias
Canta para quem te ouve
E também para quem “surdo” se faz
Canta, canta, canta o que lhe apraz

No turbilhão dos ventos contrários
Na chuva grossa que cai
Tuas asas por vezes perdem as forças
Mas enche teu peito, e vai

Hora ou outra virão atrás de ti
Sua voz incomoda os que não cantam assim
Nas mãos deles uma gaiola, uma anilha
Mas canta, que teu canto é maravilha!

Se por um lado o modelo médico estava ligado ao pensamento positivista influenciado pelos ideais iluministas, por outro lado Shakespeare (2006), salienta que o modelo social se fundamentava no materialismo histórico sendo influenciado pelo marxismo. Tal materialismo histórico trata da interpretação da história dos sujeitos por meio de um aspecto material, ou seja, a forma como a sociedade se coloca para a produção do essencial a sua existência, para o acúmulo e para garantir a satisfação de suas necessidades. Essa influência, como descreve o autor citado acima, permitiu a crítica a respeito do modelo de produção capitalista, afirmando haver espaço, no que tange ao trabalho, apenas para corpos “saudáveis” e que atendiam aos padrões normativos, conduzindo a ideia de que o corpo diferente do padrão, “anormal/doente”, era incapaz para geração de produtos e, portanto, não servia a esse modelo.

Barbosa-Fohrmann (2016) auxilia-nos historicamente afirmando que o modelo social começou a compor as políticas internacionais sobretudo em 1981 com o “Ano Internacional das Pessoas Deficientes” e em 1982 com o Programa de Ação Mundial de Ação sobre as Pessoas Portadoras de Deficiência. A Organização das Nações Unidas então tomou essa década como das “pessoas com deficiência” para que todos os países pudessem também adotar medidas baseadas no modelo social. Porém, somente em 2006, quando aconteceu a Convenção

Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), é que tal modelo se firmou mudando a visão paradigmática que agora buscava igualdade de direitos para a pessoa humana.

O modelo social, segundo Bisol et al. (2017), veio para quebrar a visão positivista e as concepções do modelo médico que categorizavam e enxergavam a “deficiência” como um desvio do estado “normal” da natureza humana, necessitando de tratamento para amenização das “desvantagens”, gerando o novo no que tangia ao entendimento sobre deficiência e diversidade. Shakespeare (2006) complementa que a visão de castigo celeste, carma ou desvio moral e ainda as que se detiam a déficits biológicos, ficaram para trás diante dos novos discursos focados na opressão social, cultural e nos obstáculos encontrados no ambiente.

Tal modelo também trouxe a ideia de que não se pode olhar o sujeito de forma isolada, ou seja, mais que isso, cada sujeito está inserido em uma história única e que precisa ser investigada. São “relações micro e macrossistêmicas”, como afirma Oliveira (2011). Daí chegamos a visão, junto a Oliver (1999), de que doença e deficiência se estabeleceram como coisas distintas, já que a última não necessita mais de intervenção médica e sim de mudança ambiental. Se estabeleceu como um produto de uma sociedade “descapacitante” ou incapacitante” e não como o resultado de uma “doença”. Entra em cena a contraposição do fisiológico para o filosófico. Porém, apesar de tudo isso, tal modelo vem sendo criticado como veremos nos parágrafos seguintes.

2.5 CRÍTICA SOBRE A CRÍTICA SOCIAL: OS MOVIMENTOS DE MINORIA E A PÓS-MODERNIDADE

Embora o materialismo histórico, como relata Bisol et al. (2017), tenha sido de grande valia para a compreensão da “deficiência” enquanto produto de uma sociedade discapacitante, bem como para o reconhecimento do “deficiente” como sujeito legítimo, a supervalorização do mesmo tem sido criticada. Segundo Crow (1992), precisamos retomar as discussões sobre o papel que o corpo com limitações tem na vida da pessoa deficiente, já que as limitações têm sido arrancadas das análises sobre a temática. Shakespeare (1999) também faz uma crítica ao trazer a ligação entre feminismo e “deficiência”, já que as mulheres perderam duas vezes nessa relação diante da sociedade construída sob padrões masculinos, bem como a primeira linha de teóricos do modelo social.

Como citado no começo desse capítulo, as transformações sociais nesse tempo são tamanhas, notadas a olho nu e, de certa forma, muito importantes para a construção do conceito da “deficiência”. Nos séculos XX e XXI, como destaca Bisol et al. (2017), o modelo que acabamos de discutir, o social, vem sendo criticado amplamente e já pensam no que pode ser chamado, dentro de vários nomes, como modelo pós-social, o qual traz os estudos críticos da deficiência (*Critical Disability Studies*). Goodley (2013) elucida que com o surgimento dos movimentos de minoria como o feminismo, os estudos críticos de raça, indígenas, marxismo e teoria *queer*, novas possibilidades de luta estão sendo trazidas por novos marcadores. Um debate amplo está acontecendo para saber como essas áreas podem conversar (ou não) a partir dessa ênfase ao corpo, das questões do *self* e do outro, bem como outras questões.

O próprio movimento feminista veio repensar a visão da primeira geração de teóricos do modelo social, como nos diz Diniz (2007). De acordo com ela, as feministas vieram mais do que alargar a visão da deficiência como um assunto multidisciplinar e não exclusiva da ótica médica sobre a lesão e trazer uma leitura social de que a experiência da opressão sofrida pela pessoa com deficiência era resultado da onda capitalista, mas ampliar os estudos sobre a crítica ao princípio da independência pela igualdade, o surgimento do corpo com lesões e uma conversa sobre o cuidado com essa pessoa. Não bastava apenas derrubar as barreiras físicas pensando assim gerar independência, mas sim pensar tal independência por mulheres que faziam parte dessa segunda geração de teóricos.

Dessa forma, tal movimento surge para inflamar ainda mais as discussões sobre as concepções de deficiência enquanto construção. Santana (2011) em um estudo com os indígenas Tupinambás, por exemplo, observa coisas que nos são interessantes citar nesse trabalho. Inicialmente traz o fato de a deficiência não ser vista como o modelo ocidental a enxerga atualmente. As práticas sociais que eles vivem culturalmente os faz se enxergarem como pares, adquirindo sua identidade. Mas é exatamente essa prática que modula e que os faz ter a noção de si, mas que também os faz ter a noção do outro. Logo, os que não possuem os mesmos hábitos culturais que eles dentro ou fora de suas aldeias, são diferentes, subjazendo a identidade e tendo seu desabrochar as práticas sociais excludentes.

Já Carvalho (2016), dentro das discussões sobre indígenas e deficiência, através de pesquisa realizada na aldeia Namunkurá, dos indígenas Xavante, desconstrói o modelo simplista que relata ter pessoas com deficiência na escola apenas em zonas urbanas. Além disso, destaca que os professores possuem a necessidade de oferecer cuidados especiais aos indígenas com deficiência, notando-os como singulares, embora a concepção de deficiência seja bem precária e ainda esteja ligada a muitas visões pretéritas, como por exemplo, acontecer por causa

do contato dos indígenas com o homem branco. Carvalho (2016) mesmo relata que antes de conhecer os Xavantes imaginava ser a sociedade um corpo com unidade de pensamentos, um plural sem particularidades entre si, nos remetendo a alegoria da caverna já exposta acima.

Apesar de existirem muitas visões e modelos de deficiência, quero aqui ressaltar a importância de observar que não existe apenas um único modelo histórico também. Para nós a deficiência se deu dessa forma, tal como encontramos em livros. Mas para outros povos e culturas, ela se deu de formas diversas. Para alguns são monstros ainda hoje, para outros, anjos. As questões conceituais estão muito ligadas a cultura e ao tempo de cada povo. Em alguns lugares são aceitos, em outros não. Até mesmo dentro de nossas realidades observamos isso.

É notório o fato de muitas pessoas com deficiência, nos dias atuais, estarem inseridas em locais onde há anos atrás não podiam estar. Vemos pessoas com deficiência transitando pelas ruas, trabalhando em diversos lugares e inclusive ocupando altos cargos. Vemos também outros que são destaques no que fazem, como o recém falecido Stephen Hawking¹⁹. Tudo isso nos leva a crer que tal modelo auxiliou a pessoa com deficiência a retomar as rédeas de sua própria vida, exercendo seus direitos e deveres. O problema agora não está na pessoa ou na deficiência que ela possui, mas tal deficiência ganhou um olhar mais amplo e social. Shakespeare (2006) inclusive diz que essa visão sociopolítica amplia nosso entendimento da deficiência enquanto falha da sociedade.

Sobre esse caso, me recordo que na minha trajetória profissional me deparei com um conhecido que confesso ter me enchido de orgulho. Ele, um menino negro, de condições financeiras bem precárias, com diagnóstico de hemiparesia, frequentador assíduo da APAE, onde realizava sessões de fisioterapia por conta de suas lesões físicas. Sua fala possuía algumas alterações prosódicas e seu pensamento não era tão rápido como o da grande maioria dos outros que convivia. Tal menino ganhava um benefício do governo, mas sempre me dizia assim: “Tio, eu quero muito conseguir um emprego e mostrar às pessoas que eu não tenho esse problema que elas pensam que eu tenho”. Assim o fez.

O primeiro questionamento que fizeram a ele quando conseguiu o emprego foi o seguinte: “mas com seu emprego você vai perder o benefício”. Confesso que eu me controlei, visto que meu temperamento não é dos mais fáceis de segurar, mas ele mesmo deu a melhor

¹⁹ Stephen William Hawking (Oxford, 8 de janeiro de 1942 - Cambridge, 14 de março de 2018) foi um físico teórico e cosmólogo britânico reconhecido internacionalmente por sua contribuição à ciência, sendo um dos mais renomados cientistas do século. Doutor em cosmologia, foi professor lucasiano emérito na Universidade de Cambridge, um posto que foi ocupado por Isaac Newton, Paul Dirac e Charles Babbage. Foi, pouco antes de falecer, diretor de pesquisa do Departamento de Matemática Aplicada e Física Teórica (DAMTP) e fundador do Centro de Cosmologia Teórica (CTC) da Universidade de Cambridge. Possuía o diagnóstico de Esclerose Lateral Amiotrófica.

resposta que eu pudesse ouvir. Sem titubear disse: “se eu tenho a capacidade de trabalhar e de ganhar meu dinheiro de forma honesta, por que eu devo ganhar um auxílio? Ele vai ficar para outros que precisam e não possuem as mesmas facilidades que eu tenho ainda com minhas limitações físicas”. É surreal ouvir isso de uma pessoa negra, pobre, marginalizada socialmente e que cresceu em um meio discriminatório. É quase um milagre. Honra, dignidade, honestidade, superação, visão ampliada, compreensão de si, garra, determinação, vitória... São tantas coisas nele que me enchem de orgulho.

Hoje passo em frente a empresa que esse conhecido trabalha e todas as vezes olho para o setor que ele atua só para ver se ainda está lá. Sempre que o encontro, ele levanta os braços com toda dificuldade e abre seu largo sorriso vitorioso de quem muito me ensinou que lugar de pessoa com deficiência é onde ela conseguir e não onde eu determinar. Tais discussões pós-sociais revelam sua importância em casos como o desse menino. No entanto, sei que ele consegue desempenhar tarefas em níveis mais altos do que ele ocupa dentro da empresa. Porém, por ser “deficiente”, o medo e a insegurança inspirados pelo modelo capitalista acabam falando mais alto. Pensemos mais, rompamos mais, discutamos mais. Nós precisamos avançar.

Esse homem aí há pouco disse que as mulheres precisam de ajuda para subir às carruagens e levantadas sobre as poças, e de me cederem os melhores lugares ... e não sou eu uma mulher? Olhem para mim! Olhem para os meus braços! (ela arregalou a manga direita da camisa) ... Eu lavei, plantei e colhi para os celeiros e nenhum homem podia ajudar-me – e não sou eu uma mulher? Eu posso trabalhar tanto quanto qualquer homem (quando eu puder fazê-lo) e ser chicoteada também – e não sou eu uma mulher? Eu dei à luz cinco crianças e vi todas serem vendidas para a escravidão e quando chorei a minha dor de mãe, ninguém senão Jesus ouviu – e não sou eu uma mulher? (HOOKS, 2013)

Por isso Bisol et al. (2017) afirma que esse novo modelo está ainda sendo construído e Shakespeare (1996) ressalva que ele propõe um jeito novo de olhar para a “deficiência”, um jeito “multidisciplinar, integrado, contextualizado e social”. Esse tempo pós-moderno traz um conceito novo a respeito do ser humano, bem como da sociedade em geral e também da globalidade como destaca Bisol et al. (2017). Segundo elas, o tempo exige uma compreensão ampla a respeito de diversidade e do quanto isso precisa influenciar nossas produções científicas e nossa sociedade. Esse é um modelo cheio de transversalidades e que merece toda atenção.

2.6 AS CIÊNCIAS DO CÉREBRO E A PLURALIDADE DE PARTICULARIDADES

Mesmo após todo esse caminho percorrido, chegando aos dias atuais, vemos que a filosofia e outras ciências sociais, segundo Pinker (2004), não foram capazes de compreender o abismo que existe entre o corpo e a mente, o que é matéria e o que é metafísico, os aspectos físicos dos mentais, os fatores biológicos dos culturais, enfim, o ser humano. Porém, novas áreas do conhecimento chegam para ligar mente, cérebro, genética, evolução e buscam explicar o que ainda não conseguiram: a ligação entre os dois lados, ressignificando o homem, dentre as quais as principais são as neurociências cognitivas, que estudam a ligação entre cérebro e mente de acordo com o autor supracitado, mas sobretudo, como nos traz Bastos e Alves (2013), que também se preocupam com o processo de aprendizagem de cada pessoa.

Falar de neurociências nos parece novo, mas os estudos sobre o cérebro são bem antigos, chegando a sete mil anos atrás, quando os pré-históricos utilizavam a técnica da trepanação (perfuração no crânio) acreditando que os espíritos maus saíam por essas aberturas e os sujeitos ficariam curados, como descreve Bear (2008). Esse fato reafirma a visão metafísica da deficiência na antiguidade. Até aproximadamente o século XVIII, como nos traz Cosenza e Guerra (2011), acreditava-se que os espíritos vagavam pelos nervos, sendo controlados pelo cérebro, até que com a chegada do microscópio essa visão começou a ser modificada. Inúmeros testes e investigações foram sendo realizadas depois até chegar ao que sabemos hoje. A “verdade” neurocientífica também foi feita de desconstruções e novas construções.

Sendo uma subdivisão das neurociências, as neurociências cognitivas se ocupam em cuidar de aspectos cognitivos, mas também da aprendizagem e sua influência no mundo exterior, mediando o desenvolvimento sociocultural no percurso histórico da pessoa, como nos trazem Bastos e Alves (2013). Segundo eles, essa terminologia surgiu na década de 60, quando precisávamos romper barreiras até então inexplicáveis, para mostrar que seus estudos iam além daquilo que a neuroanatomia e a neurofisiologia se prestavam a compreender e explicar. O homem era bem mais que um objeto de pesquisa, testes ou resultados matemáticos. O homem era muito mais que a junção de átomos formando a matéria.

Graças às neurociências descobrimos que, apesar de nossa uniformidade, somos diferentes. Em nossa pluralidade, existem muitas particularidades. Segundo Markova (2000), cada pessoa possui um cérebro diferente e por isso aprende de formas diferentes. Sant’Ana (2015), no que diz respeito à aprendizagem, afirma que cada sujeito aprende a partir de suas experiências com o meio em que está inserido, ou seja, ele adquire informações que lhes sejam significativas. Diante disso, fica corroborado que todas as pessoas aprendem algo. O fato é que nem sempre irão aprender o que a “grande massa” deseja. Mas irão aprender. Nessa de “palavras dizem coisas”, aprender não passa de aprender. Uns aprendem cálculos, outros as letras, nomes

de pássaros, a amar, a serem dóceis, outros agressivos. Todos aprendem algo. Conhecimento é conhecimento. Nenhum tipo está acima do outro.

No entanto, precisamos utilizar de tais conhecimentos para possamos ressignificar o ensino. São muitos corpos/cérebros trazendo consigo muitas particularidades e o desejo de aprender. As práticas estão ultrapassadas em sua maioria, os velhos métodos já não cabem mais na antiga caixinha, como nos traz hooks (2013). A culpa não está mais disposta sobre o sujeito que não aprende e sabemos que aprender é para todos, respeitando seus tempos, caminhos únicos, bem como suas verdades, suas particularidades. Ninguém é mais que o outro por possuir um tipo de conhecimento diferente. Muito menos é mais por ter facilidade em determinadas tarefas.

Para brindar esse trabalho com um exemplo próprio e claro, quero partilhar com vocês uma história que vivi e que me fez repensar o que era deficiência e quem era o deficiente. Desde criança, um dos meus maiores sonhos era aprender a tocar muitos instrumentos musicais. Recordo-me que meu pai certa vez me deu uma gaita para que eu aprendesse a tocar. Ela não saiu do local em que a guardei para nada. Eu não conseguia gostar daquilo. Não tinha significado, não me chamava a atenção. Por fim, ela acabou enferrujando e nem sei qual o fim ela teve.

Mais a frente ganhei um violão e minha mãe me matriculou em uma aula. Esse eu queria, era diferente. Eu achava bonito. Ainda hoje parece que ouço o barulho desafinado e desordeiro do meu violão nas salinhas do Centro de Promoção Social São Francisco de Assis, da Paróquia Santo Antônio, em Miracema, aqui no Estado do Rio de Janeiro, onde as aulas eram ministradas. Éramos poucos, embora meu sonho de aprender a tocar as canções fosse grande e antigo. Eu frequentava as aulas do professor José Geraldo regularmente, me dedicava a estudar em casa, treinava os acordes durante a semana. Havia dias em que meus dedos doíam de tanto que eu apertava aquelas cordas do velho violão. Apesar disso, eu não conseguia gravar nada, não me lembrava das notas, mal conseguia fazer as simples e as com pestana, nem pensar. Ainda assim não abria mão do que eu queria.

No fim do ano, quando aconteciam todos os testes para verificar o nível em que cada aluno estava, eu nunca ganhava o certificado sequer de nível básico. Meu único prêmio era a voz do professor que sempre me dizia: “você pode melhorar mais um cadinho”. Ano após ano fui tentando e não conseguindo. Desisti. Para mim, aprender a tocar um instrumento seria impossível. Todos os alunos aprendiam, menos eu. Logo, o problema estava em mim e não na metodologia aplicada, no professor, nos problemas que eu passava na minha casa. A culpa de não conseguir memorizar, de não realizar os movimentos com destreza, de estar sempre

descompassado nas batidas pesava sobre meus ombros. Sempre sendo cobrado e não apresentando resultados, meu pai vendeu meu violão.

Fiquei um bom tempo sem me aproximar de música ou de qualquer outro instrumento. O amor e a vontade estavam lá dentro, mas a certeza de que não iria conseguir ecoava sem fim. Até que um dia, um amigo me chamou para frequentar aulas de música na Sociedade Musical 7 de Setembro e eu aceitei. Mais uma vez pensei estar fadado ao insucesso. Comecei minhas surpresas nesse novo tempo quando notei que a metodologia era totalmente diferente. Primeiro meu professor, saudoso Carlinhos Moreira, me ensinou a parte teórica para depois entrar na parte prática do instrumento. As surpresas não pararam por aí. Dessa vez fui tocar um instrumento de sopro, a flauta transversa. Me dediquei muito e aprendi a tocar algumas músicas. Quanto orgulho senti de mim.

Naquele ano desfilei com toda a Sociedade Musical Sete de Setembro no desfile cívico do aniversário da cidade e da Independência do Brasil. Mesmo sabendo apenas uma única música, quanto orgulho eu tinha de mim por tê-la aprendido. Confesso que não foi fácil e que era muito difícil assistir aula no meio de tantos alunos bons e mais avançados que eu. Lembro que o diferencial para que eu aprendesse essa música em um instrumento que nunca almejei aprender foi a paciência que o professor Carlinhos tinha comigo. Ele sempre pedia que eu ficasse calmo e que repetisse quando não conseguisse. Também me recordo dele falando que se eu não entendesse, era para pergunta-lo porque ele me explicaria sem problemas. Nessas vezes, ele sentava-se ao meu lado e fazia junto comigo.

Mais alguns anos se passaram e eu fui perdendo o interesse pelas aulas. Não por não gostar, mas pelo fato de também ser apaixonado em cantar e querer me dedicar mais a isso. Nesse período ganhei um teclado e tocava algumas musiquinhas através de uma ou outra revista que tinha dinheiro para comprar nas bancas de jornais. Seguiu sempre cantando e desistindo dos instrumentos que ganhava. Passaram por mim a gaita, a flauta, o violão e o teclado. Todos eles tiveram uma história, mas nenhum deles permaneceu. Resumo: não aprendi nem o básico. Eu até conseguia pouco, mas não avançava. No entanto, vi que nada e nenhum deles foi em vão. Todos eles me deram base para ser o cantor que também sou hoje com três CDs lançados. Mas por que lhes contei toda essa história que parece estar descontextualizada? Acalme-se. Agora vem o melhor (da história e da vida).

Após me formar na faculdade, fui trabalhar em uma instituição que atendia apenas pessoas com deficiência. Lá tive a oportunidade de conhecer inúmeras pessoas com deficiência que transformaram minha história. Quantas habilidades e potencialidades eu conseguia ver em cada um daqueles lindos que cruzavam a fronteira entre o pátio e minha sala. Lá dentro era tudo

bem lúdico, era tudo bem divertido. Uma das primeiras pacientes, com o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista, tinha paixão por teclado e já nas primeiras sessões mostrou-se muito habilidosa com tal instrumento. Ela não sabia escrever, mas sabia tocar teclado. Mas espere. Quem ali naquela relação era o deficiente?

A vida não satisfeita em me mostrar só isso, em uma de nossas festas de final de ano, um de nossos ex-alunos foi convidado para fazer um show. De início assustei, confesso. Quando o rapaz chegou, notei que o mesmo possuía um déficit cognitivo. Ainda assim, seu diagnóstico não foi capaz de impedi-lo de tocar teclado maravilhosamente bem e cantar (também em inglês). Me emocionei tanto vendo aquilo que fui para minha sala e não acreditei. Em outra oportunidade, tal menino também fez outra apresentação na Instituição, mas agora com seu CD para vender. Gente, eu vibrei de alegria e aprendi que naquela relação, no que diz respeito a um dos meus sonhos, o deficiente era eu.

Muitas vezes, passando pelas ruas da cidade onde tudo aconteceu, pude ver o referido aluno tocando na praça central da cidade. O público o acompanhava. Gostavam dele. Dançavam e curtiam a noite inteira ao som daquele teclado e daquela voz que me mostravam que nada é impossível. Que confirmavam que apesar de nossa pluralidade, cada um possui particularidades. Minha história foi sofrendo rupturas. Mas a história das deficiências também foi feita de desconstruções e novas construções. Sabemos que funcionamos e somos todos diferentes, quem ou o que pode determinar o que é normal ou patológico ou ainda o limite de cada sujeito?

3 VIGIAR E PUNIR X TRANSGREDIR: REVISITANDO O PAPEL DO LAUDO NO BRASIL

Sendo eu, um aprendiz
A vida já me ensinou que besta
É quem vive triste
Lembrando o que faltou

Magoando a cicatriz
E esquece de ser feliz
Por tudo que conquistou

Afinal, nem toda lágrima é dor
Nem toda graça é sorriso
Nem toda curva da vida
Tem uma placa de aviso
E nem sempre o que você perde
É de fato um prejuízo

O meu ou o seu caminho
Não são muito diferentes
Tem espinho, pedra, buraco
Pra mode atrasar a gente

Mas não desanime por nada
Pois até uma topada
Empurra você pra frente

Tantas vezes parece que é o fim
Mas no fundo, é só um recomeço
Afinal, pra poder se levantar
É preciso sofrer algum tropeço

É a vida insistindo em nos cobrar
Uma conta difícil de pagar
Quase sempre, por ter um alto preço

Acredite no poder da palavra desistir
Tire o D, coloque o R
Que você tem Resistir

Uma pequena mudança
Às vezes traz esperança
E faz a gente seguir

Continue sendo forte
Tenha fé no Criador
Fé também em você mesmo
Não tenha medo da dor

Siga em frente a caminhada
E saiba que a cruz mais pesada
O filho de Deus carregou
(BESSA, 2017)

Desde muito pequeno aprendi com minha família que devemos ser bons com as pessoas

e que aquilo que possuímos de melhor precisa ser compartilhado com elas. Pois bem, esse cordel faz parte de uma das coisas boas que ganhei na vida. Hoje divido com vocês algo que não nasceu de mim, mas que um dia foi o melhor de alguém dividido comigo e somou no todo que sou como pessoa e profissional. Ele marca muito minha vida e é, como o próprio autor diz, um apanhado de muitos cordéis feitos por ele. Juntando pedacinho por pedacinho de cada um de seus escritos, nasceu um todo novo e belo que encanta a mim e a outros. Acredito nisso. Na unidade, na mistura, na junção de muitos para formar um só. E esse um diferente é que é bonito. Não gosto de isolamentos. Já dizia Tom Jobim²⁰ que “é impossível ser feliz sozinho”.

Tal cordel me aproxima muito, de forma bem mais leve, do pensamento de um movimento da punição até a transgressão. Digo movimento, porque creio que ele precisa ser um caminho necessário em nossas vidas, principalmente em relação a nossas limitações. Esbarramos em nossos limites pessoais, mas avançamos para lados que nem conhecíamos e nem saberíamos que existiam se não arriscássemos. Parece estranho, mas eu prefiro sempre suavizar as coisas porque creio que dessa forma tudo se torna mais lindo. Vivemos nos punindo ou até punindo os outros pelas limitações e pelos pódios ainda não alcançados, pelas metas ainda não atingidas, esquecendo-nos que a cada dia que finda, vencemos uma batalha contra tudo e até mesmo a maior delas, contra nós mesmos. Ou ao menos deveria ser assim.

Nem tudo o que perdemos ou não possuímos é prejuízo. Ao abrir dos olhos e da mente, notamos que isso não passa de um empurrão para que avancemos. Eu amo essa palavra. AVANÇAR. Sabe por que a amo? Porque não acredito em nada determinado, fixo, parado, estático. Porque não penso que limitações sejam o final de uma estrada, já que, de fato, acredito que para quem crê em si e em suas potencialidades, a barreira é só o começo de uma nova caminhada. O problema está no ajuste de nossas visões, está onde colocamos nossa esperança. Tudo pode ser diferente a começar por mim e você. Temos nas mãos a chave que abre um futuro iminente e que precisa ser transformado pelo amor, pela superação e por vitórias. Sobre isso que quero falar nesse capítulo: metamorfoses.

E sobre metamorfoses, na história da deficiência notamos o quanto seus conceitos serviram a cada época. À medida em que o conhecimento científico a respeito do corpo foi sendo aprofundado, as reflexões filosóficas foram sendo esquecidas para que recentemente ganhassem novamente um espaço. Agora é a hora de melhor conceituar os termos citados anteriormente a partir de teóricos e normas. Como essa dissertação é construída sobre

²⁰ Antônio Carlos Brasileiro de Almeida Jobim (Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1927 - Nova Iorque, 8 de dezembro de 1994), compositor, maestro, pianista, cantor, arranjador e violonista brasileiro, ficou mais conhecido como Tom Jobim. É considerado o maior expoente de todos os tempos da música popular brasileira e um dos criadores e principais forças do movimento da bossa nova.

inquietações, veremos através de experiências próprias algumas outras. Quem é deficiente? Os problemas são de aprendizagem ou ensinagem? Um corpo é só ciência? Uma vida é somente um espermatozóide que fecundou um óvulo? Um conhecimento está acima do outro? Quem controla e exerce as relações de poder? Existe poder centralizado ou ele se move? Essas são apenas provocações iniciais. Ainda teremos muitas outras nesse capítulo.

Vamos começar o capítulo de forma diferente, já que o mesmo tem o objetivo de discutir muitos pontos importantes sobre ensino e deficiência, revelando suas mudanças, que inclusive me atravessam enquanto pessoa e profissional. Já quero aqui trazer uma discussão sobre a terminologia “deficiência”. Por um lado, temos uma visão que segrega, incapacita o sujeito, que o subjuga, que o menospreza, que o culpa por esse desvio da normatividade. Por outro, temos um olhar que integra, que tira a culpa do corpo e do sujeito mostrando que se feitas as adaptações necessárias, suas desvantagens podem ser reduzidas. Nisso, deficiente se torna o meio. Mas enfim, quero lhe convidar a observar as determinações legais e de alguns autores que são referência sobre o tema e pensar sobre o pensar. Avancemos, ainda que lagartas.

3.1 ENTRE O LEGAL E O REAL: AS FACES DA DEFICIÊNCIA BRASILEIRA

Nesse caminho de lagarta a borboleta, de rastejo preso ao chão ao voo livre no céu, penso ser importante conhecer o que foi estabelecido em nosso país como deficiência, bem como o que se dá como verdade nos dias atuais. É um movimento que começa lá atrás e vem avançando aos poucos para alcançar a liberdade. Não sei se essa liberdade, de fato, existe. Mas como os ajustes das óticas da vida de cada sujeito são únicos, me permito acreditar que sim. Não sei a quem tal liberdade contempla, nem onde reside, muito menos quem a criou. Mas enfim, vamos para as definições. De acordo com a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), em seu artigo 2º:

“Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.” (BRASIL, 2015)

Costumo me achar um tanto “fora da caixinha” quando falo de deficiência, quando toco a realidade sobre a deficiência, principalmente nas instituições de ensino, sejam privadas ou públicas, e quando leio normas técnicas, leis ou decretos da mesma. O avanço das concepções é notório. No entanto, o fazer prático nem sempre acompanha esse progresso. Ao menos em minha realidade, penso que as letras necessitam saltar do papel para a prática. Algo efetivo precisa acontecer. Ainda são tantas “deficiências”, aqui vistas como falhas, porque não ampliamos nossos olhares para além dos muros. Não seguimos o caminho rumo ao além. Ressoam por aí belos discursos, bradam as vozes da militância, mas na ciranda das verdades, deficiência, para muitos, ainda está no outro e não no todo. Inclusive todos temos nossas limitações. Todos. Tenho o desejo de ser melhor compreendido e por isso trago um exemplo claro nas linhas a seguir.

Quando terminei meu curso de Fonoaudiologia, fui encaminhado para o atendimento de pessoas com deficiência auditiva, que possuíam perda profunda ou severa e utilizavam a Língua Brasileira de Sinais, LIBRAS, para se comunicarem. Foi um grande desafio sair da faculdade para atuar com essa comunidade, visto que o que tange a realidade de vida deles foi bem pouco abordado nos meus anos de estudo. É importante destacar que, no tocante a esse público, tal língua é a materna. As pessoas que ali frequentavam sentiam-se bem à vontade e se comunicavam sem problema algum. Quem possuía dificuldade para falar e compreender era eu. Confesso que me vi perdido. Existia uma barreira que obstruía a minha participação plena e efetiva naquela parte da sociedade em igualdade de condições com eles.

De um lado, pessoas com deficiência auditiva, diagnósticos determinados, no entanto desempenhando seus papéis dentro de seus pares sem dificuldade alguma. De outro, pessoa sem deficiência auditiva, sem diagnóstico clínico fechado, com plena facilidade em falar e ouvir, mas com maior dificuldade em desempenhar o papel comunicativo com os demais ao seu redor. Éramos brasileiros, nascidos no mesmo estado, na mesma cidade, mas com línguas diferentes. Agora, eles em maioria, me mostravam que existiam limitações em mim. A barreira da comunicação seguia me impedindo de manter contato com as pessoas as quais eu precisava acompanhar clinicamente. Diante disso, quem era o “deficiente”²¹?

Posteriormente, notando minha “deficiência”, procurei, uma vez detectada, derrubar a barreira que me impedia de participar plena e efetivamente da sociedade. O problema não estava em mim, não estava no meu corpo. Fui aprender a Língua Brasileira de Sinais, já que a mesma não havia sido ensinada a mim nos anos do Ensino Médio e pouco discutida (apenas um

²¹ O incapaz, o que não consegue, o que está fora dos padrões de normalidade da maioria onde se insere.

período) na faculdade, para que pudesse fechar essa ranhura. Mas espere. Se existem pessoas com deficiência auditiva, os quais tem por língua materna a LIBRAS, e se as leis buscam igualdade de direitos e plenitude na participação e efetividade de desempenho de papéis sociais, por que tal língua não é ensinada nas escolas e em todos os cursos universitários? Será que os decretos, normas e leis são o bastante para fazer acontecer o que lá escrito está? Vamos continuar nosso caminho e concluiremos isso, ou não, com o correr das páginas. Como disse, tudo vai depender da lente que se usa para compreender o que exponho aqui.

Regressando um pouquinho no tempo e reforçando a máxima da deficiência como construção, vemos que o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, a qual dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e consolida as normas de proteção dando outras providências, em seu artigo 3º, parágrafos I, II e III, considera a deficiência, a deficiência permanente e a incapacidade como:

deficiência - toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano; deficiência permanente - aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos; e incapacidade - uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida. (BRASIL, 1999)

Em poucos anos, comparando somente essas duas leis, podemos observar a mudança de olhares que o conceito de deficiência sofreu, tanto no jeito de se dirigir à “pessoa com deficiência”, que era “pessoa portadora de deficiência”, como se a deficiência, que era vista como “doença”, estivesse no corpo e o sujeito carregasse a marca da culpa; como nas concepções de incapacidade e permanência que reduziam os corpos a objetos que precisavam ser reparados, consertados, subjugados, dispensáveis, domesticados ao padrão normativo, como o Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004²², que enxergava a pessoa com deficiência como “portador” de limitação²³ ou incapacidade²⁴ para o desenvolvimento de atividade.

Vamos observando que com o passar do tempo, o conceito de deficiência vai aos poucos se deslocando de um espaço para outro dentro das questões legais em nosso país. Entretanto,

²² Ver em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm

²³ Determinação de um limite, uma demarcação, restrição, contenção.

²⁴ Incapacidade é a redução ou falta de capacidade de realizar uma atividade num padrão considerado normal para o ser humano, em decorrência de uma deficiência.

digo-lhes acertadamente que ele ainda não estacionou e que novas perspectivas estão emergindo frente aos novos pensamentos e deslocamentos dessas concepções também a níveis sociológicos. A própria Diniz (2007), em sua obra “O que é deficiência”, ressalta que a deficiência não deve ser compreendida como um problema pessoal do sujeito, algo individual, mas sim como uma questão de problemática social.

No entanto, seguindo esse pensamento de Diniz (2007), essas discussões conflituosas entre o biológico e social acabam resultando em segregação e desvantagens para aquele que possui lesões²⁵ em seu corpo. Tais desvantagens são provocadas pela organização social em que estamos postos, visto que a mesma é pouco sensível ao entendimento da pluralidade de corpos como diferentes meios de estar no mundo, limitando o acesso deles às principais atividades sociais e fazendo com que experimentem então a deficiência. Daí o entendimento da deficiência como uma questão que necessita ser enxergada pela ótica social. O sujeito precisa ser enxergado como um todo, biopsicossocialmente²⁶.

Perante o que foi exposto acima, Medeiros et al. (2010) destaca que a deficiência atualmente é pauta de debates constantes frente ao grande número de pessoas com deficiência que são massacradas (por vezes em seu sentido literal) tendo seu direito de estar no mundo sendo negado ou parcialmente negado. Além disso, é uma questão tão ampla que atinge todos os corpos que experimentam alteração na funcionalidade, como os corpos que atingem a senilidade. Por isso, contribuindo com os conceitos para deficiência, acreditam que:

Deficiência não é um conceito neutro que descreve corpos com impedimentos, mas o resultado da interação do corpo com impedimentos com ambientes, práticas e valores discriminatórios... porque a deficiência tem implicações não só para a vida das pessoas deficientes, mas também para a de outras pessoas. (MEDEIROS et al., 2010)

Uma nova problemática surge a partir do pensamento de deficiência enquanto redução das funcionalidades corporais. A condição do corpo senil, que experimenta tais reduções, passa a ser enxergada por muitas pessoas como uma experiência em que o sujeito vive tocando a deficiência, já que sua participação em âmbito social começa a ser restrita devido a necessidade de cuidados especiais. O corpo que não produz, não está na média capitalista. Logo, poucas são as preocupações com ele. Medeiros et al. (2010) chama a atenção para o despertar desse pensamento. Segundo eles, a senilidade considerada como deficiência gerará um aumento no número de pessoas com deficiência, mas também inaugurará um tempo novo onde a deficiência será vista como parte da condição humana de todas as pessoas.

²⁵ Ausência de partes do corpo ou parte delas.

²⁶ Estudo dos fatores biológicos, psicológicos e sociais para a construção do sujeito.

A velhice (tal é o nome que os outros lhe dão)
 pode ser o tempo de nossa felicidade.
 O animal está morto ou quase morto.
 Restam o homem e sua alma.
 Vivo entre formas luminosas e vagas
 que ainda não são a treva.
 Buenos Aires,
 que dantes se espriava em arrabaldes
 rumo à planície sem fim,
 voltou a ser a Recoleta, o Retiro,
 as confusas ruas do bairro Once
 e as vacilantes casas velhas
 que ainda chamamos o Sul.
 Houve sempre na minha vida demasiadas coisas;
 Demócrito de Abdera arrancou os olhos para pensar;
 o tempo foi o meu Demócrito.
 Esta penumbra é lenta e não dói;
 flui por um manso declive
 e é parecida com a eternidade.
 Os meus amigos não têm rosto,
 as mulheres são o que foram há tantos anos,
 as esquinas podem ser outras,
 não há letras nas páginas dos livros.
 Tudo isto deveria amedrontar-me,
 mas é uma doçura e um regresso.
 Das gerações de textos que há na terra
 só terei lido uns poucos,
 os que ainda hoje leio na memória,
 lendo-os e transformando-os.
 Do Sul, do Leste, do Oeste, do Norte
 convergem os caminhos que me trouxeram
 ao meu secreto centro.
 Esses caminhos foram ecos e passos,
 mulheres, homens, agonias, ressurreições,
 dias e noites,
 devaneios e sonhos,
 cada ínfimo instante de outrora
 e dos outroras do mundo,
 a firme espada do dinamarquês e a lua do persa,
 os actos dos mortos,
 o partilhado amor, as palavras,
 Emerson e a neve e tantas coisas.
 Agora posso esquecê-las. Chego ao meu centro,
 à minha álgebra e à minha chave,
 ao meu espelho.
 Em breve saberei quem sou.
 (BORGES, 1977)

Por esse motivo, as políticas destinadas a tratar os assuntos sobre deficiência não podem e nem devem se deter apenas como políticas para “deficientes”. Todas as pessoas que experimentam, ou que de alguma forma fazem parte desse círculo que envolve as pessoas com deficiência, precisam ser incluídas nesses textos. Pensar em inclusão, em romper com os padrões pré-estabelecidos, em movimento transgressor, é pensar, sem hostilidade, nos que possuem impedimentos, sejam eles os mais diversos. E por falar em inclusão, precisamos

adiantar, depois do conceito de deficiência ter sido discutido, e começar a falar mais sobre deficiência e ensino, bem como trazer a discussão do papel do laudo e sua função na escola.

3.2 TUDO ESTÁ CONSUMADO: LAUDO PARA QUEM E PARA QUÊ?

Talvez essa seja a parte mais difícil de escrever nessa dissertação. Fico aqui pensando o quanto de espanto ela possa gerar. Mas mais uma vez, como no início do trabalho, peço calma e compreensão. Não estou questionando nessa pergunta a importância do laudo médico. Não estou o descaracterizando e nem o diminuindo. Não me levantei para causar desconfortos, muito menos para desgastar os ânimos. No entanto, se isso for preciso, penso que também não há problema algum. Meu desejo com esse trabalho não é impor minha visão, mas fazer as cabeças pensarem através de inquietações que me consomem. Quando as coisas estão paradas, precisam ser agitadas para voltarem a ganhar a atenção. É como mato seco quando se sacode ao vento e todos voltam seus olhares para ele pensando haver ali um animal.

Acho que essa parte, de forma mais clara, vai ajudar a compreender a importância da construção histórica que foi feita no capítulo anterior a respeito da deficiência, revelando que a mesma foi marcada pela presença de estigmas, que são tão bem discutidos por Goffman (1988) e, da exclusão. Por isso Barbosa et al. (2010) ressalta que os corpos das pessoas com deficiência foram submetidos a diversas maneiras de controle, estando as visões religiosa e biomédica como as mais influentes por dominarem o saber nos últimos dois séculos. Seguindo esse pensamento, fica mais fácil compreender o que Foucault (1979) afirmava sobre as relações de poder. Os corpos das pessoas com deficiência nem sempre estiveram como objetos de uma mesma visão e de uma mesma classe.

A necessidade de normalizar e corrigir tais corpos surge com maior ênfase a partir da visão biomédica, como nos descreve Hugues (2002), justamente por trazer a explicação da deficiência enquanto cientificidade. Dessa forma, a biomedicina ganhou uma visão de libertadora frente aos seus avanços, mas também foi uma forma de manipular tais corpos em vários sentidos, inclusive no tocante a práticas educacionais. Porém, com o desejo de relacionar a luta da deficiência a outros modelos de narrativas de opressão como o feminismo, por exemplo, já que tem sido constantemente citado nesse trabalho, Barnes et al. (2002) destaca que as próprias pessoas com deficiência começaram um movimento argumentativo, trazendo

uma visão social da deficiência, afirmando a insuficiência do olhar biomédico diante das questões de direitos humanos, como também relata Shakespeare (2006).

Penso ser de grande importância nesse ponto do trabalho esclarecer que a crítica social não nasceu para desqualificar a autonomia que o médico possui para o diagnóstico de pessoas com deficiência. Nem eu me levantei com essa escrita para quebrar os padrões éticos e normativos de cada área profissional. O intuito é apenas de um movimento para delatar a linha opressora medicamentosa sobre os corpos, ou seja, como nos diz Diniz (2007), os corpos não podem mais ser objetos de intervenção e normalização. A visão não está mais posta em uma época retrógrada e punitiva dos corpos “diferentes”. Tirem as barreiras da avenida porque as pessoas com deficiência querem desfilar com seus corpos.

Se por um lado a visão biomédica afirmava que a deficiência estava no sujeito e por isso ele possuía desvantagens em relação aos demais por conta de suas deformidades e limitações de funcionalidade e/ou estrutura como descreve Barbosa et al. (2010); por outro lado, a visão social esclarece que a deficiência é o resultado da interação entre o corpo com os impedimentos de um ambiente despreparado para acolhê-lo, não respeitando a diversidade proposta pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que gerou tantos direcionamentos importantes e marcantes para esses embates que vivemos atualmente. Porém, deixo aqui uma reflexão para que seja respondida, por ora, apenas para si: somente a criação de leis, normas e decretos garante que aconteça o processo de inclusão do sujeito nos meios em que ele vive?

Confesso que acho necessário frente à realidade, uma Convenção para discutir e estabelecer os Direitos das Pessoas com Deficiência. Eles não são humanos? São! Direitos Humanos para todos os humanos. Respiro fundo. É preciso muita cautela para escrever sobre deficiência e deficiente nesse tempo de aprofundamento sobre a temática. Parece que a cada ano que se passa uma nova face sobre a deficiência e o deficiente tem ganhado forma e, de fato, não podemos e nem devemos estar presos a capa que nos limita e nos cega diante da pluralidade de corpos e particularidades desses sujeitos. Precisamos quebrar as barreiras de acessibilidade, institucionais e atitudinais, buscando assim benefícios para toda a comunidade, como descreve Augustin (2012), garantindo os direitos humanos a cada sujeito concedidos.

Pelo artigo primeiro
Somos iguais em dignidade,
Direitos e nascemos livres,
Pra agir com fraternidade.
Fico triste em lhes falar,
Que não é a realidade.
O segundo manda gozar
Do direito e da liberdade,

Sem utilizar distinção
De raça, cor, religiosidade,
Opinião política, riqueza...
Será que isso é verdade?
(CORDEL DOS DIREITOS HUMANOS, 1998)

Nesse Cordel dos Direitos Humanos (1998), onde trago o primeiro e o segundo artigo, exemplifico o que citei no último parágrafo. Todas as pessoas com deficiência ou não são humanas. Existe o direito, mas na maioria dos casos eles não são garantidos. De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos²⁷ (1948), todos os homens são iguais em dignidade e livres para viverem como irmãos. Além disso, livres para exercer seus direitos independente das características de seus corpos, opiniões, crenças ou ainda outros pontos. No entanto, será que nos dias atuais isso acontece? Pensando no campo do ensino, que é nosso foco nessa dissertação, vamos repensar alguns pontos.

Quinto vem ser o artigo
Que não deixa torturar,
Condena-se a Polícia
Sem antes observar,
Que a maior violência,
É não poder se educar.
(CORDEL DOS DIREITOS HUMANOS, 1998)

Essa discussão exige uma visão ampliada como destaca hooks (2013), visto que na atualidade, dentro de nosso próprio território nacional, estadual e diria que até municipal, existem múltiplas faces. Em alguns cantos do país a deficiência ainda segue um modelo metafísico, onde um campo espiritual está ligado ao sujeito, bem citado no capítulo anterior sobre minha experiência na Ilha do Marajó. Em outros lugares e em algumas instituições, a caridade ainda impera e esse sujeito é abraçado pelo sentimento de pena e incapacidade, visto as inúmeras instituições que ainda existem para isso. Ainda em outros, a visão medicalizada sobre a deficiência enquanto doença, que afeta, incapacita e limita o sujeito, ainda reina. Porém, temos também lugares e instituições que já repensam o sujeito biopsicossocialmente e entenderam deficiência para além de onde tínhamos estabelecido. Realmente nosso Brasil é plural.

Quando o quinto artigo do Cordel dos Direitos Humanos (1998) cita “que a maior violência, é não poder se educar”, corroboro tal visão partindo do princípio de que existem diversas formas de violência e de se violentar alguém, onde a negação do direito pode ser trazida

²⁷ Criada na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU).

como exemplo. Por conta de muitas visões velhas e engessadas, nossos alunos, em nossas classes escolares, estão passando por grandes dificuldades no que tange o processo inclusivo para a aprendizagem. Gomes (2018) chama a atenção para o fomento de competências para a tolerância, para os direitos humanos e para o respeito às diferenças diante dos diagnósticos e consequentemente laudos que vem produzindo lugares sociais e fazeres pedagógicos distintos nesse multiculturalismo brasileiro.

Laudos e fazeres pedagógicos. Laudo para que? Para respaldar o aluno ou o professor frente ao sistema que o exige para que os direitos sejam garantidos? Para garantir legalmente o direito a uma prova especial, a uma metodologia diferenciada ou talvez a um tempo a mais na realização de um trabalho avaliativo? Seria para determinar quem é o sujeito na minha sala de aula e a partir dele saber se ele pode ou não “aprender”²⁸? Para determinar meu fazer pedagógico? Para livrar a escola da culpa de responder legalmente pela metodologia que aplica? Seria apenas para passar o aluno de ano já que ele tem uma deficiência e não irá “aprender”? Poderia ser o ponto de partida para o trabalho com o aluno? Laudo para saber o que e como fazer para ensinar meu aluno dentro da sala de aula? Vamos pensar isso a seguir.

3.2.1 A bela menina simpática: um relato marcante de para que e para quem

A educação está numa crise grave... Os educadores têm o dever de confrontar as parcialidades que tem moldado as práticas pedagógicas em nossa sociedade e criar novas maneiras de saber, estratégias diferentes para partilhar o conhecimento. Com estes ensaios, sou minha voz ao apelo coletivo pela renovação e pelo rejuvenescimento de nossas práticas de ensino. Pedindo a todos que abram a cabeça e o coração para conhecer o que está além das fronteiras do aceitável, celebro um ensino que permita as transgressões – um movimento contra as fronteiras e para além delas. É esse movimento que transforma e educação na prática da liberdade. (HOOKS, 2013)

Quero rememorar algo que disse no capítulo anterior e que já discutimos: o laudo é médico, o fazer pedagógico é do professor. As áreas médicas são responsáveis legalmente então por diagnosticar e elaborar laudos com a intenção de somar. O professor, legalmente, possui capacidade de conhecer seu aluno e até avaliá-lo para conhecer melhor quem ele é e suas competências, bem como suas dificuldades. Diante disso, pensemos: o laudo, que é um artifício importante e de soma, pode continuar determinando o fazer pedagógico? Cada um tem sua

²⁸ Nesse parágrafo utilizo “aprender” para me relacionar apenas aos conteúdos pedagógicos ministrados à pessoa com deficiência nas escolas.

importância nesse papel de desenvolvimento da pessoa com deficiência, porém, penso que um não pode seguir determinando papéis para o outro. Mesmo assim, as indagações do parágrafo acima ainda serão repensadas e reavaliadas aqui nesse texto.

Esse importante fragmento de hooks (2013), com letras minúsculas, como já explicado em nota de rodapé, nos convida não somente a compreensão, mas a ação de uma prática de ensino libertadora, para além do aceitável. O mais do mesmo não tem surtido efeito e, portanto, novas práticas de ensinar necessitam emergir. Se um cirurgião do século XIX entrar em uma sala de cirurgia do século XXI, não conseguirá realizar muita coisa pelo avanço instrumental e de técnicas. No entanto, se um professor do século XIX entrar em uma sala de aula do século XXI, possivelmente com um giz conseguirá dar aula normalmente e se fazer compreendido. A educação parece estar estacionada no tempo.

Repensar o papel do laudo e a autonomia do professor dentro de sala de aula, a legitimidade do fazer pedagógico, é um passo para esse expandir das práticas libertadoras. Por exemplo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação pede que o aluno seja avaliado a respeito do conteúdo que foi administrado para ele. No entanto, ela não diz de que forma ele deve ser avaliado. Isso cabe exclusivamente ao professor. Não existe uma lei específica que obrigue as pessoas a realizar esse modelo retrógrado de prova que bem conhecemos e que não serve para medir conhecimento, mas para verificar algumas funções neuropsicológicas, como a memória de longo e de curto prazo. Mas como tudo na prática fica melhor, conto-lhes agora um relato de transgressão dos modelos preestabelecidos. Esse é marcante. Se preparem.

A alguns meses atrás recebi uma simpática menina para avaliação psicopedagógica e algo muito curioso aconteceu nessa trama que, de certa forma, ajudará a ilustrar tudo o que tenho escrito nessas últimas linhas. Bem, a bela menina simpática, com pouco menos de 10 anos, chegou com seus pais encaminhada pela escola que frequentava trazendo a queixa de que tinha dificuldade para aprender e não escrevia. Antes que os pais pudessem entrar na sala de terapia, passei pela recepção e pude notar em seus olhos um extremo sentimento de angústia e preocupação. Eles eram consumidos, minuto após minuto, pela ansiedade e pela necessidade de ouvir a determinação do que a filha deles possuía. Parecia que o poder de trazer paz ao coração deles estava somente em minhas mãos. Como se o diagnóstico fosse a solução de todos os problemas enfrentados por eles. As apostas estavam em mim e os dados já rolavam.

O horário de nossa conversa chegou e quando abri a porta, afoitos, os pais entraram na tão desejada sala, em que eu estava naquele dia, para atendê-los. Digo a vocês, que ao passarem pela porta, estavam tão nervosos, que até nos meus pés pisaram sem nem notar. Era muita angústia e ansiedade. Sentei na minha cadeira e nem terminei o “bom dia”, quando a mãe da

menina começou a falar sem parar. Ela falava, falava, falava e se embolava toda em seu discurso. Não conseguia com todas aquelas palavras se fazer entender. O pai só olhava fixamente para mim, com um semblante assustado. A menina, sentada ao lado dos dois, somente sorria largamente como quem não estava compreendendo nada do que se passava naquele lugar.

Fui obrigado a pedir que todos ficassem em silêncio. Depois disso, pedi que também respirassem e se acalmassem. Dei mais um tempo e orientei aos pais que organizassem os exames já feitos, os laudos que dispunham sobre a menina e fui pegar água para eles. Na volta, estavam mais contidos e menos afoitos como quando passaram pela porta de entrada. Iniciei a conversa perguntando como eles estavam e o por que de levarem a filha até mim para essa avaliação. Somente a mãe falava e o pai permanecia atônito. Ela iniciou dizendo que a filha já havia ido em muitos profissionais acompanhada deles, que já haviam gastado muito dinheiro com alguns profissionais renomados, inclusive com destaque midiático, mas que ainda assim a menina não conseguia escrever e nem aprender como as outras crianças de sua sala.

Frente a isso, mesmo com toda percepção da mãe e busca por profissionais, a escola notou somente naquele ano, 2018, tal dificuldade apresentada pela garota. Ou pelo menos só comunicou aos pais no ano referido. Enfim, segui meu questionário para conhecer melhor a história da menina e o que estava acontecendo por trás de tanta ansiedade. Descobri em poucos minutos que desde os 5 anos a mãe já buscava auxílio para a menina e já haviam alguns encaminhamentos e resultados de exames. No entanto, nada estava definido e concluído, segundo ela. Os médicos nunca tinham dito a ela o que a menina possuía, mas ela pode me descrever com perfeição de detalhes o quadro. Eu não dispunha de um diagnóstico médico, mas tinha uma mãe que conhecia a filha como a palma de sua mão.

A medida que fui questionando e construindo meu conhecimento a respeito da menina e de seu caso, a mãe foi jogando em minha mesa alguns papéis dos profissionais que ela já havia visitado. Eram muitos. Em demasia. Tanto profissionais, quanto papéis. Lendo aqueles laudos e encaminhamentos pude concluir que ninguém sabia ao certo o que a menina tinha. Mas insisto, estava explícito nos olhos dos pais a esperança que eu seria o salvador da vida deles. Não fui o salvador, mas queria chegar o mais próximo disso. Abracei a causa, o caso e aprofundei cada vez mais no caso. Enquanto lia tudo aquilo e fazia perguntas sobre a escola, o processo de alfabetização, a gestação, o relacionamento com outras pessoas, os hábitos em casa, observava atenciosamente o comportamento da menina, que somente ria largamente de tudo.

Decidi então verificar tudo o que a mãe havia me relatado. Chamei a menina para perto e disse que nós iríamos fazer algumas atividades bem legais e fáceis. De início, sem pensar, ela topou a ideia e sentou do meu lado na mesa. Ofereci-lhe um lápis e uma folha de papel ofício,

pedindo que ela escrevesse o nome dela completo ali. Letra por letra, com dificuldade, a menina só conseguiu escrever o seu primeiro nome e com minha ajuda. Ao avaliar sua leitura oferecendo-lhe um texto infantil, utilizado para crianças de 06 anos, notei que ela não conseguia reconhecer nenhuma palavra. No entanto, contava todo enredo das figuras que via naquele livreto. A respeito dos cálculos, digo-lhes que ele nem mesmo reconhecia os números, bem como não conseguia ainda distinguir o que era número e o que era letra. Todos os pequenos contos que contava para ela, em um tempo inferior a cinco minutos eram esquecidos. Um grande desafio estava bem na minha frente.

No entanto o que me incomodava não era a realidade da menina e nem dos pais. O que realmente me incomodava era imaginar como uma criança, com tamanhas dificuldades, conseguiu chegar até a série em que estava sem a escola notar sua discrepante diferença das demais. A mãe insistia em dizer que a escola nunca a alertou para tal dificuldade e que somente recentemente a convocaram para informar que a menina seria retida porque não conseguia alcançar o rendimento necessário para a aprovação. Depois de conversarmos muito, de ler aquele monte de folhas que apontavam para direções diferentes e de avaliar habilidades simples naquela menina, resolvi encerrar a sessão, já que havia mais de uma hora e meia que estávamos ali trancados, dizendo aos pais que faria uma visita a escola para observar a menina, a professora e o todo da escola.

Quanta dificuldade encontrei para agendar com a escola uma visita. Fui informado quando consegui contato que havia um dia específico e um horário determinado. Os dois não batiam com minha agenda de trabalho, mas ainda assim me reorganizei e fui. Eu queria descobrir o que estava acontecendo. Chegando lá, me deparei com muros altos e portões em igual tamanho. Estava tudo fechado, trancado com cadeados reforçados, sem ninguém para receber um visitante ou pai, sem nenhuma identificação de que ali era uma escola, se não fossem os gritos das crianças que reverberavam lá dentro. O que conseguia ver lá dentro era que não havia muita iluminação. Não sabia se era realmente uma escola desse século ou uma casa-torre medieval daquelas bem antigas do século dez, de muros bem altos e com ar bem sombrio que encontramos, por exemplo, em San Gimignano²⁹. Liguei para a escola e vieram me atender.

Quando entrei, todas as luzes da recepção estavam apagadas, não haviam pessoas para me receber e a funcionária que foi abrir a porta para mim nem ao menos sabia que eu iria lá. Pedi que comunicasse a diretora e a pedagoga da escola que eu as estava esperando. A diretora

²⁹ Comuna (equivalente a município no Brasil) italiana, situada na região da Toscana, província de Siena, desenvolvida desde o Século X, com um conjunto arquitetônico medieval o qual é conservado até hoje com um ar feudal.

não estava, mas a pedagoga veio ao meu encontro para que pudéssemos conversar. No desenrolar dos assuntos, ela não sabia o que a menina tinha e nem que o grau de dificuldade era tão grande assim. Quando expus o caso, foi nítida a reação de espanto em seu rosto. Seu semblante mudou. Diante disso, ela pediu que chamassem a professora da menina para participar da conversa a pedido meu. A mesma chegou na sala em que estávamos e sem nem uma saudação de “boa tarde”, já despejou todas as dificuldades que a menina possuía.

Fiquei ali um bom tempo conversando com as duas e ouvindo todos os problemas que me eram passados. Atento, anotava tudo. Porém, dessa mesma sala onde estávamos, notei que existia uma outra professora, a única, que brincava com os alunos. Estava maquiada, com fantoches nas mãos e toda a turminha seguia com os olhos fixos nela. A meninada estava feliz e era claro para mim a relação afetiva criada entre professora e alunos. Parei toda nossa conversa e perguntei quem era a professora. Para minha surpresa, fui informado que era a ex-professora da menina que eu estava avaliando e que segundo a pedagoga, já a acompanhava a tempo. Sem acreditar, fechei minha pasta, encerrei a entrevista e creiam, me despedi deles, saí da escola e fiquei na rua, atrás de uma árvore, esperando a professora sair já que o horário estava próximo.

Penso aqui comigo agora que ela não deve ter entendido nada daquele dia. Mas também nem precisa. Quando avistei a mesma saindo com sua bicicleta naquele portão alto e de cor gélida, chamei-a sem ela nem me conhecer. Olhando assustada para mim, me apresentei e disse a ela que queria falar sobre a aluna em questão. Ela abriu um sorriso e prontamente se ofereceu a fornecer as respostas que fossem necessárias. Ali mesmo, na rua, em meio aos carros, motos e toda a gente que passava, começamos uma amizade que dura até hoje, tamanha minha admiração pela pessoa e profissional que ela é. É impossível não querer estar perto de quem tem um coração e uma cabeça assim. Esperem e verão.

Fomos para a calçada do lado oposto da escola e me ofereci para ir caminhando com ela na mesma direção que ela estava indo. Empurrando sua bicicleta, a ex-professora concordou e perguntou como a menina estava. Pedi a ela que me contasse toda a história, de acordo com a visão que ela possuía, já que a mãe estava muito nervosa, o pai atônito, a menina só conseguia sorrir e a escola, professora e pedagoga, não viam nada além de dificuldades e barreiras que cada dia aumentavam o movimento segregatório, excludente, doente e punitivo daquela doce menina que só sabia distribuir sorrisos por onde passava. Agora quem estava ansioso para saber do caso era eu. De alguma forma sentia que viria algo bem interessante a seguir.

Quando a ex-professora começou a falar, segurei para não chorar, tamanho amor e verdade que sentia em tudo o que me era exposto. Quero registrar aqui que não preciso de muito para chorar, mas aquela história realmente mexeu comigo. Continuando, a ex-professora tomou

a iniciativa de narrar que sabia muito bem quem era a menina. Aos 5 anos ela a recebeu em sua sala de aula. Segundo ela, a menina era extremamente diferente das demais em todos os sentidos. Ela não andava como as outras, não sentava corretamente na cadeira, não falava muitas palavras e permanecia o tempo inteiro com a boca aberta. Em relação aos conceitos que eram passados para a turminha, a menina sempre demorava mais a compreendê-los e a executar as ordens que lhes eram passadas.

Eu não acreditava no que estava ouvindo. A ex-professora, já com seus quase vinte anos de magistério, conhecia mais a menina em suas particularidades que os próprios pais. E não parou por aí. Ela me descrevia com detalhes o que a menina gostava de fazer, o que ela preferia comer, o que curti ouvir e dançar. Ela sabia quais atividades a menina gostava e quais ela tinha dificuldades em aceitar. Disse para mim também que tinha conhecimento dos laudos e encaminhamentos fornecidos pelos médicos, mas que nada daquilo influenciava no fazer pedagógico dela. Ela não conseguiu enxergar barreiras na menina. Ela escolheu enxergar oportunidades e viver desafios diários. Mas o que mais me chamou a atenção é que naquela breve conversa, o olhar dela não se deteve nas dificuldades da garota, mas sim em suas potencialidades. Gente, meus olhos estavam marejados. Um piscar seria o nascimento da onda.

Antes de contar-lhes mais, saí dali sabendo que a menina ficou durante três anos sendo acompanhada por essa professora. Lá dentro eu agradecia por tudo isso, por cada palavra que ouvia. Quando perguntei a professora como ela trabalhava com a menina, tive a maior das surpresas. Emocionada, ela me disse que não trabalhava com “ela”, mas com “todos”. Disse que ali não existia somente “ela”, mas existiam “todos”, sendo cada um com seus defeitos e qualidades. O que eles precisavam era só de um olhar único sobre eles. Ali na rua, na frente de todas as pessoas, comecei a chorar emocionado e a abracei. Eu precisava disso. Lembra que confessei a vocês que não necessito de muito para chorar? Pois bem, agora é um desses momentos. Só em resgatar essas memórias, não me contenho. Agradeço a Deus por essas oportunidades singulares e lindas que tive na vida com pessoas tão especiais.

Recordo-me ainda que a ex-professora disse que a menina teria o tempo dela para aprender e que talvez o que a gente esperasse ela nunca fosse alcançar. Mas que apesar disso tudo, se ela fosse feliz, ela também estaria porque a sementinha que foi lançada, germinou. Sabe por que eu conto a você essa história com tanta riqueza de detalhes? Porque ela atravessa a minha vida, minha história e é muito significativa. Comecei a entender a professora e a menina. Comecei a compreender a família, a escola, os comportamentos de cada um, bem como as diversas visões que existiam sobre a garota. Os pais aflitos, a escola sem saber quem era a menina, a professora querendo um diagnóstico e um laudo para poder trabalhar com ela, a ex-

professora sendo a melhor coisa que já aconteceu em educação na minha história profissional (sei que não devo fazer julgamentos, mas aqui necessito me apropriar deles) e a menina, fruto de uma pessoa que venceu modelos, sistemas, caras feias, controles sociais e transgrediu.

Ela não precisava de laudos médicos para saber quem era a aluna. Não precisava deles também para se pautar em como dar aula e o que fazer com a menina. A respeito das avaliações, ela não se queixava da ausência de diagnósticos ou laudos. Muito menos pensava que o laudo médico era para apenas passar a menina de ano, garantindo assim que ela seguisse com sua turma de amigos. Não, para ela o laudo não representava isso. Ele não era o ponto de partida, não era o determinante. Era sim um grande auxiliador no processo de compreensão do todo daquela menina. Ela mirava o longe, o que ainda não tem solução, mas que pode ser construído a partir do micro, do pouco, do eu. Ela acreditava nas pessoas, na menina.

Depois desse dia, tive outras oportunidades de conversar com ela e saber mais desse caso que tanto me marcou e que não poderia estar fora dessa obra. As aulas eram planejadas para todos. Depois que ela construía tais planos, para e pensava se todos conseguiriam desenvolver ou ao menos tentar e se desafiarem. Caso alguém tivesse alguma dificuldade, ou tal plano não era utilizado ou um segundo plano adaptado entrava em ação. Pela minha ótica, noto que ela não queria esconder a menina, mas criar meios que favorecessem seu aprendizado. A ex-professora me contou que teve muitos dias pensando em desistir da menina, mas que por mais que fosse difícil e que por vezes não enxergasse portas, ela sorria e plantaria alegria naquele coração que, segundo ela, estava fadado ao sofrimento por conta da sociedade.

Embora esteja atuando também na saúde, realizando essa conversa entre ela e a educação, noto a importância do laudo no fazer de um todo, mas não compartilho da ideia que ele seja o ponto de partida para o trabalho, o determinante do fazer pedagógico (até porque ele nem competência acadêmica ou qualquer outra para isso possui), a resolução dos problemas. Ele não pode seguir atando as crianças com deficiência, não pode continuar rotulando e menos ainda promovendo a negação de seus direitos. São humanos? Direitos humanos. Não quero que você pense que estou generalizando com essa minha fala e nem estou afirmando que ele só produz esses frutos. Preste atenção, o que quero dizer é que precisamos repensá-lo em nossa prática enquanto educadores que somos. O verdadeiro papel do laudo e o verdadeiro papel do professor. Reassumir o poder e autonomia pedagógicos, são necessidade diante do novo que emerge a respeito de ensino e deficiência.

Mas enfim, penso que a essa hora você está aí ansioso para saber qual o desfecho dessa história. Sim, eu também estaria. Naquele dia do encontro com a ex-professora, voltei para o consultório feliz com tudo o que havia acontecido e entendendo que meu papel, por vezes,

exigirá muito de meu lado investigar e espião. Brincadeiras à parte, comecei a anotar tudo nos arquivos que abri para estudar o caso da menina e fui tecendo mais um pedaço da grande colcha. Na semana seguinte, ao receber novamente os pais, notei que eles estavam mais tranquilos e orientei-lhes a aguardar mais um tempo porque eu necessitava verificar algumas questões cognitivas, bem como o comportamento da filha deles.

Assim fomos seguindo o fluxo. A cada semana verificando os possíveis diagnósticos dela e um por um ficando para trás. Ela não era disléxica, não era disortográfica, não tinha disgrafia, nem distúrbio específico de linguagem. Também não possuía transtorno do espectro autista e muito menos transtorno de déficit de atenção e hiperatividade. Era tantos nomes famosos, de profissionais e de transtornos e alterações, que exigiu de mim muita dedicação. No entanto, a curiosidade e a esperança naquele sorriso me moviam a investigar mais. Pouco a pouco fui descartando com o auxílio de outros profissionais o que todos aqueles papéis diziam e chegamos a um resultado: os resultados indicavam positivo para retardo mental.

Encaminhada para um neuropediatra, com um amplo e profundo relatório descritivo do caso, o mesmo confirmou a sugestão. Depois de muitos anos, para os pais, agora sabiam o que atrapalhava a filha a aprender o conteúdo pedagógico. Mas será que era o retardo o único grande vilão dessa dificuldade de aprendizagem? Eu penso que não. Existiam barreiras de ensinagem. Existiam barreiras emocionais. Se por um lado, biologicamente, sabemos que esse diagnóstico dificulta o processo de aprendizagem. Por outro, sociologicamente, sabemos que com as barreiras no chão, com o fechar das arestas, as desvantagens diminuem e a pessoa com deficiência pode ir além do que o diagnóstico sugere. Diante disso, minha resposta foi cheia de esperança para a escola descrevendo o que ela possui, mas colocando o foco em suas potencialidades. Eu creditava, a menina queria, a professora precisava investir.

Seguimos o acompanhamento e a professora da escola solicitou um laudo para que ela pudesse se respaldar legalmente com a finalidade de aplicar uma prova diferente para a menina. Espere. Já havia um diagnóstico, ela já sabia das dificuldades e habilidades da menina. Tinha a certeza que um outro método de avaliação favoreceria a menina. Mas por que não foi lá e fez? Acho que a resposta será unânime. O sistema blá, blá, blá... Quando digo para ir lá e fazer, digo para ir lá e assumir a responsabilidade de promotor de conhecimento e não só de reprodutor de conteúdo. De pensar em todos e assumir, legalmente e academicamente, o chamado de ser professor. Pense comigo. Se ela não podia dar uma prova oral só para uma menina, que desse para todos. Afinal, prova escrita, conteudista e engessada avalia o que mesmo? Memória de curto e longo prazo? Se for, concordo. Não tiro o mérito e importância da avaliação. Mas quem disse que ela precisa ser do jeito que sempre foi?

Sem mais delongas. Orientei a escola a realizar prova oral. Auxiliei a menina com o conteúdo nos atendimentos. Solicitei que o planejamento de aula a contemplasse também, além de ter feito uma longa explanação sobre afeto e aprendizagem, bem como a importância de manter o olhar sempre no que o aluno consegue fazer. Também escrevi que a autoridade dela independia do que eu achava ou descrevia naquelas folhas. A professora que estava esperando o laudo para poder agir diferente, seguiu à risca as orientações do que já sabia fazer e, o resultado não poderia ser outro. A bela menina simpática alcançou uma ótima nota no teste. Conseguiu explicar do seu jeito tudo o que lhe foi perguntado e conseqüentemente com o novo jeito de avaliar, passou de ano escolar sem ao menos ficar de recuperação.

É engraçado, se não fosse trágico, observar que na mesma classe, em uma mesma escola, na mesma equipe, seguindo os mesmos modelos, sendo influenciados pela mesma cultura, notamos fazeres pedagógicos tão diferentes e visões tão diversificadas a respeito de autoridade, autonomia, independência e do laudo em si. Uma supervalorizando e colocando-o em um lugar que não o pertence e com isso produzindo novos lugares sociais para o indivíduo que o possui. Outra, utilizando-o como recurso parceiro nesse processo de trabalho, nesse movimento inclusivo, evitando que novos rótulos produzam lugares sociais que não pertençam ao sujeito, posta a visão social dos tempos pós-modernos que vivemos.

Mas como diria Maslow (2000), “se a única ferramenta que você tem é um martelo, tudo começa a parecer com um prego”. Se as ferramentas não se diferenciam, não alcanço a percepção de que “o homem criativo não é um homem comum ao qual se acrescentou algo, mas o homem comum do qual nada se tirou”, de acordo com o mesmo Maslow (2000). Não descaracterizo o fazer pedagógico de nenhuma professora, mas é quase impossível não enaltecer o fazer transgressor da ex-professora da menina. Ele brilha. No fim, sei que a menina não domina a escrita, a leitura e nem a matemática, mas sei também que aquele sorriso largo e verdadeiro que me motiva, foi aprendido com quem fez toda a diferença na vida dela.

Penso que o movimento inclusivo (movimento no sentido literal, porque existe um pensamento e um fazer que se deslocam de um lugar para o outro) que merecemos é diferente do que exercemos. Dá para tocar, é nítido e tão claro o fato de que somente a criação de leis e normas não garantem a pessoa com deficiência o acesso a seus direitos, bem como a redução de suas desvantagens sociais. Sem medo, afirmo que quem inclui é o professor e não a escola. Essas ainda estão postas como “instituições totais”³⁰ (GOFFMAN, 2001). Estudar o papel que esses diagnósticos e, conseqüentemente os laudos, tem exercido no ensino nos auxiliará a

³⁰ Ver Goffman, E. Manicômios, prisões e conventos.

compreensão acerca dos pensamentos pós-modernos. É pensar para além de onde as “verdades” estão postas, para além das “verdades” que estão estabelecidas como premissas intocáveis, como sentenças irrevogáveis. Por isso, a sociologia do diagnóstico³¹, se ocupa dessas problematizações, como visto a seguir.

3.3 A SOCIOLOGIA DO DIAGNÓSTICO E A PRODUÇÃO DE PAPÉIS SOCIAIS

Continuar punindo os sujeitos e seus corpos por suas lesões ou sanar os impedimentos que os levam a desvantagens? As inquietações estão construindo essa dissertação, mas espero que também uma nova forma de pensar em você. Como já dito, a medida que vamos desconstruindo, construímos algo novo. Múltiplas visões acerca da pessoa com deficiência ainda imperam em nosso meio, vide o relato acima, por isso o debate sobre o diagnóstico, o laudo e os papéis que eles seguem produzindo no campo da educação, sobretudo de pessoas com deficiência, é necessário e emergencial. No entanto, essa seção se ocupa de trazer pensamentos ligados a esse campo que emergiu recentemente. Vamos avançando.

Para iniciar, Blaxter (1978) nos convida, diante disso, a um estudo mais proximal a respeito do diagnóstico e de suas consequências e finalidades, uma vez que o mesmo é entendido como categoria e processo, como uma ferramenta que produz lugares sociais importantes. Através dele o sujeito pode exercer muitos papéis. No entanto, não podemos nos esquecer que o diagnóstico é olhar do terceiro que incide sobre o sujeito. Pulamos o olhar do próprio, dos que convivem com ele, para acatar o olhar de um terceiro. É preciso então um olhar mais global, mais profundo. Gomes (2018) ressalta que esse olhar social, ético e político sobre o diagnóstico é papel justamente da sociologia do diagnóstico, área em ascendência e aprimoramento que tratamos nesse trabalho.

Brown (1995) realizou estudos profundos sobre diagnóstico e doença em seus mais variados pontos para que tal discussão ganhasse maior corpo e amplitude. Trouxe versões de construções sociais a respeito dos mesmos, bem como o que produziam socialmente. No entanto, Rosenberg (2002) é quem veio recentemente inflamar novamente os discursos e falar da tirania do diagnóstico afirmando que nos últimos dois séculos, o diagnóstico tronou-se mais técnico, especializado e burocratizado, estando tudo isso ligado às especificidades da doença.

³¹ Ver Jutel, A. Sociology of Diagnosis: a preliminar review. *Sociology of Health & Illness*, vol. 31, n. 2, pp. 278-299, 2009.

Ou seja, a cada dia que passa novas categorias e comorbidades surgem. Rosenberg (2002) chega ainda a dizer que o diagnóstico tem papel fundamental na definição e gerenciamento da doença, a qual ele classifica como um fenômeno social.

No ensino, o que toco em minha realidade, é que as coisas seguem dessa forma. Como já descrito anteriormente nesse trabalho, os diagnósticos seguem produzindo homens e mulheres “doentes”, corpos descartáveis e subjugados que, por conseguinte, são “artistas” que interpretam os vários papéis a eles concedidos (GOFFMAN, 1988). Caminhamos para uma sociedade cênica que interpreta muitos papéis, que veste muitas roupas, que utiliza muitas maquiagens por conta das determinações diagnósticas. Nas novelas também observamos isso. Os atores seguem como marionetes as determinações do autor, as quais seguem produzindo papéis sociais para cada sujeito. Uns são bem quistos, outros não. O importante é observar o papel de passividade e o controle corpóreo quase inobservado. É a vida imitando a arte, é “a sociedade do espetáculo”³².

Exatamente assim Debord (1997) tratava a sociedade em sua época e qualquer semelhança com os dias atuais, é mera obra do acaso (ou não). A crítica desse grande filósofo estava pautada justamente em qualquer imagem que levasse o homem a passividade e a incorporação de valores capitalistas preestabelecidos para ele. O que lhe convido a pensar passa também por essa imagem de passividade, de incapacidade, de impossibilidade determinada por valores capitalistas. Aqui nesse próprio texto chego citar, no capítulo anterior, o padrão de corpo esperado para o modelo de sociedade que vivemos hoje. Quem não produz, infelizmente está fora dos olhares e das preocupações. Se bem, que para ser muito sincero, penso que todos estamos fora das preocupações. Somente a mão de obra é o que importa.

Mas enfim, quero que prestem atenção no que vou dizer agora. Não estou afirmando aqui que o diagnóstico não é necessário e que ele é inválido ou deve ser excluído do meio educacional. Nem digo que as pessoas fingem tem suas dificuldades ou simulam seus sintomas. O que quero dizer é que os diagnósticos seguem determinando a capacidade das pessoas, que na grande maioria das vezes, poderia ser ou dar mais do que são ou dão. A crítica é ao processo de patologização de tudo, quando nada disso importa ao fazer pedagógico. São competências diferentes, são habilidades distintas, são áreas que podem (e devem) conversar, mas reservando-se cada uma a suas particularidades. Vale lembrar incansavelmente que o laudo é médico, mas o fazer pedagógico é autoridade e dever do professor. Ele não pode ser o direcionador, o ponto de início, mas pode ser um coadjuvante no processo de ensino.

³² Obra importante de Guy Debord, datada do ano de 1967.

Gosto de histórias. Quero contar uma breve, de um aluno em especial, para exemplificar tudo o que tenho escrito. Embora tal história seja verídica, vamos aqui dar um nome fictício ao aluno, chamando-o de “Paulinho”. Pois bem, Paulinho chegou ao meu consultório e foi avaliado por mim em vários aspectos educacionais (tanto através da fonoaudiologia educacional, quanto na psicopedagogia). O menino tinha 3 anos, não falava, era muito agitado, só gritava e produzia sons jargonados, não mantinha contato visual, era todo estabonado, não gostava que tocasse nele e estava tendo muitos problemas de adaptação na escola. A professora disse que na sala ele não permanecia sentado, batia nos amigos, não se enturmava, parecia que não ouvia o que ela falava e não gostava também de nenhuma forma de toque.

Diante de tudo isso, chamei a mãe para uma entrevista e a mesma disse que em casa era tudo normal e que o menino era, de fato, como eu havia observado. Fui até a escola e constatei que o menino apresentava as características que a professora disse. Ao conversar com ela, a mesma não sabia o que fazer já que ele estava atrapalhando toda a turma. Segundo ela, era impossível desenvolver um trabalho com os demais, visto que Paulinho não parava um só segundo. Os outros alunos ficavam agitados e tinham medo dele, dessa forma as aulas eram bem agitadas e perturbadas. A medida encontrada pela escola e pela professora foi chamar uma funcionária que trabalhava na limpeza da escola para ficar no pátio com o menino no período das aulas. Ele ia para a escola e ficava no parque brincando sozinho, sendo vigiado pela tal funcionária da limpeza.

Bem, aos olhos de todos Paulinho era um grande problema para a escola, para a casa e para os pais, já que nem podiam sair com ele tamanha era a confusão. Já com o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista “fechado” pela professora e a equipe pedagógica da escola (e aqui quero atentar para os papéis éticos e legais de cada área, visto que a competência ética e legal para isso é do médico), o menino foi encaminhado para uma profissional Neuropediatra. A mesma, na primeira avaliação, de cinquenta minutos, segundo a mãe, pediu exames complementares, mas fechou também o diagnóstico do menino como Transtorno do Espectro Autista e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade.

Após isso, a família bem conturbada e triste voltou para o acompanhamento educacional comigo. No primeiro contato notei que o menino possuía um alto nível de estresse, por isso não conseguia ficar sentado para aprender. Ele não conseguia se concentrar tamanha era a vontade de falar e não conseguir. Aqui já estava com quatro anos. A presença masculina impunha mais autoridade que a feminina e então comecei a notar alguns pontos. O pai nunca compareceu a nenhuma consulta, a mãe possuía um perfil muito submisso, quase não falava e era extremamente reservada quando o assunto era a rotina de casa. Dizia que em casa sempre tudo

estava bem e que o pai, militar, trabalhava muito e em outra cidade. Por esse motivo não poderia comparecer aos atendimentos.

Aplicando algumas técnicas comportamentais, pude notar algo bem estranho em Paulinho. Ao brincar de casinha com o menino usando a família terapêutica, o mesmo se irritava todas as vezes em que eu inseria o boneco do pai na casa. Tentei uma, duas, três vezes. Até que ele tomou o boneco que representava seu pai e começou a quebrar tudo dentro da casa segurando-o, inclusive a bater no boneco do filho e no da mãe. Para que o menino não ficasse mais descontrolado do que estava, fomos fazer uma atividade lúdica para que pudesse relaxar e findarmos o acompanhamento. A essa altura do campeonato o menino já estava tomando os medicamentos indicados pela médica e fazendo os demais tratamentos terapêuticos para sua problemática.

No outro dia, ao chegar novamente para o acompanhamento, levei o menino para nossa salinha especial e o submeti novamente a brincadeira da casinha. Coloquei o boneco que representava ele e o mesmo estava brincando normalmente. Inseri então o boneco que representava a mãe e ele mostrou o relacionamento dos dois através de projeções no brinquedo. Porém, quando disse a ele que iria chamar o papai para fazer parte da brincadeira e peguei o boneco que remetia ao pai, o menino começou a chorar de forma assustadora. Paulinho então pegou o boneco e começou a enfaticamente bater nas representações dele e da mãe no jogo. Depois disso, quebrou alguns pedaços da casa com socos e pontapés. Eu não precisava de mais nada. Sabia que ali existia alguém além do diagnóstico e da aparente doença.

Seguia confiante que Paulinho não possuía tais diagnósticos diante do que notei e conheci, bem como não era o personagem que deram a ele através de seu laudo. O menino apenas estava protagonizando mais um papel que um profissional havia lhe concedido e a família e escola faziam questão de reforçá-lo. A mãe estava muito feliz porque com o medicamento o menino havia “sossegado”. O mesmo pude ouvir da professora quando revisitei a escola. Mas eu seguia inquieto, porque sou construído de inquietações, achando que Paulinho era mais do que aquele laudo médico e aquele relatório pedagógico.

Certo dia, quando o menino chegou acompanhado de sua mãe, convidei a mesma para uma conversa e perguntei a ela como era a relação deles em casa. A mesma nem esperou eu terminar a pergunta e afirmou em alto e bom tom que era tudo muito bom. Nesse momento a interpelei com um questionamento: “e se eu disser que a senhora não está me contando a verdade?”. A mulher, sem acreditar no que eu estava dizendo, começou a sorrir e a reafirmar que era tudo bem. Eu insisti e disse que o filho dela havia me contado através dos comportamentos dele o que eles passavam em casa. Disse a ele que eles eram vítimas de

agressão e que o relacionamento com o pai era péssimo. Pronto, isso foi o bastante para a mãe chorar inconsolável diante de mim.

Toda a verdade veio à tona. Paulinho era vítima, assim como a mãe, de agressão por parte do pai. Criando coragem, a mãe relatou que o pai chegava em casa e mandava o menino “calar a boca”. Quando ele não obedecia, o mesmo pegava sua sandália de borracha e batia na boca do menino. Ela, para proteger o filho, entrava na discussão e também acabava apanhando do marido que a ameaçava de morte caso contasse a alguém. É, Paulinho não era o olhar do terceiro sobre ele. Ele não iria mais seguir os papéis concedidos a ele. Seu diagnóstico não iria mais determinar as condutas educacionais (que nem existiam).

Pedi a mãe que avisasse ao pai que eu queria conversar com ele. Parece que foi o pior dia da vida dela quando ouviu isso de mim. A mulher ficou trêmula e nem voz tinha. O pouco que pude ouvir dizia: “não faça isso porque ele vai me matar e vai bater em você”. Ainda assim, insisti nesse caso. Os dias passavam e ela chegava para o acompanhamento acompanhada do filho e eu tentava a convencer a respeito disso. O filho não possuía problema algum que precisasse de tratamento e expliquei isso a ela. Certo dia, “Malu” (como vou chamar a mãe), chegou para o acompanhamento dizendo que queria correr o risco por amor ao filho. Então ligamos para o pai e marcamos para o outro dia.

Chegado o dia e a hora marcada o pai de Paulinho chegou para conversar comigo. O homem possivelmente tinha dois metros de altura, com braços bem fortes e um semblante muito fechado. Queria passar a impressão de homem bravo, de autoridade, sem compreender que era autoritário na verdade. Entrando pra a sala, ele e a esposa (essa tremia), iniciei a conversa. Olhando fixamente nos olhos dele, perguntei como estava e o mesmo apenas balançou a cabeça em sinal de afirmativa. Perguntei novamente e disse a ele que quando as pessoas nos perguntam algo, a gente responde com a voz em sinal de educação. Ele sorriu discretamente e então respondeu.

A partir daquele momento não lembro muito bem o que disse a ele, mas me lembro que não poupei palavras. Recordo-me também que não fui sutil com ele. Para dizer a verdade, fui bem áspero e mostrei a ele que todo o problema do filho tinha um nome: ele. Disse também que as frustrações dele não poderiam mais ser descontadas no filho e na mulher porque senão eu mesmo o denunciaria. Ele me ouviu durante mais ou menos trinta minutos sem abrir a boca e olhando fixamente para mim. No final, quando já havia falado tudo, o mesmo apenas me agradeceu, pediu que a esposa saísse da sala e começou a chorar. Copiosamente ele chorava e pedia ajuda. Disse que não queria acabar com a vida do filho dele e nem com o casamento, já que amava muito a esposa, mas não conseguia se controlar. Além disso, disse que ter sido áspero

com ele fez toda a diferença. Ninguém antes o havia confrontado.

Ora, agora tínhamos a raiz dos problemas de Paulinho encontrada. O pai foi encaminhado para a psicoterapia. Um relatório psicopedagógico do menino foi feito e encaminhado para a Neuropediatra que voltou atrás em seu diagnóstico e pediu mais um tempo de observação. O mesmo relatório foi encaminhado para a escola que disse não saber desses problemas a respeito do menino. Em pouco tempo, o pai começou a levar o menino para a aula, as agressões cessaram dentro de casa e pude ver Paulinho, Transtorno do Espectro Autista e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, tendo seus diagnósticos revertidos a nada. O menino começou a falar, não era mais agressivo, se concentrava e sentava dentro da sala de aula e aprendia todo o conteúdo sem problemas. Nem preciso dizer que a família também mudou muito em todos os aspectos.

Paulinho não era o que disseram sobre ele. Os comportamentos que ele apresentava estavam dentro do escopo separado para tais “transtornos”. No entanto, Paulinho era mais que os comportamentos. Ele era a soma de uma casa desestruturada, vítima de agressão e mais uma criança inocente epistemologicamente negada no ensino. Paulinho hoje segue sem problemas. Os pais até hoje quando me encontram sentem a necessidade de me abraçar diante da grande mudança. O pai até disse certa vez que salvei o casamento e o filho dele. Isso é tão gratificante.

Essa história mostra o quanto o diagnóstico afeta a vida das pessoas que estão cercadas por ele, muitas vezes deformando subjetividades e levando a deterioração da vida pessoal do sujeito, bem como de sua família. O papel do diagnóstico foi redimensionado, passando da pessoa individualmente considerada à especificidade da doença como cita Gomes (2018). Deixam a pessoa de lado e focam em sua doença. Essa, como fenômeno social, segue ditando papéis. Canguilhem (2011) é quem estremece essa relação íntima entre diagnóstico e doença trazendo a concepção da inexistência de um padrão normativo. A partir disso, o diagnóstico tem sido visto por diversas perspectivas psicossociais, como dos pacientes, dos familiares, dos médicos e das associações dos pacientes. Então, vamos repensar seu verdadeiro papel.

Embora tenhamos muito caminho pela frente para construir e dimensionar esse efetivo papel do diagnóstico e, conseqüentemente dos laudos, passos firmes já estão sendo dados dentro das Universidades, por exemplo. As cabeças de hoje não são mais as mesmas. O mais do mesmo começou a ficar para trás e podemos notar, através dos novos movimentos, que inquietações também tomam o ângulo de outras pessoas. O movimento é esse. Novas vozes precisam se levantar, novos e inesperados lugares necessitam começar a conversar sobre o que não lhes era concebível. Nesse sentido, o Programa de Pós-Graduação em Ensino tem feito parte como esse grande incentivador de apropriação de novos espaços e autonomia na vida das pessoas que

fazem parte dessas narrativas de opressão. Como a narrativa da pessoa com deficiência conversa com essas outras narrativas, que são tão importantes quanto, preciso escrever uma seção que será necessária para esse trabalho, para a sociedade, para mim e para o meu leitor.

3.4 TRANSGREDIR: UM PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO QUE ME ATRAVESSA

Essa seção não estava em meus planos. Nem por um segundo imaginei escrever as linhas que seguem nesse texto. Sendo mais sincero, nunca pensei que um dia teria a visão acerca da deficiência que possuo atualmente. Reconheço ser uma construção e tanta. Mas por mais que muito tenha sido transformado dentro de mim em relação ao conceito de deficiência, tendo como premissa a realidade de que ele não é estático, mas móvel, deslocando-se a partir dos lugares, das épocas, das questões epistemológicas e tantos outros fatores, tenho a certeza que muito ainda será reestruturado em minha mente. É um processo constante que não quero permitir ser paralisado. Nem o posso permitir. É o amor por essa causa que me move.

Prefiro ser essa metamorfose ambulante
 Eu prefiro ser essa metamorfose ambulante
 Do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo
 Do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo

Eu quero dizer agora o oposto do que eu disse antes
 Eu prefiro ser essa metamorfose ambulante
 Do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo
 Do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo

Sobre o que é o amor
 Sobre que eu nem sei quem sou
 Se hoje eu sou estrela amanhã já se apagou
 Se hoje eu te odeio amanhã lhe tenho amor
 Lhe tenho amor
 Lhe tenho horror
 Lhe faço amor
 Eu sou um ator

É chato chegar a um objetivo num instante
 Eu quero viver nessa metamorfose ambulante
 Do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo
 Do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo

Sobre o que é o amor
 Sobre o que eu nem sei quem sou
 Se hoje eu sou estrela amanhã já se apagou
 Se hoje eu te odeio amanhã lhe tenho amor
 Lhe tenho amor
 Lhe tenho horror

Lhe faço amor
Eu sou um ator

Eu vou lhes dizer aquilo tudo que eu lhe disse antes
Eu prefiro ser essa metamorfose ambulante
Do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo
Do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo
Do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo
Do que ter aquela velha, velha, velha, velha opinião formada sobre tudo
Do que ter aquela velha, velha opinião formada sobre tudo
Do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo
Do que ter aquela velha, velha, velha opinião formada sobre tudo
Do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo
(SEIXAS, 1973)

Não existe, em tal momento de minha vida, canção que me descreva mais que essa. Digo aos amigos mais próximos que Raul³³, de fato, é atemporal. Sem ao menos me conhecer, ou quicá saber de minha existência, consegui me traduzir ontem, hoje e tenho certeza que amanhã. Não tem jeito, existem pessoas e pessoas nesse mundo. A cada letra, parágrafo, página e minuto sentado aqui no meu quarto, corroboro que esse mundo é mais plural do que se pode enxergar. Raul pensava diferente, mas imagino que nem sempre foi assim. Creio que em determinado tempo, as cortinas de um novo conhecimento foram rasgadas e os olhos abertos ao que nem ele mesmo imaginava que pudesse existir. Ele teve coragem, ele acreditou e se levantou como uma das vozes, mas também pensamentos, mais marcantes desse país.

Eu ainda estou novo e cheio de ar nos pulmões. Há quem pense o contrário, mas nossas verdades são, de fato, diferentes. Julgamentos estéticos são particulares. Se não fizesse uma pequena piada, não seria eu. Mas voltando ao Raul, se a vida me permitir, quero continuar, durante o resto dos muitos anos que ainda tenho (e assim creio), sendo como ele, uma metamorfose ambulante. No entanto, minha epígrafe fala muito de mim. Que eu não seja feito de enrigecimentos, de moldes, padrões, modelos engessados. Que eu não seja envolto da fria luz da razão, tomado unicamente pela cientificidade, por uma verdade absoluta que não creio. Que eu possa me despir de mim e nesses momentos de nudez, possa me envolver em poesia, fazendo dela minha casa, minha asa, minha loucura de cada dia.

Aos meus olhos, ser essa metamorfose ambulante é uma escolha. O conhecimento está posto para ser absorvido, mas preciso escolher não me acomodar e quebrar a dura camada de orgulho e prepotência para transitar também no “lado de lá”³⁴. Quando tal camada quebra, quando decido dar o passo, quando experimento o novo, é impossível voltar a ser o mesmo e se conformar com tudo o que estava disposto como paradigma. Uns pensam que esse

³³ Ver nota de rodapé número 4.

³⁴ As visões, pensamentos, filosofias contrárias às minhas.

movimento é um retroceder. Eu já penso que esse movimento é um avançar. Independente da visão, o mais importante para mim, é o movimento. A inércia do conhecimento nos cega, a prepotência enrijece nossa mente, o orgulho só revela o quanto não se compreendeu nada. Que eu me mova hoje para um lado, mas que amanhã possa me mover também para outro.

Sim, eu quero e posso dizer o oposto do que eu disse antes em relação às minhas práticas de ensino e de meu fazer terapêutico. É um movimento. Quero e também posso fazer com eles o oposto do que eu fiz antes. É outro movimento. Não penso que isso seja falta de personalidade, incoerência ou ainda algum tipo de erro. Não deixo de ver beleza nisso. O encanto da vida não se perde por isso. Esses movimentos, mesmo que contrários aos rumos que sempre tomamos durante toda uma vida, só enfatizam a fome de ser algo ou alguém que não está satisfeito com os restos que lhes são ofertados, de alguém que descobriu um novo cardápio e que quer se deleitar, da alma que não se ajusta mais a farrapos.

É assim que eu escolho ser. Exatamente desse jeito. Insatisfeito para satisfação própria. Inconformado com o que me é dado, para meu próprio conforto. Mas escolhi ser de uns tempos para cá, pois houve uma época em que eu tinha medo do que era desconhecido. Acho que isso acontece com a grande maioria das pessoas. Eu não queria mais conhecimento, pois julgava deter a verdade e o saber supremo a partir dos livros que me eram oferecidos. Meus amigos, o novo, o inédito, o que não conhecia me causava medo e eu repelia tudo o que não era a minha verdade. Tudo já estava posto. Meu saber me impedia de receber algo novo porque era o resultado de trinta anos de vida. Estava consolidado. Era o padrão. O normal. O aceitável.

Ser uma estrela hoje e amanhã se apagar? Inaceitável! Incoerência! Absurdo! Um exímio caso de retrocesso. Odiar hoje e amar amanhã? Inimaginável! Eu não me permitia conhecer o novo. Todo conhecimento estava cristalizado, assim como minha mente. Eu não baixava a guarda para ouvir o “lado de lá”. Na verdade, confesso que tinha medo do que estava por vir. De alguma maneira eu sabia que aquilo poderia acabar com tudo o que eu construí (construíram) nesses trinta anos, como disse. E não posso deixar de dizer que o pensar diferente é uma avalanche. Ela inicia aos poucos e vai crescendo. No fim das contas, leva tudo e todos para algum lugar que não se sabe. A base permanece lá, mas a neve por cima agora se misturou ao velho e formou algo diferente. Tudo mudou. Tudo é emaranhado. Tudo é soma. Tudo é novo.

Assumo que estava acostumado com respostas prontas. Elas me satisfaziam por si só. No entanto, era sempre muito chato explicar tudo. Era entediante chegar ao objetivo sempre pelo mesmo caminho, pela mesma construção de pensamentos, sem a capacidade de notar outras rotas para se chegar ao mesmo lugar. Hoje cheguei em algum lugar e já relatei aqui. Conheci estradas novas. Umas bem longas, que cansaram meus pés e que por vezes o feriram.

Outras, monótonas, curtas, limitadas, mas que me fizeram descobrir coisas maravilhosas. Nas duas, curtas ou longas, aprendi que o problema não eram as estradas. O problema era eu. Ainda não sei quem ou o que sou. Nem me interessa. Sou feito de inquietações, inclusive essas da dissertação, de incertezas. Poesia é meu nome, filosofia sobrenome. Me descobri extenso, plural, nascido pra inconstância, pro avesso, mas também para o apreço do que mereço.

É tanta fome de seiva, necessidade de vida, que não me permito mais ser o mesmo nem por um dia. Vinte e quatro horas sendo o mesmo é tempo demais para a imensidão do novo que ainda não conheço. Mas volto a afirmar: o Dyego de hoje, nem sempre foi assim. Raul também não. Cazuzza também não. Vander Lee também não. Graça Salim também não. Getúlio Velasco também não. E sinceramente, nada foi sempre assim. Hoje creio nas construções, sejam de pessoas, de culturas, de conceitos, vide o de deficiência. Tudo vai sofrendo uma metamorfose, mas nem todos conseguem se livrar do casulo e baterem as asas. Nem todos conseguem enxergar as cordas dos passivos ventríloquos que somos.

Foi despojado do diverso mundo,
 Dos rostos, que ainda são o que eram antes,
 Das ruas próximas, hoje distantes,
 E do côncavo azul, ontem profundo.

Dos livros lhe restou só o que deixa
 A memória, essa fórmula do olvido
 Que o formato retém, não o sentido,
 E que apenas os títulos enfeixa.

O desnível espreita. Cada passo
 Pode levar à queda. Sou o lento
 Prisioneiro de um tempo sonolento

Que não registra aurora nem ocaso.
 É noite. Não há outros. Com o verso
 Lavro este meu insípido universo.

Desde meu nascimento, lá em noventa e nove,
 Da côncava parreira ao poço mais profundo,
 O tempo minucioso, que na memória é breve,
 Foi me furtando as formas visíveis deste mundo.

Os dias e as noites limaram os semblantes
 Das palavras humanas e dos rostos amados;
 Em vão interrogaram meus olhos esgotados
 As vãs bibliotecas e suas vãs estantes.

O azul e o vermelho são agora uma névoa
 E duas vozes inúteis. O espelho que miro
 É só uma coisa cinza. No jardim aspiro,

Amigos, uma lúgubre rosa em meio à treva.
 Agora só perduram as formas amarelas.
 E os pesadelos são minhas únicas telas.

Essa seção é também sobre cegueira. Não uma cegueira enquanto doença, que incapacita e desqualifica o sujeito frente ao modelo capitalista atual. Mas uma cegueira que não está nos olhos, uma que não está ligada a lesão. Essa cegueira é cultural. Me arriscaria dizer que até mental³⁵, porém sem rebaixamento cognitivo. Uma extrema dificuldade em notar o que está além do óbvio. Disso que quero falar inicialmente, construindo todo um caminho nessa parte do trabalho para que você consiga compreender os atravessamentos desse programa de pós-graduação e temática escolhida para tal dissertação com minha vida pessoal. Ah, quase ia me esquecendo. A essa altura a academia deve estar de cabelos em pé com essa escrita.

Pois bem, desde as primeiras linhas estou me colocando por inteiro nesse trabalho. Escolhi com minha orientadora um tema. Mudei esse tema mais ou menos seis vezes. Cada encontro era uma linha de visão nova, um pensamento novo, um desabrochar de conhecimento novo que me impelia a buscar algo mais profundo para a construção do que você está lendo. Foram dias e noites pensando o que realmente faria sentido para você enquanto sociedade. Até que um dia, ao deitar em minha cama para dormir, decidi falar do que realmente amo e do jeito que falo (escrevo) aqui, já que eu também sou sociedade. Esse trabalho me atingiu. Ele me atravessou. Gerou algo que nada antes havia gerado. Se assim puder, inclusive, gostaria de registrar que a primeira prática a ser mudada está sendo a minha a partir dessa escrita/leitura.

Diante disso, não seria justo comigo deixar a maior e melhor experiência de todas fora desse compêndio. A que de fato me fez acreditar em tudo o que escrevi anteriormente e tudo o que concluirei nas linhas finais. A minha experiência. Sim, a minha própria experiência com esse Programa de Pós-Graduação em Ensino do Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior, da Universidade Federal Fluminense. Quanto orgulho tenho em fazer parte da história desse programa. Que honra, para mim, auxiliar na construção desse divisor de águas, desse casulo, onde metamorfoses de vidas ambulantes desse Noroeste Fluminense tão desacreditado são transformadas. É assim que vejo esse programa. Por conta de minha experiência com ele, assim também o eternizarei na memória. Que emoção. Haja coração para escrever agora.

Nesse polo, o INFES/UFF, em Santo Antônio de Pádua, Rio de Janeiro, posso dizer com toda certeza que fui extremamente feliz, mesmo com as complicações e estranhamentos entre professores e minha turma. Tudo isso faz parte do crescimento e penso ser extremamente aceitável que pessoas tenham suas visões próprias e se expressem de formas diferentes. Afinal de contas não é para isso que estamos lutando? A Universidade não precisa ser esse lugar de

³⁵ Dificuldade em compreender os diversos pontos de vista diferentes do seu.

diálogos plurais? A monotonia é inimiga da satisfação. Eu, particularmente, fui muito bem acolhido por todos os docentes. Mas como sempre acontece, me afeiçoei a alguns especificamente, que me fizeram crescer mais do que profissionalmente, mas pessoalmente. Mestres que me elevaram e me fizeram ver a vida e as vidas com outros olhos.

Posso afirmar, sem sombra de dúvidas, que esse Mestrado em Ensino foi essencial, crucial, fundamental, para minha vida. Digo-lhes mais. Ele precisava ser nesse lugar, no INFES/UFF, em Santo Antônio de Pádua, Rio de Janeiro, no Noroeste Fluminense, com todos os docentes e discentes que o compuseram. Eles me ensinaram a pensar diferente, a ser diferente e eu cheguei a conclusão que ser diferente é muito bom. Me ensinaram a repensar minhas verdades, paradigmas, visões, falas, fazeres e escrita. Disso, pode emergir um novo profissional que compreende seu verdadeiro papel transformador. Mais que isso, uma pessoa, como outra qualquer, mas que agora também compreende que sua luta pode transformar outras vidas.

Não quero que entendam esses parágrafos como agradecimentos. Eles só são verdades que eu estabeleci para mim por conta das experiências que tive nesse lugar. Agora tudo isso e todos esses fazem parte do inteiro que eu ando construindo e isso é o máximo. Porém, o maior legado que pude aprender nesse mestrado foi o da transgressão. Não uma transgressão sinônimo de anarquia³⁶ e reprodução de um discurso pseudosocial³⁷ emburrecido, mas uma prática para a liberdade, seja na educação ou no fazer terapêutico, onde ninguém necessite ofender ou agredir os outros para que o seu fazer aconteça. Onde haja respeito, tolerância, compreensão e empatia, visando sempre a igualdade de direitos e a garantia dos mesmos. Como diria minha avó: “eu aprendi a ser gente”³⁸.

O senhor... Mire, veja: o mais importante e bonito, do mundo é isso: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas elas estão sempre mudando. Afinam ou desafinam. Verdade maior. É o que a vida me ensinou. Isso me alegra, montão. (GUIMARÃES ROSA, 2006)

Para afirmar tudo isso, sem mais delongas e como diz o título dessa seção, contar-vos-ei uma última experiência nessa dissertação. Porém, talvez seja essa experiência a que fez maior reboição em minha história, a que me mudou e me ser diferente, mas também enxergar diferente. A medida em que algo vai sendo transformado, tudo vai seguindo o mesmo fluxo. Repito que é impossível tocar o conhecimento e não ser diferente. Seja qual for o conhecimento. Uma mente que se abre a ele experimenta algo tão grandioso que não consegue mais voltar ao que

³⁶ Sentido corriqueiro; bagunçado; sem limites; agressivo.

³⁷ Discurso onde não haja o entendimento concreto e bem fundamentado das lutas sociais.

³⁸ Expressão comumente usada para pessoas que eram educadas e respeitosas.

era antes. Bem, mas há uma história de transgressão de pensamento para contar e é ela que importa nesse momento. Sigamos com o que deve ser posto agora.

Inicialmente acho importante relatar que hoje tenho trinta e dois anos de idade, dos quais doze me dedico a causa da pessoa com deficiência. Iniciei minha primeira formação, fonoaudiologia, com apenas dezoito anos. Fiz o vestibular e passei para uma faculdade privada, a antiga Faculdade Redentor. Não tínhamos dinheiro para bancar o curso, por isso eu ajudava a minha mãe a fazer e a vender salgadinhos na rua para complementar a renda e conseguir pagar as mensalidades. Era bem jovem e não sabia muito bem o que era essa área e nem a que ela se prestava a fazer, mas eu queria me graduar. Só pagamos o primeiro mês de mensalidade porque logo após quitá-lo, com minha nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), fui contemplado pelo Programa Universidade para Todos (PROUNI) com uma bolsa integral.

Não possuía expectativas em relação ao que faria depois que terminasse tal graduação porque nem conhecia a função do fonoaudiólogo ao certo. Por ser uma área muito nova, havia pouca divulgação do fazer profissional e de campos de atuação. Durante esse tempo de graduação fui conhecendo aos poucos as possibilidades que teria. No início me apaixonei pela antiga “Educação dos Surdos”. O universo “surdo” me encantava. Logo depois pela disfemia, também chamada de gagueira, a qual por muito tempo acadêmico dediquei pesquisas e trabalhos. Já quase no término da graduação, conheci a prática de audiológica e foi meu grande amor naquela época. Amava tanto, que arrumei um estágio em outra cidade. Todos os dias saía de casa às 04:50h para tomar o ônibus para outra cidade, e só retornava às 23:30h.

Foram anos intensos. Dias intensos. Histórias mais intensas ainda. No entanto eu nem imaginava o que estava reservado para mim. A mais intensa das histórias. Pois bem, nessas idas e vindas para a outra cidade, com a finalidade de cumprir a grade curricular do curso, consegui um estágio em uma instituição que trabalhava exclusivamente com pessoas com deficiência. No primeiro dia conheci todos os setores e profissionais que atuavam lá. Eram tantos que não consegui guardar os nomes. Depois disso, fui conhecer os usuários da Instituição, que também eram muitos, mas pelo jeito próprio, gravei o nome de alguns. Eu não tinha contato com esse tipo de “público”. O máximo que me aproximava de pessoas com deficiência era quando passavam na rua e, ainda assim, eu e meus amigos corríamos deles porque tínhamos medo. Havíamos aprendido que se fizessemos bagunça, eles pegariam a gente.

Era tudo tão novo. A intensidade deles, o abraço excessivo, os beijos repetitivos, as falas em sua grande maioria incompreensíveis, os olhares desconfiados e os diversos comportamentos me deixaram um pouco assustado. Era um misto de insegurança, medo e receio de estar ali e de vestir aquela camisa. Eu não estava sabendo lidar com tal situação. Nas

semanas seguintes, dizia a professora que ficava doente quase sempre e que não estava conseguindo ir ao estágio. Porém, ao mesmo tempo que me encontrava em casa receoso e inseguro, com vergonha de estar naquele lugar e vestir a camisa, queria conhecer mais daquele trabalho e ter uma experiência naquele campo de atuação. Foi exatamente isso que eu fiz. Dei o primeiro passo naquilo que nem imaginava ser meu grande amor atual.

As semanas corriam e eu ia aos poucos. O medo de lidar com o novo e vestir a camisa daquela causa ainda gerava um certo estranhamento. Comecei a acompanhar os atendimentos e notar que tudo o que eu imaginava, ou que ouvi falar, não era bem a realidade. Conseguia enxergar, lá dentro, bem mais do que as incapacidades e comportamentos estranhos. Todo conceito sobre a pessoa com deficiência estava sendo formado não mais pelas crenças populares, pelo senso comum, mas pela minha própria experiência. Aos poucos, num movimento natural, as concepções foram sendo alteradas. Todo castelo imaginário foi aos poucos desmoronando. Os mitos foram ficando de lado. Eu já não os enxergava tão diferentes de mim, embora ainda os olhasse com olhar de superior, de corretor de corpos, de ajustador de padrões normatizadores.

Era tão natural essa elaboração da pessoa com deficiência, de um sujeito deficiente. Engraçado escrever isso hoje e observar o quão manipuláveis nossos pensamentos podem ser, o quão dispostos a pré concepções nós estamos na sociedade em que vivemos, sendo que no meio disso tudo nos é impossível questionar tais verdades pré-estabelecidas, visto que a maioria pensa o mesmo e pensar diferente não é válido. Diria até que pensar diferente, não é “normal” e, por isso, muitas vezes, não levado em conta. É assim. Inclusive em nós também acontece isso. Quando encontramos alguém que pense diferente ou que haja diferente da gente, nem sempre o olhamos com olhos que acolhem e que respeitam a pluralidade do elaborar ideias.

Mas enfim, ali dentro fiquei durante aproximadamente dois anos. Os dias avançavam e agora eu não mais inventava desculpas para estar lá dentro ou qualquer outra coisa. Agora eu ia porque gostava de atuar em tal área. Mas era apenas isso. Eu não vestida a camisa de tecido e nem a camisa da cauda da pessoa com deficiência. Interessante destacar que meu olhar de pena que incidia sobre eles, por vezes, os impediu de serem pessoas mais independentes e autônomas. Falava-se desses conceitos, mas os mesmos eram podados quando iniciavam um movimento nessa direção. O que habitavam em nossos discursos, principalmente nos meus, era a mais triste das hipocrisias. Eu falava de potencialidades, mas não dava largas para que elas pudessem ser desenvolvidas. Potencialidades, para mim, só viriam a partir do ajuste de corpos.

Por mais que eu lesse, estudasse, me capacitasse, fizesse cursos na área ou ainda ouvisse grandes referências no campo do trabalho com pessoas com deficiência, era sempre mais do

mesmo. Eu era a esperança deles, eu era a salvação para a vida deles. Meu fazer terapêutico era tudo o que eles precisavam. Fui domesticado a pensar assim e a não questionar essa verdade estabelecida. Os corpos estavam dispostos como num grande depósito de coisas velhas. Deixados ali pelas famílias, recebidos para a correção das alterações de seus corpos ou mentes e, depois do trabalho feito, devolvidos com uma esperança que nos foi ensinada a dar a família, mas que nós nem criamos. Afinal de contas, o que mais ouvíamos falar e repetíamos sem pensar, como sempre, era: “coitadinhos, eles não vão aprender mesmo, não é? Não tem muita coisa que eu posso fazer. Ele já está além do que pode. Olhe as dificuldades dele”.

Seguindo o que estava posto como verdade pela sociedade, influenciado pelo pensamento dos mestres da época, fui seguindo ouvindo sobre respeito, autonomia, habilidades, respeito, diversidade, independência, direitos iguais, “somos todos iguais”, “diferente é ser normal”, quando na verdade, na prática, experimentava outra coisa. Era um grande conflito estar no meio desses discursos e dessa prática, mas vocês sabem que as palavras são menos influenciadoras do que o testemunho. Pelo menos para mim sempre foram. Desse jeito, cheguei à formatura. Nossa, eu nem acreditava que agora deixaria de frequentar aquele lugar para enfim começar a atuar naquilo que me daria mais dinheiro, a audiologia. Doce engano. Tudo deu errado e com três semanas de formado, lá estava eu sendo chamado a fazer parte da equipe de um nova Instituição onde se trabalhavam com pessoas com deficiência.

Eu precisava começar. Precisava pagar minhas contas. Sem hesitar topei o desafio, juntei minhas coisas e meu saber, e fui. Quando dei por mim, estava mais inserido nesse trabalho do que imaginava. A experiência diária ia me fazendo enxergar algo novo. Mas como o velho estava estabelecido e firmado, era difícil aceitar o que estava bem diante dos meus olhos. Eu não enxergava mais todo o trabalho com desesperança frente as habilidades que encontrava em cada sujeito que entrava em minha sala. Soava meio louco pensar neles enquanto incapazes, sendo que realizavam feitos que eu não conseguia. Era meio esquisito concebê-los como inferiores, sendo que sabiam fazer coisas que nem eu, tido como “normal”, conseguia fazer. Acredito que o testemunho que eles davam de superação me ensinou e me marcou muito, contribuindo para a visão que tenho hoje.

Os dias ali dentro eram tão divertidos. Aos poucos meus “pacientes” (porque ainda os enxergava como quem precisa de uma correção de corpos, com um olhar mais biomédico) foram assumindo um lugar especial em meu coração e com seus jeitinhos plurais, assim como o meu, ganhando espaço no campo das novas concepções. O pensamento nunca foi estático. Por mais que caminhasse lento, caminhava. Aos poucos a realidade que eu estava inserido ia fazendo que uma nova concepção se estabelecesse. E assim fiquei por nove anos apenas nessa

mesmo Instituição, até que a mesma sofreu um golpe político do coronel, ou diria prefeito, da cidade. Mas é sempre assim, o que não afeta diretamente a gente não tem importância. É uma lástima eleger governantes que pensem dessa forma.

A causa passou a ser tão viva dentro de mim que eu queria buscar mais. Diante do que eu havia estabelecido agora como novas verdades, não queria mais ouvir e sim também contribuir com minhas experiências. Eu pensava que o ensino e a terapêutica podiam ser diferentes. E, de fato, podiam. Porém, tudo não passava de ideias que não eram realizadas. Era lindo saber, conhecer, falar, mas na hora de transformar isso em realidade, tudo soava tão trabalhoso, que voltava ao ponto zero e deixava para que os outros fizessem por mim. Eu os inflamava com meus discursos inclusivos, mas não fazia minha parte. Eu não estava disposto a romper com o modelo, com os padrões, com o que já estava certo. Era o que tínhamos “cientificamente comprovado” e já estava bom. Mas afinal, que conhecimento é esse que se sobrepõe ao outro? Quem lhe deu essa autoridade? Apenas eu.

O sonho de também contribuir com experiências nesse campo me moveu a tentar pela primeira o sonho do Mestrado. Recordo-me que fiz minha inscrição e tentei, em outra Universidade, fazer parte do corpo discente daquele programa. Os textos eram densos e me obrigavam a pensar. Eu, no entanto, decorei tudo e cheguei cheio dos conceitos na ponta da língua para a prova. Não passava disso, conceitos estabelecidos por outros. Eu não conseguia pensar deficiência e nem a pessoa com deficiência. Não conseguia pensar ciência para além daquelas folhas. Eu não cresci em um modelo de escola onde era permitido pensar para além dos livros. Não sabia fazer isso. Logo, vocês já podem imaginar o terrível resultado que deve ter sido minha prova. Não consegui ser aprovado nem na primeira fase. Minha escrita era limitada a conceitos que estavam no texto. Eu não conseguia romper.

A prática era tão linda. Cada dia queria estar mais inserido no meio. Eu desejava ardentemente falar sobre isso com mais pessoas, necessitava dialogar com outros profissionais, eu queria compartilhar tudo isso formando profissionais para estarem “tratando”³⁹ pacientes e suas patologias. Eu não permiti que essa reprovação me parasse, me desanimasse, me fizesse esquecer esse amor. Incentivado pelos amigos de trabalho, me inscrevi novamente pela segunda vez. Escrevi meu projeto durante dias. Dessa vez me dediquei mais, gastei mais tempo pesquisando autores importantes, li livros, usei mais um pouco na escrita. Segui as orientações do programa e estudei os textos que eles exigiam para a prova.

³⁹ Visto que naquela época minha visão estava posta na premissa de que o corpo tinha uma patologia, então precisava de tratamento, de correção.

No dia da avaliação, lá estava eu todo esperançoso de que agora seria a minha vez. Eu tinha avançado bem pouco, mas para mim isso já era o bastante. Eu estava certo de que dessa vez estava preparado. Os conceitos também estavam decorados e na ponta da língua. Quando distribuíram a prova e comecei a redigi-la, enchi-a de conceitos e de dizeres de outros autores. No entanto, eu não conseguia desenvolver para além da minha visão biomédica. Eu não pensava no sujeito como um todo. Eu não conseguia, por mais que tentasse sair das linhas daqueles textos que me haviam sido orientados como referências para a prova. Confesso que fiquei tão frustrado quando o resultado saiu e notei que não havia, novamente, nem passado na primeira fase. Um sentimento de impotência tomou minha vida. Desânimo.

Naquele ano decidi que não tentaria mais o mestrado. Dizia aos amigos que ficaria apenas trabalhando e mostrando através desse trabalho o jeito certo de ensinar e incluir. Como se houvesse um jeito certo. Quanta arrogância e prepotência de minha parte. Mas seguia assim. Foi um ano dedicado a cursos práticos de reabilitação, de técnicas de ensino, de práticas pedagógicas prontas. Somente as técnicas agora me bastavam. Outras formas de conhecimento não me importavam mais. Os olhares diferentes sobre minhas verdades da época e a incompreensão deles, me frustrava. Mas para mim, eles estavam errados, não eu. Se alguém ali precisava ser consertado, mudar de visão, romperem, eram eles. Mas espere aí, romper com o que? Quem estava seguindo o modelo hegemônico era eu.

Chegando a essa conclusão, resolvi tentar mais uma última vez o mestrado lá naquela Universidade. Dessa vez foi diferente. Eu realmente me dediquei. Dei o meu melhor. Fiz um projeto, que para mim, era digno de aplausos. Só trouxe referências atuais e de grandes nomes dentro do que me propunha a falar. Imprimi os textos disponibilizados pelo programa para estudar para a avaliação. Conversei com amigos sobre os mesmos, mas eles vinham com umas ideias tão diferentes, que os achava malucos e despreparados para o mercado. Citavam nomes de autores que eu nunca havia ouvido falar. Teciam comparações entre eles, entre as práticas, davam exemplos, mas no fim, achava aquilo tudo uma utopia e uma grande baboseira da parte de gente que não conhecia a prática como eu conhecia. E lá fui eu mais uma vez.

No dia da realização da prova acordei bem cedo, apelei para o lado espiritual e fiz minhas orações. Já de início, o ônibus em que iria não passou. Por sorte, um amigo que iria para a mesma cidade passou pela rodoviária, me viu e ofereceu carona. Cheguei quase em cima da hora muito nervoso. A prova estava fácil dessa vez. No entanto, como não ousava pensar, fui lá e reproduzi mais uma vez o que sempre aprendi a fazer: encher de conteúdo reproduzido e mostrar que eu sabia. Mas sabia o que? O que já sabiam antes de mim? Naquele dia tive a

certeza que dessa vez eu conseguiria. Porém, para minha surpresa, nem na primeira fase eu consegui me classificar pela terceira vez tentando.

Estava agora determinado para mim que o mestrado não era para mim. Eu tinha a certeza de que ser compreendido pela academia não seria possível, já que eles não saíam de suas salas para a prática. O problema sempre estava no outro e eu não conseguia romper com o meu fazer pedagógico e nem terapêutico. Os modelos já estavam ali, era só copiá-los. Não precisava pensar, afinal, alguém já o havia feito por mim antes e eu tomava essa verdade para mim sem questionar. Só que por conta de tomar muitas verdades para mim sem questionar, fui um péssimo profissional diversas vezes. Engessado, sem visão, limitado, conteudista, preconceituoso. Exerci mais o papel de demônio, do que anjo.

Assim segui mais um período de minha vida. Nos meus agradecimentos, cito minha grande amiga Cláudia Blanc e, aqui vocês compreenderão o tamanho da importância dela em minha vida. A visão larga que ela possuía. Naquele ano, já desistindo de tudo, fiquei sabendo do programa o qual faço parte hoje e comentei com ela. Na mesma hora, ela que tinha uma visão bem adiante, pediu para que eu tentasse uma vaga. Minha resposta foi um belo e exímio não. Ela não se contentou e sempre quando chegava no trabalho me perguntava se eu já havia feito minha inscrição. Sentia nela um amor maternal em relação a mim. Parecia que eu era responsabilidade dela, que minha felicidade futura e a realização dos meus sonhos passavam por ela. Sim, hoje entendo que de fato passaram.

Passaram por que hoje ela não está mais entre nós. Cláudia faleceu no ano de 2017, vítima de um cruel câncer, que a roubava todos os dias de si, dos seus, de mim. Ainda assim, mesmo com toda dificuldade de locomover-se e de falar, a esperança foi algo que nunca vi se perder naquele olhar. Fecho os olhos agora e posso ouvir a voz, sentir o cheiro do perfume marcante e ver aquele sorriso lindo. Se a alegria tem uma casa, ousaria dizer que era no peito dela. Foi por ela que eu voltei a acreditar em mim. A partir dela a construção do que sou hoje iniciou-se. É tão difícil falar dela e não me emocionar. Tanta saudade tem tomado meu peito quando falo o nome dela. Mas eu acreditei mais uma vez, peguei meu antigo projeto, revi muitas coisas e investi. Eu precisava estar ali, eu queria muito conhecer mais. Ela, de alguma forma, me fez rever os conceitos próprios e redescobrir o gosto pela vida acadêmica.

Agora, como não tinha mais nada a perder, resolvi acreditar nos conhecimentos que os amigos partilhavam comigo. Comecei a ver outras verdades como legítimas. Lia livros daquelas pessoas que nunca havia ouvido falar os nomes. Era tanta “loucura” em meio a minha “sanidade” que pensei estar entrando nesse mesmo processo de desrazão. Mas eu disse, não tinha nada a perder, então, se fosse desrazão, que fosse para valer. No fundo a gente sempre

pensa para além do que fazemos, mas nem sempre temos coragem de expor. Dessa vez foi diferente. Eu já estava cansado e agora precisava dar largas as vozes que calei uma vida inteira. Os sentimentos, utopias, sonhos, práticas, tudo isso viria para o papel. Era só questão de tempo até chegar o dia da avaliação do mestrado.

Enfim, o grande dia chegou. Eu estava muito calmo. Afinal de contas, era só mais uma prova que eu pensava não conseguir a aprovação. Meus caros, acho que nunca escrevi tanto na minha vida. Tenho pena de quem corrigiu minha peça. Vorazmente eu expunha ali todas as minhas inquietações, minhas insatisfações, propunha meios de mudança, correlacionava os textos com os meus pensamentos. Eu me permiti ser ousado. Eu queria agora o que nunca quis antes. Se era para ser um profissional diferente, que fosse de verdade. Precisava romper com o velho, precisava desfazer aquela velha opinião formada sobre tudo. Nem eu acreditei no que escrevi naquelas linhas. Era tão novo, era tão ainda intocável para mim. Eu nem tinha mesmo a certeza do que estava escrevendo, mas queria pensar diferente.

Minha grande surpresa, depois das quatro fases de avaliação (pré-projeto, prova discursiva, prova de proficiência em língua estrangeira e apresentação oral do pré-projeto), foi que dessa vez, eu tinha uma das pontuações mais altas de todos os alunos que concorriam. Eu não acreditei. Juro. Eu não praticava o que realmente pensava, mas foi exatamente o que eu pensava e não praticava, que me abriu a porta mais significativa dessa vida. Que conflito interno eu vivia junto a alegria de ter passado para compor esse programa de pós-graduação. Aqui retorno com a pessoa de minha amiga Cláudia. Já em fase bem complicada de sua doença, sempre me perguntava sobre o resultado e acreditava em mim a cada fase que eu era aprovado. No dia em que o resultado saiu, ela faleceu e nem ao menos tive tempo de comunicá-la.

Ainda assim, era preciso prosseguir. Eu estava ansioso para iniciar as aulas. Queria, necessitava, ansiava por mais conhecimento. Mas dessa vez sabia que era um conhecimento novo. Fui todo animado para o primeiro dia de aula. Chegando lá, houve uma palestra já na primeira aula. Que desespero. Eu não entendi uma palavra sequer do que a professora estava expondo. Era novo demais. Era muita informação contrastando aqui dentro. Era um romper inigualável. Transgredir parecia mais fácil na prática agora do que dentro de mim. Saí daquele auditório cheio de alegria por compor o programa, mas um pouco desesperado por não saber o que seria de mim frente a todo conhecimento que estava sendo dispensado a mim.

Aula após aula fui me adaptando aos poucos. Existiam textos cruéis demais comigo. Exigiam muito além de onde eu podia pensar. Ainda assim, forçado a pensar, eu seguia a gostava do novo que estava vivendo. Professoras Maristela e Jacqueline, eu pensava que vocês eram loucas e habitavam outro mundo, mas hoje quero destacar que sendo verdade ou não, eu

amo o mundo e tudo o que vocês habitam. Professora Verusca, só entendi o que a senhora queria passar, de fato, na segunda vez em que a ouvi falar. A viagem foi grande no primeiro contato, mas aquilo ali era tão lindo. O jeito que as duas aulas que tive contigo eram conduzidas, a forma de pensar, me chamavam atenção. Já no primeiro semestre vivi um romper inigualável. Algo que não tinha experimentado ainda nos trinta anos que tinha.

Com o passar dos semestres fui tendo a venda dos olhos arrancadas e aprendendo a pensar sobre o pensar. O novo não me causava mais tanto estranhamento e eu tinha desejo dele. Meu fazer pedagógico foi mudando, meu discurso foi sendo mudado também em consequência disso, eu vivia aos poucos a gênese de um novo tempo. Cada docente com suas contribuições e cada discente com as experiências trazidas para dentro de sala, foram derrubando muros que eu mesmo havia levantado e construindo novos monumentos. Eu estava experimentando um grande reflorestamento na área da desesperança em relação ao ensino no Brasil, principalmente em minha realidade desafiadora, desacreditada.

Ali dentro vivi a maior mudança profissional e de pensamento. Devo o que sou hoje, embora ainda não esteja completo, a esse programa que me permitiu pensar para além da obviedade. Que me permitiu colocar em prática muitos sonhos dentro da área do ensino que nunca ninguém havia ouvido ou acreditado. Aí ganhei força. Aí aprendi a respeitar as diferenças. Aí fui aos poucos compreendendo meu processo de metamorfose e ganhando fôlego para romper com o casulo da arrogância pura que me envolvia. É tão bom voar e saber que ainda existe muito céu para bater minhas asas. É tão bom experimentar, depois desse impacto, um novo conhecimento que me permite romper com tudo o que está posto e não viver de insatisfações e reclamações, mas ações e transformações. Também ressignificações.

Por isso sou tão grato a esse programa. A cada um que fez parte de minha vida durante o tempo em que o compus. Sou bem melhor do que era antes. O Noroeste Fluminense é feliz por ter um programa assim e nem saber. Um exímio formador de opiniões e não uma fábrica de ventríloquos que não conseguem ao menos ver suas cordas e as mãos que os manipulam. Tal insatisfação em me contentar com o que temos me consome e me impele a fazer algo pela sociedade. Olhando por essa ótica, noto que o mestrado cumpriu seu papel em minha vida. Me permitiu pensar, falar, agir, experimentar, transformar, mudar, romper, transgredir. Por isso falo do que amo, por isso sou atravessado por esse tema. O poema inicial dessa dissertação nunca fez tanto sentido como agora. “Não sei por onde vou, não sei para onde vou, sei que não vou por aí” (RÉGIO, 1978).

4 CONCLUSÕES

Veja!
 Não diga que a canção
 Está perdida
 Tenha fé em Deus
 Tenha fé na vida
 Tente outra vez!

Beba! (Beba!)
 Pois a água viva
 Ainda tá na fonte
 (Tente outra vez!)
 Você tem dois pés
 Para cruzar a ponte
 Nada acabou!
 Não! Não! Não!

Oh! Oh! Oh! Oh!
 Tente!
 Levante sua mão sedenta
 E recomece a andar
 Não pense
 Que a cabeça aguenta
 Se você parar
 Não! Não! Não!
 Não! Não! Não!

Há uma voz que canta
 Uma voz que dança
 Uma voz que gira
 (Gira!)
 Bailando no ar
 Uh! Uh! Uh!

Queira! (Queira!)
 Basta ser sincero
 E desejar profundo
 Você será capaz
 De sacudir o mundo
 Vai!
 Tente outra vez!
 Humrum!

Tente! (Tente!)
 E não diga
 Que a vitória está perdida
 Se é de batalhas
 Que se vive a vida
 Han!
 Tente outra vez!
 (SEIXAS et al., 1975)

“TENTE OUTRA VEZ” em caixa alta porque precisa chamar sua atenção. Precisa transmitir imperatividade. É um grito de alguém que se levantou como um átomo no meio da multidão descrente e cega pela óbvio. Que não ousa pensar. Que nem ousa. Mas nem tudo está

perdido. A semente continua sendo lançada e o sonho de um mundo com igualdade de direitos e respeito mútuo permanece sendo alimentado. Não quero mais que façam minha parte. Eu a faço. Estou disposto a pagar o alto preço pela luta da pessoa com deficiência, visto que tenho as minhas barreiras, meu diagnóstico de “ceratose folicular”⁴⁰ que impedia de me relacionar com os pares na infância e adolescência devido o corpo marcado e que hoje continua chamando a atenção onde passo. “Nossa, o que é isso no seu braço e na sua perna todo manchado?”. “Você tomou sol de peneira?”. Nem ligo mais para isso. Eu já lhes disse que amo o plural.

Penso que essa composição esteja intimamente atrelada ao que podemos concluir a partir dessa obra. São múltiplos olhares construídos através dessas inquietações que me consomem, uma grande transformação de paradigmas já descrita, inclusive, no capítulo anterior, bem como uma enorme produção de novos saberes e subjetividades. Tudo nesse trabalho me encantou. Tenho-o como um filho prestes a ser parido, que pretendo cuidar e mostrar aos demais, reconhecendo como legítimo seu papel importante para a formação de um novo conhecimento social acerca da pessoa com deficiência, de um movimento inclusivo. A temática discutida aqui é importante para a formação de novos fazeres pedagógicos, de novas práticas de ensino a partir do repensar do diagnóstico e do laudo médico pela ótica da sociologia do diagnóstico. Afinal de contas, foi a isso que me propus no início desse curso.

Embora tenha me destinado a isso, já discuti no início dessa dissertação que não acredito em uma verdade absoluta, embora tenha a minha verdade e cada um possua a sua respectiva verdade. Não a nego como Nietzsche (2007). Enxergo-a muito mais como uma construção a partir do relativismo moral de determinados grupos, ou seja, ela serve a determinados grupos, de acordo com os costumes morais, excluindo os que não comungam os mesmos valores. Foucault (1979), por exemplo, destaca que para que haja verdade, a mesma precisa estar totalmente desligada de instituições, de grupos, de culturas, se apresentando totalmente livre. Caso contrário, não passaria de manipulação. Falando sobre verdades iniciamos esse trabalho. A história nos auxiliou, principalmente, na problematização de uma verdade que foi estabelecida para a deficiência.

Sabendo disso, não quero e nem posso impor a você minha verdade. A intenção desse trabalho não foi e nem é essa, mas sim proporcionar, a partir das análises apresentadas aqui, um

⁴⁰ De acordo com a Sociedade Brasileira de Dermatologia, “se caracteriza por pequenas manchas avermelhadas ou esbranquiçadas, principalmente nos braços, pernas, nádegas e bochechas pelo acúmulo de queratina nos folículos pilosos. A pele fica com aspecto áspero e ressecado, podendo aparecer em qualquer tipo de pele, no entanto é mais comum em pacientes com dermatite atópica. Tendem a desaparecer com a idade, sendo que parece haver uma predisposição genética”.

novo conhecimento para ser somado ao seu, ou não. O conhecimento estará aqui, mas acredito que esse e qualquer outro tipo de conhecimento só serve para quem o deseja. Ele estará posto nesse trabalho por minhas lentes. No entanto, ressalto que esse conhecimento não é fechado. Assim como somos construídos, ele foi e também ainda será mais amplamente discutido em próximos passos de minha carreira acadêmica. Eu creio. Não vim para impor nada a ninguém, mas para permitir uma prática pensante e libertadora, para tecer junto uma colcha com os vários retalhos que possuímos, mirando diminuir o frio dos corpos negados, descartados, desacreditados, marcados e subjugados. Eu não paro por aqui.

Recordo a pergunta inicial que deu vida a esse trabalho de mestrado, a qual questionava se de fato o conceito que temos hoje firmado acerca da deficiência influenciava no ensino e como o papel do laudo auxiliava ou não esse processo de inclusão. No entanto, após tal pesquisa, ainda em fase inicial, ser apresentada à banca de qualificação, a qual foi composta por profissionais que muito contribuíram para o crescimento e alargamento de visões desse projeto, por meio de sugestões apresentadas, pude reescrever muitos pontos, refletir sobre questões que me haviam passado despercebidas e direcionar os olhares para outras perspectivas culturais reconstruindo conceitos importantes, ressignificando todo trabalho.

Diante disso, a questão que se levantava agora como problema era um revisitamento da autonomia do laudo no ensino e se ele seguia determinando os fazeres pedagógicos, a partir das reflexões da sociologia do diagnóstico. Passamos por inquietações para visitar esse papel do mesmo dentro do campo pedagógico, bem como sua necessidade para o fazer pedagógico transgressor e para o processo de inclusão do aluno com deficiência, transitando pela sociologia do diagnóstico, área nova em crescente desenvolvimento em nosso país. O foco estava mais voltado ao papel do laudo de pessoas com deficiência como produtor de representações sociais no ensino e não mais no sujeito com deficiência.

Ainda assim, pensando em compreender o conceito de deficiência como construção, fiz um apanhado histórico revelando os diversos momentos em que a pessoa com deficiência esteve exposta na humanidade. Trouxe de volta as diversas visões que foram lançadas sobre tais sujeitos, começando com uma visão bem proemina, se assim posso chamá-la. O homem com deficiência que viva nas trevas, na ausência do conhecimento, sendo um fardo, um peso, um fator que atrapalhava o modelo de vida nômade da época. Por esse motivo, deixado para trás, descartado, abandonado e sem olhares preocupados com ele. Um verdadeiro peso morto (BIANCHETTI, 1995), estabelecendo dessa forma o modelo metafísico de deficiência.

Logo após, caminhamos para a visão trágica e covarde lançada sobre o corpo. Os sujeitos com deficiência começaram a ser arremessados de altas colinas, asfixiados, mortos por

inanição em diversas culturas. A visão metafísica os envolvia e isso trazia um campo espiritual, de purgação, de dívida de pecado trazida no corpo. Por esse motivo, o mais correto a se fazer era, de fato, segundo a cultura da época, exterminar tais “aberrações” com tipos de mortes muito cruéis. Da inanição à fogueira. A Idade Média, conhecida como Idade das Trevas, não estava ainda aberta a luz do que chegaria adiante.

Seguimos o texto do segundo capítulo rememorando os paradigmas quebrados acerca da pessoa com deficiência. A alma e a moral cristã entraram nesse afã revelando uma nova visão, onde a caridade ganhou largas instaurando um modelo caritativo da deficiência. Bianchetti (1995) até auxilia a compreensão disso ao afirmar que a dicotomia não era mais corpo/mente. Agora o sujeito possuía uma alma, portanto ela havia se deslocado para corpo/alma. Entretanto, com a finalidade de purificar a alma, os sujeitos com deficiência permaneciam sendo mortos de diversas formas. Nessa fase, a fogueira era a maneira de purificação, de abençoar tais pessoas, era uma graça especial para eles.

Com o avanço do conhecimento e chegada de muitos pensadores, a visão metafísica começa a ser deixada de lado e o racionalismo caminha para seu espaço. Os corpos estigmatizados por lesões físicas ou mentais agora ganham um olhar medicalizado e objetivado. O corpo agora é fruto de pesquisas. Todo esse momento sofre influências do iluminismo e positivismo, como relata Foucault (1977). Surgindo então um novo modelo de deficiência, o biomédico. A culpa estava no corpo e a doença pesada e seguia caracterizando, produzindo papéis sociais, sobre o sujeito.

Até que caminhando mais para a modernidade, alguns pensadores, como Canguilhem (2011) e Borges (1995), estabelecem pontos de vista sobre patologia e normatividade, onde tal normatividade não passaria de um ideal diante das diversas formas de habitar o mundo. Com isso, outros pensadores, homens com deficiência principalmente, ganham espaço nessa discussão e arrastam a visão para um campo mais social. Nesse momento da história, a culpa é retirada do corpo. A deficiência não está mais no sujeito, o problema não é mais ele que possui a lesão, mas a sociedade que não está preparada para recebê-lo. Retirem as barreiras que gera desvantagens sobre tais corpos, que as desvantagens deixam de existir.

Porém, frente aos movimentos de minoria que começaram a surgir a partir das críticas sociais da década de 70/80, outras narrativas de opressão começaram a ganhar voz, criticando a própria crítica social e apresentando a justificativa que, utilizando a narrativa feminista por exemplo, a mulher com deficiência vive desvantagens por ser deficiente e por ser mulher, já que os padrões sociais foram construídos através de perspectivas machistas. A partir disso, as discussões sobre deficiência ganham um novo rumo e se estabelecem como um conceito que se

desloca e que não pode, dessa forma, ser fechado, principalmente com os constantes avanços das neurociências e a chegada de novos conhecimentos e perspectivas a todo instante.

Contra toda obviedade, trouxe no título do terceiro capítulo as questões de vigilância e punição, que foram muito discutidas por Foucault (2014), em contraste com a transgressão, que notoriamente foi uma das maiores lutas de hooks (2013). No entanto, não nos detemos somente aos dois autores para discorrer tal parte do trabalho, que se ocupou de aspectos legais sobre a conceituação da deficiência até chegar a uma conceituação mais sociológica, compondo também relatos de narrativas vividas por mim.

A partir disso, esse trabalho discute o papel do laudo no campo da educação de forma mais clara. De certa forma, vemos que as pessoas com deficiência, na maioria dos casos são vistas com estranhamento a partir dos diagnósticos que recebem. Nesse sentido, tais diagnósticos e laudos seguem produzindo papéis sociais e determinando algumas vezes o fazer pedagógico. O professor precisa rememorar sua autoridade enquanto profissional livre para atuar no campo pedagógico, no fazer educacional, não ficando atado pelo laudo que é médico.

Fica claro o papel desse Programa de Pós-graduação nesse papel transformador de saberes e criação de novos produtos e subjetividade. Minha própria vida e fazeres pedagógicos e terapêuticos foram transformados. Um programa que permite, assim como proposto por hooks (2013), pensar a educação como prática libertadora a partir de um modelo que transgrida aquilo que já temos pronto, aquilo que já está posto.

Por fim, depois de percorrer todo trajeto novamente, de forma bem sucinta, corroboro que a área da educação não busca reflexões acerca do laudo, bem como de seu papel, ficando por vezes atada a sua “soberania” estabelecida culturalmente. Nesse sentido, a sociologia do diagnóstico vem abrir os olhos para um horizonte ainda inexplorável. Ela pode auxiliar na compreensão maior do sujeito, dele como um todo, e não somente como limitado e doente, reforçando o estigma de incapaz, como relata Goffman (1988). Além disso, influenciar no fazer pedagógico de cada professor, desde que o pensamento esteja posto para além, seguindo os caminhos de transgressão de hooks (2013).

O diagnóstico afeta a vida do sujeito, o que o leva a exercer diversos papéis na sociedade. Goffman (1988) se preocupa com esse sujeito, que uma vez caracterizado, tende a ficar fragilizado também emocionalmente, reforçando sempre o peso da incapacidade e correndo o risco de terem suas subjetividades deformadas, caminhando para a auto deterioração. Não obstante, as pessoas que estão ao seu redor também são afetadas por esse diagnóstico. Daí a problemática se estender, podendo entrar nesse processo de deterioração e adoecimento a família, cuidadores, professores, etc. Por isso precisamos pensar no diagnóstico enquanto

categoria e enquanto processo.

Precisamos abrir as portas de nossas Universidades e de lugares públicos para que a sociedade repense o papel de cada coisa. O diagnóstico, o laudo médico, a doença, as lesões, enfim, somados ao processo de estigmatização do sujeito são um retrocesso, principalmente no campo do ensino, sobretudo na educação inclusiva. Essas inquietações continuam me impelindo a avançar e a militar mais e mais por essa causa. Nesse sentido, alguns projetos surgiram a partir desse trabalho e em breve estarão compondo a agenda de pais, professores, profissionais especialistas, pessoas com deficiência, todos que estejam dispostos a discutir a causa.

Por isso, cabe destacar mais um dos frutos desse movimento transformador de saber. Tal obra foi tão significativa para mim que um novo projeto de extensão surgiu com o auxílio de minha orientadora. Vamos realizar o “I Café Inclusivo: múltiplos olhares sobre a inclusão”, para contribuir socialmente na criação de novos conhecimentos, novos olhares, em meio as controvérsias sobre a inclusão na prática, passando pela revisitação do papel do laudo no ensino e trazendo as pessoas de fora pra dentro da Universidade. Pais, professores, profissionais especialistas e pessoas com deficiência, todos dialogando no mesmo espaço através de uma grande roda de conversa e de apresentações culturais diversas.

5 REFERÊNCIAS

A BÍBLIA. Bíblia Ave-Maria. São Paulo: Ave-Maria, 2017.

ARANHA, M. S. F. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, Ano XI, n. 21, p. 160-173, mar. 2001.

Assembleia Geral da ONU. "Declaração Universal dos Direitos Humanos". 217 (III) A. Paris, 1948.

AUGUSTIN, I. Modelos de Deficiência e Suas Implicações na Educação Inclusiva. 2012. Disponível em <http://www.espanholacessivel.ufc.br/modelo.pdf>. Acesso em 03 de setembro de 2018.

BARBOSA, L. et al. Diversidade Corporal e perícia médica no Benefício de Prestação Continuada. In: DINIZ, D., MEDEIROS, M. e BARBOSA, L. (Org.). Deficiência e Igualdade. Brasília: LetrasLivres: Editora Universidade de Brasília, cap. 3, p. 43-60, 2010.

BARBOSA-FOHRMANN, A. P. Os modelos médico e social de deficiência a partir dos significados de segregação e inclusão nos discursos de Michel Foucault e de Martha Nussbaum. **Revista Estudos Institucionais**, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 736-755, fev. 2016. Disponível em www.estudosinstitucionais.com/REI/article/view/76. Acesso em 02 de julho de 2018.

BARNES, C. Re-thinking Disability, Work and Welfare. *Sociology Compass*, v. 6, n. 6, 2012.

BARNES, C. The social model of disability: valuable or irrelevant?. In: WATSON, N. et al. *The routledge handbook of disability studies*. London: Routledge, 2012.

BARNES, C. e MENCER, G. *Exploring the divide: illness and disability*. Leeds: Disability Press, 1996.

BARNES, C. et al. *Disability studies today*. Cambridge: Polity Press, 2002.

BASTOS, L. S. e ALVES, M. P. As influências de Vygotsky e Luria à neurociência contemporânea e à compreensão do processo de aprendizagem. *Revista Práxis*, ano V, n. 10, dezembro, 41-53, 2013.

BEAR, M. et al. **Neurociências**: Desvendando o Sistema Nervoso. 3 ed. Porto Alegre:

Artmed, 2008.

BENTHAM, J. *Panopticon; or, the Inspection-House*. T. Payne, London, 1791.

BENTHAM, J. *The Panopticon Writings*. Ed. Miran Bozovic. London: Verso, p. 29-95, 1995.

BESSA, B. *Poesia com Rapadura*. Fortaleza: Cene, 2017.

BIANCHETTI, L. Aspectos Históricos da Educação Especial. *Revista Brasileira de Educação Especial*. vol. 2, n.3, 1995.

BISOL et al. Pensar a deficiência a partir dos modelos médico, social e pós-social. *Cadernos de Pesquisa*, São Luís, v. 24, n. 1, jan./abr. 2017. Disponível em www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/6804/4367. Acesso em 15 de junho de 2018.

BLAXTER, M. Diagnosis as Category and Process: The Case of Alcoholism. *Social Science and Medicine* n. 12, pp. 9–17, 1978.

BORGES, J. L. *Elogio da Sombra*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1977.

BORGES, J. L. La Ceguera. In _____, *Siete Noches*. Madrid: Alianza Editorial, 1995.

BORGES, J. L. Quase Borges: 20 transpoemas e uma entrevista. [traduções de Augusto de Campos]. São Paulo: Terracota, 2013.

BOTELHO, J. B. *Medicina e Religião: conflito de competência*. Manaus: Metro cúbico, 1990.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. **Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm. Acesso em 02 de março de 2019.

_____. Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004. **Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com**

mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm. Acesso em 02 de março de 2019.

_____. Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em 2 de março de 2019.

BROWN, P. Naming and Framing: The Social Construction of Diagnosis and Illness. *Journal of Health and Social Behavior*. p. 34-52. 1995. Disponível em www.jstor.org/stable/2626956. Acesso em 14 de março de 2019.

BRUNETTO, A. Ser ou não Ser... um Sujeito? Eis a Questão do Autista. In ALBERTI, S. (org.) **Autismo e Esquizofrenia na Clínica da Esquise**. Rio de Janeiro: Marca d'Água, 1999.

CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico*. 7 ed. rev. Trad. Maria Thereza R. C. Barrocas. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2009.

CARVALHO, L. M. Formas de socialização dos indígenas Xavante com deficiência na aldeia Namunkurá: uma breve história. In: IV Semana de História do Pontal – III Encontro de Ensino de História – Política, Gênero e Mídia na pesquisa e no ensino de História, Ituiutaba/MG, 2016. Disponível em www.eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/lucianamouradecarvalho.pdf. Acesso em 22 de fevereiro de 2019.

CORRÊA, M. A. M. Educação Especial. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 5ª reimp., v1, 2010.

COSENZA, R. M. e GUERRA, L. B. **Neurociência e educação: como o cérebro aprende**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CROW, L. Including all of our lives: renewing the social model of disability. In: MORRIS, J. (Ed.). *Encounters with strangers: feminism and disability*. London: Women's Press, 1992.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DINIZ, D. O que é deficiência. Coleção Primeiros Passos. vol. 324, 1ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

DINIZ et al. Deficiência, direitos humanos e justiça. SUR – *Revista Internacional de Direitos Humanos*, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 65-77, 2009.

DUARTE JÚNIOR, J. F. O que é realidade. Coleção Primeiros Passos. vol.115, 5ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

DURANT, W. História da Civilização. São Paulo: Companhia Nacional, 1957.

ELIOT, T. S. The Old Possum's Book Of Practical Cats: O Nome dos Gatos. (Tradução Ivan Junqueira). Companhia das Letrinhas, 2010.

ENGELS, F. *Anti-duhring*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FERREIRA, M. A. V. Discapacidad, globalidad y educación: ¿una nueva “política del cuerpo”? *Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad*, Córdoba - AR, v. 6, n. 3, p. 6-19, 2011.

FOUCAULT, M. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.

FOUCAULT, M. *História da loucura: na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 2017.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 42ª edição, Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2014.

FRANÇA, T. H. Modelo Social da Deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social. **Lutas Sociais**, [S.l.], v. 17, n. 31, p. 59-73, dezembro de 2013. Disponível em revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/25723. Acesso em 02 de julho de 2018.

GAYOSO, R. S. L. “Entre amor e ódio: os dilemas da educação especial, no limiar do século

XXI". Dissertação apresentada como exigência final para obtenção do grau de Mestre em Educação à Comissão Julgadora da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, sob a orientação do Professor Doutor David Victor-Emmanuel Tauro. **Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, 2006.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. 2 reimpr. da 7 ed. de 2001. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 2001.

GOMES, J. S. Diagnóstico na sala de aula: impactos do laudo médico nas práticas docentes inclusivas no Ensino Fundamental do Município de Santo Antônio de Pádua. 2018. Disponível em www.editorarealize.com.br/revistas/ceduce/trabalhos/TRABALHO_EV111_MD4_SA10_ID786_03062018201555.pdf. Acesso em 03 de fevereiro de 2019.

GOMES, R. Resenha: LE BRETON, D. Adeus ao corpo: antropologia e sociedade. **Cienc. Saúde Coletiva**, v. 9, n.1, p. 247, 2004.

GOODLEY, D. Dis/entangling critical disability studies. *Disability & Society*, London-UK, v. 28, n. 5, p. 631-644, 2013.

GUIMARÃES ROSA, J. Grande Sertão: Veredas. 1a Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

GUSMÃO, N. M. M. de. Antropologia, estudos culturais e educação: desafios da modernidade. *Pro-Posições*, Campinas, v. 19, n. 3(57), p. 47-82, set./dez. 2008.

HOOKS, B. Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade. Editora WMF Martins Fontes. 1a Edição, 2013.

HUGUES, B. Disability and the body. In: Barnes, C., Oliver, M., Barton, L. (Org). *Disability studies today*. Cambridge: Polity Press, p. 58-76, 2002.

HUNT, P. *Stigma: the experience of disability*. London: Geoffrey Chapman, 1966.

JUTEL, A. Sociology of Diagnosis: a preliminar review. *Sociology of Health & Illness*, vol. 31, n. 2, pp. 278-299, 2009.

KUHN, T. S. **The structure of scientific revolutions**. Chicago: University of Chicago Press, 1962.

KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

LE BRETON, D. **Adeus ao corpo: antropologia e sociedade**. Campinas: Papirus, 2003.

MARKOVA, D. *O natural é ser inteligente: padrões básicos de aprendizagem a serviço da criatividade e educação*. São Paulo: Summus, 2000.

MANCEBO, D. Modernidade e produção de subjetividades: breve percurso histórico. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 22, n. 1, p. 100-111, 2002.

MANDELSTAN, O. Poesia da recusa. [organização e tradução Augusto de Campos]. Coleção signos 42. São Paulo: Editora Perspectiva, 2006.

MARTÍN, M. T. e CASTILLO, F. G. Cuerpos, capacidades, exigencias funcionales... y otros lechos de Procusto. *Política y Sociedad*, Madrid, v. 47, n. 1, p. 67-83, 2010.

MASLOW, A. *Maslow no gerenciamento*. Rio de Janeiro: Ed. Qualitymark. 2000.

MATTOS, B. M. Deficiência: da conceituação aos posicionamentos de universitários. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem da Faculdade de Ciências, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Bauru, como requisito à obtenção do título de Mestre em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, sob a orientação da Profa Dra Lúcia Pereira Leite. **Universidade Estadual Paulista**. Faculdade de Ciências, Bauru, 2016.

MEDEIROS, M. et al. Deficiência e Igualdade: o desafio da proteção social. In: DINIZ, D., MEDEIROS, M. e BARBOSA, L. (Org.). Deficiência e Igualdade. Brasília: LetrasLivres: Editora Universidade de Brasília, cap. 1, p. 11-20, 2010.

MISÉS, R. A criança deficiente mental – uma abordagem dinâmica. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1977.

NETTLETON, S. **The Sociology of health & illness**. Cambridge: Polity, 2003.

NIETZSCHE, Friedrich. *Sobre Verdade e Mentira no Sentido Extra-Moral*. São Paulo: Hedra, 2007.

OLIVA, A. *Ciência e sociedade: do consenso à revolução*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

OLIVEIRA, W. V. de. A fabricação da loucura: contracultura e antipsiquiatria. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 141-154, 2011.

OLIVER, M. J. The disability movement and the professions. *British Journal of Therapy and Rehabilitation, London - UK*, v. 6, n. 8, p. 377-379, 1999.

ORTEGA, F. Deficiência, autismo e neurodiversidade. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 67-77, fev. 2009. Disponível em www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000100012&lng=en&nrm=iso. Acesso em 04 de março de 2018.

PACHECO, K. M. B. e ALVES, V. L. R. A história da deficiência, da marginalização à inclusão social: uma mudança de paradigma. **Acta Fisiátrica**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 242-248, dez. 2007. Disponível em www.revistas.usp.br/actafisiatrica/article/view/102875. Acesso em 22 de abril de 2018.

PADOVANI, U. A. *Filosofia da Religião*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1972.

PALACIOS, A. e BARRIFFI, F. La discapacidad como una cuestión de derechos humanos: una aproximación a la Convención Internacional sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad. Madrid: Cinca, 2007.

PESSOTTI, I. *Deficiência mental: da superstição a ciência*. São Paulo: T.A Queiroz, 1984.

PINKER, S. *Tábula Rasa. A negação contemporânea da natureza humana*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

PLATÃO. *A República*. São Paulo: Editora Atena, 1959.

PLATT, A. D. Uma contribuição histórico-filosófica para a análise do conceito de deficiência. *Ponto de Vista: Revista de Educação e Processos Inclusivos*, Florianópolis, SC, Brasil, v. 1, n. 1, julho/dezembro de 1999, p. 72. Disponível em periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/view/15233. Acesso em 12 de junho de

2018.

Projeto Mandacaru de Literatura de Cordel. Cordel dos Direitos Humanos. Natal, Rio Grande do Norte. 20 de novembro de 1998. Disponível em www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/cordel.htm. Acesso em 03 de janeiro de 2019.

RÉGIO, J. *Poemas de Deus e do Diabo*. 9a ed. Porto: Brasília Editora, 1984.

ROSENBERG, C. R. The Tyranny of Diagnosis: Specific Entities and Individual Experience. *MilbankQ*, Jun; 80 (2): 237-260. 2002.

SAAVEDRA, M. C. O engenhoso fidalgo D. Quixote de La Mancha. 7ª edição, São Paulo: Editora 34, 2002.

SANT'ANA, D. M. G. Plasticidade neural: as bases biológicas da aprendizagem. In CHITOLINA, C. L., PEREIRA, J. A. e PINTO, R. H. (Orgs.). *Mente, cérebro e consciência: um confronto entre a filosofia e ciência* (Vol. 1, pp.73-84). Jundiaí, SP: Paco Editorial. 2015.

SANTANA, S. Imagem e autoimagem da pessoa com deficiência na comunidade indígena: Um estudo da etnia Tupinambá em Olivença/Ilhéus-Bahia. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*. v. 6, n. 3, p. 102-114. 2012. Disponível em periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/5005. Acesso em 23 de março de 2019.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Nada sobre nós, sem nós: Da integração à inclusão – Parte 2. *Revista Nacional de Reabilitação*, ano X, n. 58, set./out., p.20-30, 2007.

SEIXAS, R. *Metamorfose Ambulante*. 1973. Disponível em www.youtube.com/watch?v=7VE6PNwmr9g. Acesso em 12 de janeiro de 2019.

SEIXAS, R. et al. *Tente outra vez*. 1975. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=wx0wyD1sXFM>. Acesso em 12 de janeiro de 2019.

SHAKESPEARE, T. Disability, identity and difference. In: BARNES, C.; MERCER, G. *Exploring the divide: illness and disability*. Leeds: The Disability Press, p. 94-113, 1996.

SHAKESPEARE, T. The sexual politics of disabled masculinity. *Sexuality and Disability*, New York, v. 17, n. 1, p. 53-64, 1999.

SHAKESPEARE, T. The social model of disability. In: DAVIS, L. J. (Ed.). *The disability studies reader*. 2. ed. London: Routledge, 2006.

SILVA, O. M. A Epopeia Ignorada: A pessoa Deficiente na História do Mundo de Ontem e de Hoje. São Paulo: CEDAS, 1987.

SOROKIN, P. A. **Fads and foibles in modern sociology**. Chicago: Gateway, 1965.

THOMAS, W. I. *On Social Organization and Social Personality: Selected Papers*. Primeira Edição, Chicago, Phoenix Books, University of Chicago Press, 1966.

VIANNA, M. A. G. A importância da Revolução Socialista de outubro para o PCB. Projeto História, São Paulo, v. 60, pp. 160-188, Out-Dez, 2017. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/34502>. Acesso em 01 de junho de 2018.